

MILITARIZAÇÃO E DIREITOS HUMANOS
ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
POLÍTICAS URBANAS E PROCESSOS
DE PATRIMONIALIZAÇÃO
UMA ABERTURA PARA A CIDADE
VIVE O BAIRRO! INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA
O CASTING COUCH NA VARIANTE HOMICIDA
ASPECTOS DE UMA SOCIOLOGIA DO IMAGINÁRIO

#25

Editorial

João Sedas Nunes

- 1 Este é um número que conta com oito artigos avulsos incidindo em várias temáticas.
- 2 No primeiro artigo, intitulado “Militarização e Direitos Humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil”, Ana Paula Mendes de Miranda incide nas tensões que o campo das políticas (públicas) de segurança pública acomoda. Ao “estribarem” a relação entre as instituições policiais e os atores sociais a partir do eixo antinômico guerra e paz, tais políticas acabam favorecendo uma ordem pública adversa aos direitos característicos da cidadania moderna.
- 3 Segue-se o artigo de António Manuel Rodrigues Ricardo Batista. Titulado “Animação Sociocultural: imprecisões, ambiguidades, incertezas e controvérsias de uma ocupação profissional”, objetiva, como o título precisa, a Animação SocioCultural, problematizando-a enquanto prática (que se presta a querelas e controvérsias) e enquanto conceção – um *que é* afinal de contas mais ambíguo e indeterminado até nas modalidades oficiais que a comportam.
- 4 Em “Violência contra as mulheres: processos e contextos de vitimização”, o terceiro artigo do número, Joana Aguiar Patrício, baseando-se em dados oriundos do *Inquérito Nacional Violência de Género*, CIG, com resultados conhecidos em 2009, mas trabalhados e reclassificados pela autora, procura dar conta de alguma pluralidade das formas e modalidades de violência que se exercem contra as mulheres, com dois enfoques importantes: a inscrição (ou a construção) da condição de vítima em (a partir de) cursos de vida específicos; a vitimização como um processo não circunscrito a certos contextos sociais.
- 5 Os três textos seguintes tematizam o fenómeno urbano. Ainda que o façam segundo perspectivas diversas e construindo objetos distintos, não deixam, assinalar-se, de “dialogar” entre si. Roselane Gomes Bezerra, em “Políticas urbanas e processos de patrimonialização nas cidades de Fortaleza e de Almada”, adotando um ponto de vista essencialmente analítico, mostra, para dois casos inseridos em contextos sociais muito diferentes, como as políticas de requalificação urbana que articulam em lógicas de patrimonialização do edificado abrem para controvérsias próprias que abrangem ao mesmo tempo os processos e os objetos da patrimonialização. Essas polémicas, importa

- notar, não se cingem aos peritos das políticas públicas de requalificação urbana, convocando atores sociais que as significam segundo pontos de vista leigos.
- 6 A meio caminho entre a perspectiva analítica e a da investigação-ação (numa ótica de avaliação das políticas públicas), Giacomo Ferro, em “Uma *abertura* para a cidade. Análise de uma reforma sócio-urbanística no bairro da Mouraria”, procura determinar o que os atores sociais, protagonistas e destinatários do processo analisado, no plano interpretativo e simbólico, fazem de uma profunda intervenção no bairro da Mouraria. Com um duplo e complementar objetivo. Por um lado, o de melhor conhecer a sedimentação do processo de reordenamento sócio-urbano; por outro lado, o de, a partir do conceito de *abertura*, considerar os méritos de uma *hermenêutica da reforma* como instrumento ele mesmo das políticas públicas que a cidade contemporânea poderá acomodar e compulsar.
 - 7 Filiando-se inconfundivelmente na ótica da investigação-ação, Lúcia Ferro, Pedro Oliveira, Sara Trindade e Susana Peixoto, num artigo designado “‘Vive o bairro!’ A intervenção comunitária como ferramenta da redução de riscos e minimização de danos na Matriz H do Bairro da Flamenga”, propõem um itinerário de avaliação e de inventariação de problemas e soluções suscitados por duas formas de atuação em territórios objeto de trabalhos sócio-simbólicos de estigmatização – A estratégia da Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) e a intervenção comunitária –, procurando em simultâneo precisar a sua complementaridade e estimar a sua eficácia.
 - 8 José Augusto dos Santos Alves torna a tema já por si tratado nas páginas da *Forum* – mais exatamente no n.º 22, dado aos escaparates em 2012. Desta volta a cultura difusa e profusa da *peopolização* é penetrada a partir da restituição do homicídio como forma extrema ou radicalizada da prática de *casting couch*. Tanto revela desde logo o título que encima o seu ensaio: “O fenómeno da *peopolização* elevado ao último grau de iniquidade: o *casting couch* na variante homicida”. Empreendimento arrojado que convoca para o entendimento da realidade social que escrutina – a *peopolização* – a sua inscrição ideológica no modelo sócio-semiótico da celebridade.
 - 9 No último texto deste número, sob o título “Aspectos de uma sociologia do imaginário na pós-modernidade: a razão sensível”, Eduardo Portanova Barros, revisitando autores polarizados em diferentes tradições filosóficas, analíticas e paradigmáticas, ensaia uma digressão antropológica que, diante da regressão da razão moderna, instale o imaginário multireferencial no âmago da análise sociológica. No que é também uma forma de rechaçar a redução das racionalidades da vida social a razões de cariz utilitarista, demarca esse deslocamento firmando a prevalência da razão sensível na pós-modernidade.
 - 10 À margem dos conteúdos, este é um número especialmente importante para a *Forum Sociológico*. Com ele, a revista ingressa de facto no regime de publicação semestral (ou bi-anual) que para si própria estabeleceu como periodicidade ideal desde que a II Série fora lançada no já longínquo ano de 1999. Por uma ou outra razão, não tinha sido possível até aqui concretizar essa ambição.
 - 11 Para esta Direção ele é importante ainda por outra razão. Cumprido este objetivo, é hora de passar a pasta, deixando a outrem a responsabilidade de consolidar o processo de modernização que a revista provou nos últimos anos, mormente com a introdução de um sistema de arbitragem por *blind peer review* e a associação ao projeto *OpenEdition* que, de um dia para o outro, mundializou (ao menos no espectro da ciência social produzida, lavrada e comunicada em língua portuguesa) o alcance da revista quanto a

potenciais leitores e, não menos importante, autores que, pela sua reputação e notoriedade, por seu turno prestigiem e engrandecem a revista publicando nas suas páginas. Muita energia individual e coletiva foi consumida no processo. Mas muita mais, ressalte-se, será necessário absorver para, no quadro de um mercado editorial altamente concorrencial e crescentemente internacionalizado, cimentar a *Forum Sociológico* como periódico de referência da área das ciências sociais, evitando um acantonamento paroquiano que lhe seria certamente fatal. Esse é o grande desafio que os vindouros têm pela frente: transformar a revista numa publicação cosmopolita, no melhor e mais abrangente sentido do termo.

Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil¹

Ana Paula Mendes de Miranda

Introdução

- 1 A produção brasileira das Ciências Sociais sobre criminalidade violenta, segurança pública e justiça criminal conta com mais de trinta anos de pesquisa regular (Adorno, 1993 e 2002; Kant de Lima, Misse e Miranda, 2000; Zaluar, 1999), ocupando uma posição importante nos debates acadêmicos e políticos pela crescente compreensão de sua complexidade e interesse público, pelo acúmulo de materiais empíricos que estão a exigir alguma sistematização comparativa, pela participação de cientistas sociais na formulação, implantação e avaliação de políticas públicas. Os trabalhos mais relevantes começam a surgir nos anos 70², e nos 80 apresentam um incremento de produção (artigos, livros e relatórios técnicos), o que coincide com a realização de grupos de trabalho específicos na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Nos anos 2000, 10 % dos grupos de pesquisa eram voltados às temáticas na área de Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia)³, segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o que demonstra a relevância da temática no Brasil. Como se trata de uma extensa produção, proponho que a mesma seja classificada em três grandes áreas, a saber: delinquência, criminalidade e formas de sociabilidade violenta; justiça criminal, segurança pública e sistema prisional; e representações sobre a violência urbana.
- 2 O presente artigo se restringirá a apresentar uma das principais controvérsias no que se refere às linhas de pesquisa voltadas à atuação da justiça criminal e da segurança pública no Brasil, que têm se caracterizado por dois tipos de abordagem, que ora enfatizam as

características peculiares do nosso sistema jurídico, partindo de análises comparativas que buscam dar conta de suas equivalências e especificidades em relação a outros sistemas judiciais e/ou não-judiciais de administração institucional de conflitos e produção de verdades (Kant de Lima, 2008; Misse *et al.*, 2010), ora reduzem tais equivalências a semelhanças e diferenças irreduzíveis, em um quadro que exercita a comparação com referenciais preestabelecidos (Beato Filho e Souza, 2011).

- 3 De modo mais específico, o artigo pretende apresentar a delimitação da segurança pública como um dos temas de maior destaque na produção científica contemporânea, em especial, àquela relacionada às avaliações de políticas públicas⁴. Os materiais que orientaram a análise são de duas ordens, os dados empíricos obtidos em diferentes experiências de pesquisa e a interlocução com análises produzidas por cientistas sociais acerca do tema. Tal abordagem está relacionada à inserção da autora na realização de pesquisas de campo para avaliação de projetos de segurança, desde 2000, bem como a participação em projetos na qualidade de gestora pública, no período de 2003-2008, e de consultorias desde então.
- 4 A segurança pública foi tratada durante muito tempo como um tema restrito aos domínios jurídico e militar, em uma perspectiva formal, normativa e fragmentada (Silva, 2009; Kant de Lima, 1999). Esta visão ainda está profundamente marcada pela doutrina de segurança nacional, estabelecida durante o Estado Novo⁵, que definiu as polícias militares estaduais como forças “reserva do Exército”, e deu competência à União para legislar sobre a organização, convocação e mobilização dessas forças, o que permanece inalterado até hoje.

A temática das políticas públicas de segurança e a constituição de um campo de pesquisa

- 5 O processo de redemocratização após o fim da ditadura militar (1964-1985) foi acompanhado por uma maior visibilidade de conflitos sociais violentos, designado por Angelina Peralva (2000) como o “paradoxo democrático”, que correspondeu ao período de expansão dos mecanismos formais de cidadania. Isso significou uma crescente preocupação com a insegurança pública, identificada popularmente como um dos mais graves “problemas sociais” que demandaram respostas do poder público, que apresentaram como respostas políticas a adoção de estratégias marcadas pela reprodução de um repertório de lugares-comuns de combate e guerra, baseando-se na presunção de que repressão e punição com uso máximo de força seriam a solução para todos os problemas. Nesse período foram consagradas algumas expressões que retratam bem o tal paradoxo, das quais destaco a que mais marcou o imaginário social, “bandido bom é bandido morto”. A frase é atribuída a um ex-delegado de polícia, José Guilherme Godinho Ferreira, conhecido como Sivuca⁶, que foi deputado estadual por quatro mandatos, e que tinha o lema acima referido como sua plataforma eleitoral.
- 6 É a partir da contribuição das ciências sociais que a segurança pública se consagra como objeto privilegiado de estudo, pondo em cheque a ideia de que este seria um campo restrito de atuação de forças do Estado, já que é uma atividade revestida de dinâmicas próprias e orientada na perspectiva da garantia da ordem. Ou seja, as políticas públicas de segurança foram progressivamente deixando de ser vistas apenas como um confronto de opiniões ou de posições político-partidárias, e passam a ser tratadas como formas de

manifestação de valores profundamente interiorizados na sociedade, que se explicitam a partir de imagens de ordem e de modelos de atuação das autoridades públicas (Kant de Lima, 1996; Sento-Sé, 1998), segundo as quais as práticas quotidianas de policiamento seriam incompatíveis com as orientações que têm como base o respeito aos direitos humanos. Há que se ressaltar que aqui existe uma evidente controvérsia entre o dever-ser, idealizados nos planos e legislações, e a prática.

- 7 Trata-se, então, de considerar a temática das políticas públicas de segurança como um objeto de estudo a partir do qual se pode tomar a segurança como um fenômeno complexo, que envolve grupos sociais distintos, visando o controle negociado das várias violências, às quais os diferentes grupos são submetidos, inclusive aquelas praticadas pelo próprio Estado (Pinheiro, 1997).
- 8 Há nos discursos públicos uma dicotomia entre políticas públicas de segurança “repressivas” ou “preventivas”, sendo que a última, quando associada às políticas orientadas pelos direitos humanos, provoca reações sociais de rejeição, o que explicaria para alguns teóricos a dificuldade de criação de uma “cultura de direitos humanos” no Brasil (Adorno, 1999).
- 9 Esta tentativa revela a articulação de dilemas cruciais na institucionalização das liberdades civis. O processo de “individualização” da sociedade brasileira se deu sem a ampliação efetiva da cidadania, que prevê direitos em múltiplas esferas (Carvalho, 2003). Por outro lado, as políticas de segurança têm sido tradicionalmente aplicadas visando à domesticação/
/pacificação de conflitos (Kant de Lima *et al.*, 2010), o que pressupõe a supressão do conflito pela interferência autoritária do Estado. Isso provavelmente porque a segurança pública foi tratada durante o regime militar (1964-1985) como uma das prioridades nacionais, nunca voltada para a proteção do cidadão, mas sim para o desenvolvimento de um modelo institucional autoritário, dirigido para o total controle das informações e para a segurança nacional, numa luta contra o “inimigo interno” — as organizações políticas de esquerda. Assim, a tortura, prática rotineira nas delegacias do país mesmo antes da ditadura militar (Holloway, 1997), tornou-se visível à sociedade ao atingir diferentes grupos sociais, em especial os da classe média, o que fortaleceu campanhas posteriores contra o regime.
- 10 Tomando o caso do estado do Rio de Janeiro como exemplo, é preciso delimitar um corte diacrônico e indicar os anos 1970 como marco, quando se observou uma série de crises internas nas duas corporações policiais⁷ e nas relações entre elas e a população. Nesse período, a Baixada Fluminense frequentava os relatórios de organizações internacionais como uma das áreas urbanas mais violentas do mundo, com média de 76 mortes por 100 mil habitantes, o que estava diretamente relacionado à existência dos chamados grupos de extermínio na região⁸. De um lado, consolidava-se na sociedade o reconhecimento de que os órgãos de segurança contribuíam para o agravamento dessa situação; por outro, havia uma crescente opinião favorável à pena de morte (Caldeira, 1991).
- 11 Ao final do período militar, a percepção da violência revelou-se mais aguda e se institucionalizou com a criação, pelo então ministro da Justiça, Petrônio Portella, de um grupo de trabalho para analisar o fenômeno do crime e da violência e propor políticas públicas para combatê-los, dando início a um novo campo de estudo — a violência urbana (Carvalho, 1999). Assim, os anos 80 se caracterizaram pela rejeição da concepção militarizada da ação policial, por setores da sociedade ligados às posturas políticas de “esquerda”, que era identificada “como resíduo do sistema autoritário que se pretendia

- banir do cenário público nacional” (Sento-Sé, 1998:49). Pode-se dizer que esses setores, com diversas orientações partidárias, demandavam a remodelação e modernização das instituições policiais, bem como a adoção de estratégias de ação que fossem pautadas pelo respeito aos direitos dos cidadãos.
- 12 É importante esclarecer que o debate em torno do que se chamava o “problema da segurança pública” começou na década de 1980, estando fortemente marcado pelo embate entre duas concepções políticas antagônicas, que contrapunha um discurso autoritário a um discurso reformista, baseado na bandeira da incorporação de princípios internacionais de direitos humanos.
 - 13 Naquele momento começaram a surgir os primeiros estudos sobre a organização policial, que passou a ser analisada como detentora de uma cultura própria pouco permeável às experiências democratizantes da época (Kant de Lima, 1995), o que foi demonstrando que a introdução de reformas políticas não seria suficiente para implantar as transformações nas instituições tal como se esperava.
 - 14 O ideário dos “direitos humanos” foi incorporado pela primeira vez às políticas públicas de segurança no Rio de Janeiro durante os dois mandatos do governador Leonel Brizola. Paradoxalmente, foi também neste estado que surgiram movimentos de apoio ao recrudescimento da ação policial, voltados ao endurecimento do Estado durante a primeira metade da década de 1990, novamente inspirados em uma concepção militarizada de segurança pública, que se concretizou a partir de ações mais rígidas contra a população pobre e ficou conhecida como as “premiações por bravura” ou “gratificações faroeste”, implementadas pelo então secretário de Segurança Pública do governo Marcello Alencar, o general Nilton Cerqueira⁹.
 - 15 Os efeitos desta política foram o incremento da mortalidade entre os policiais e a constatação de sua mira certa, pois em “confronto” com os supostos “bandidos”, conseguem sempre atirar para matar (Cano, 1997). Desse processo de “remilitarização” da segurança pública merece destaque a chamada “Operação Rio”, que resultou em uma intervenção das Forças Armadas, notadamente o Exército, que assumiram, de certo modo, o papel das polícias estaduais ao ocupar as favelas, cuidar da repressão aos traficantes e de operações de policiamento de ruas (Cerqueira, 1996).
 - 16 A “Operação Rio”, suscitada pela realização da ECO-92, produziu uma percepção de “ordem”, que foi atribuída à presença do Exército nas ruas fazendo o policiamento ostensivo em lugares estratégicos da cidade, em especial nas entradas de favelas. Esta ação acabou por confundir os papéis das forças públicas ao permitir que o Exército, a quem cabe prover a segurança do Estado e lutar contra os virtuais “inimigos” externos, desempenhasse as funções de segurança dos cidadãos, papel atribuído constitucionalmente às polícias.
 - 17 O “problema” da década de 80 se transformou então na “crise” da segurança pública, entre os anos de 1991-1994, cujo epicentro era considerado a expansão do tráfico de drogas e do chamado crime organizado, o que abalou a imagem da cidade, transformando-se em objeto de pesquisa, realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), com financiamento da FAPERJ, na qual se buscou analisar os indicadores da criminalidade urbana no período de 1985 a 1992 (Soares *et al.*, 1996) e deu origem a vários movimentos, tal como o Viva Rio e o Disque-Denúncia, atuantes até hoje.
 - 18 Cabe salientar que as propostas de políticas de segurança pública em vigor a partir de 1999 no Rio de Janeiro, das quais diversos cientistas sociais participaram (Silva, 2008;

Garotinho e Soares, 1998; Soares, 2000), apontavam medidas para melhorar a atuação das instituições policiais por intervenções que articulavam a inteligência investigativa com uma reforma das Polícias Civil e Militar, das quais se destacam: a criação de estratégias de policiamento comunitário; o investimento em pesquisas e na formação dos policiais com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro; a criação de centros de referência e redes de serviços para atendimentos a setores específicos da população vitimados pela violência (minorias raciais, sexuais, e meio ambiente); os projetos de criação do Instituto de Segurança Pública (Miranda, 2007, 2008a, 2008b, 2009; Miranda e Dirk, 2010) e das Delegacias Legais (Miranda, Oliveira e Paes, 2010).

- 19 O impacto dessas propostas pode ser observado pelo fato de que essas políticas foram projetadas em nível nacional a partir do governo Lula, devido à participação de Luiz Eduardo Soares e outros pesquisadores na elaboração do projeto de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que levou à construção do Sistema Único de Segurança Pública (Lessa *et al.*, 2004).
- 20 Outro fato que merece destaque na interlocução entre cientistas sociais e policiais foi a criação do Curso de Especialização em Justiça Criminal e Segurança Pública, em 2000, na Universidade Federal Fluminense, marcado por um tipo de ensino que buscava, prioritariamente, romper com um modelo instrucional, que tem por finalidade proporcionar um saber teórico (abstrato) ou prático (operacional), característico das instituições de ensino policiais (Kant de Lima, 2008). O curso foi uma iniciativa de professores e pesquisadores da UFF e de oficiais comandantes da Escola Superior de Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro (ESPM/RJ), que depois incorporou os capitães da Polícia Militar e delegados da Polícia Civil, como um módulo do Curso Superior de Polícia Integrado. A proposta era estimular os alunos oriundos ou não das instituições que compõem o chamado “Sistema de Justiça Criminal” a pensar os fenômenos da “violência” e do “crime” a partir de uma abordagem reflexiva, visando produzir novos conhecimentos e suscitar novas problemáticas, propiciando uma reflexão comparada e crítica sobre as práticas vigentes nas instituições e sobre as teorias que conformam modelos de administração institucional de conflitos no Brasil (Silva e Miranda, 2003; Miranda e Lima, 2008; Pires e Eilbaum, 2009; Miranda e Mota, 2010). A experiência tornou-se uma referência que levou à criação pela Secretaria Nacional de Segurança Pública da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, articulando diferentes universidades.
- 21 A primeira década dos anos 2000 pode ser caracterizada por um conjunto de propostas marcadas pela alternância pendular entre as soluções mais democráticas e de cunho social e as ações de endurecimento das ações policiais (Silva, 2008; Soares, 2000). Como exemplo podemos lembrar que nos dois primeiros anos do governo Sérgio Cabral (2007-2008) a principal estratégia adotada foi a do confronto nas favelas, com a realização de mega-operações¹⁰, o que resultou no recorde de registros de autos de resistências¹¹ (8,2/100 000 habitantes), levando o Rio de Janeiro, mais uma vez, a ser mencionado nos relatórios de organismos internacionais sobre violações de direitos humanos. Ressalta-se ainda o aparecimento das “milícias”, grupos formados por agentes públicos, como uma reconfiguração dos grupos de extermínio, que conformam uma nova relação com o crime, na qual os agentes públicos deixam de ser mediadores na economia do crime para estabelecer um controle militarizado dessas áreas, o que tem possibilitado o avanço de certas atividades criminosas, a realização de execuções sumárias e a eleição de políticos (deputados e vereadores) vinculados a esses grupos (Alves, 2008). As milícias se

diferenciam dos grupos de extermínio, cuja atuação geralmente ocorria mediante uma “encomenda” e o pagamento das mortes. Já as milícias atuam na oferta de segurança em localidades atingidas pela presença do tráfico de drogas, mas inclui a venda de serviços tais como o transporte clandestino, a entrega de botijão de gás, etc. Como se trata de áreas com urbanização precária, as milícias encontraram aí um campo grande de coação sobre os moradores (Misse, 2011).

- 22 É neste contexto que se precisa pensar a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que teve início em dezembro de 2009, com a implantação de um projeto-piloto na favela Santa Marta, zona sul da cidade¹², no bairro de Botafogo. Até o momento são trinta e seis UPP inauguradas¹³, dispostas em um “cinturão de segurança” para os locais onde serão realizadas atividades durante a Copa de 2014.
- 23 O projeto tem sido tratado como um “um novo modelo de segurança pública e de policiamento que promoveria a aproximação entre a população e a polícia” (<http://www.upprj.com/index.php/historico>, acesso em 08/03/2012). Tendo como foco a “retomada” de territórios, que estariam “dominados” pelo tráfico de drogas, a implantação obedece a uma estratégia operacional que se inicia com a fase de *ocupação*, ou seja, a fase tática da criação de uma UPP, quando as tropas especiais da PMERJ (Batalhão de Operações Especiais-BOPE; Batalhão de Choque) ou da PCERJ (Coordenadoria de Recursos Especiais) assumem o protagonismo, contando com a colaboração das Forças Armadas. A base é o conceito militar de *ocupação* que traduz o poder de introduzir as tropas num território, como uma atividade excepcional de intervenção militar que pressupõe que há a presença de um grupo que deve ser retirado do local. O pressuposto dessa ação é a supressão de conflitos que seriam a fonte de opressão nos territórios e sobre as populações (Muniz e Proença Júnior, 2007). Vale lembrar que, segundo o artigo 42 da Convenção de Haia de 1907, “um território é considerado ocupado desde que se encontre de fato sob a autoridade de exército inimigo”. No caso das favelas do Rio de Janeiro, não há a presença de um exército inimigo, mas sim de supostos criminosos, denominados como “traficantes”, sendo que a operação policial não se aplica apenas aos suspeitos, mas a toda a população residente na região¹⁴.
- 24 Na segunda fase ocorre a permanência do BOPE, durante algumas semanas, até que o efetivo de policiais treinados para trabalhar na UPP seja transferido. Em tese, esses policiais seriam formados para trabalhar com base nas ações de policiamento comunitário e preventivo, mas o que é possível identificar em conversas com os policiais é que eles veem os moradores das favelas como coniventes com o tráfico de drogas, ou seja, são todos suspeitos em potencial, o que impede o desenvolvimento de qualquer relação de confiança, que é a base desse modelo de intervenção. Há que se esclarecer que a estratégia da suspeição sistemática se materializa em práticas que são consideradas como violações de direitos dos moradores. Um caso recente se tornou conhecido com o desaparecimento de um cidadão na favela da Rocinha, Amarildo Dias de Souza, que foi detido como suspeito de envolvimento com o tráfico de drogas e conduzido por policiais para a sede da UPP, em 14 de julho de 2013, desde então não se teve mais notícias sobre o paradeiro dele. O caso Amarildo somente foi investigado e os policiais foram denunciados à Justiça pelo seu homicídio porque houve forte mobilização nas redes sociais, o que levou à substituição do delegado responsável pela investigação, tendo assumido o delegado Orlando Zaccone, que recusou a investigação anterior por desqualificar a vítima. O caso é revelador de uma prática policial recorrente de forjar a incriminação de suspeitos.

- 25 Na terceira fase, chamada de *ocupação definitiva*, o foco passaria a ser da prevenção e inclusão social, quando deveriam implantar uma série de projetos designados como UPP Social, o que não aconteceu até o momento.
- 26 O debate em torno das UPP está polarizado entre aqueles que a consideram apenas um novo nome para as mesmas práticas policiais de sempre e os que a consideram uma estratégia de remoção do crime para outras áreas. Compartilho da visão de Luiz Antônio Machado da Silva (2010), para quem a UPP não representa um programa de policiamento propriamente, mas sim um conjunto de práticas retoricamente reunidas por terem em comum o objetivo de substituir as “operações” pela permanência policial no local. A retórica governamental é que se trata de uma experiência de policiamento comunitário, mas quando se analisa o funcionamento de uma UPP é possível notar que as unidades continuam vinculadas administrativamente ao batalhão de área; a proximidade entre o efetivo e a população local é meramente física, sem que isto implique formas de interação mais respeitosas. Esse talvez seja um dos principais obstáculos à estabilização do projeto, considerando que num primeiro momento foi alterada a forma de repressão ao crime, e o fuzil não é utilizado mais como arma para policiamento das favelas, mas o discurso político e institucional ainda está muito vinculado às ideias de guerra e aos processos de controle da intimidade das pessoas, o que provoca muitos conflitos entre os policiais e os moradores, que se formalizam como prisões por suposto “desacato à autoridade”. A lógica de desconfiança que rege as relações entre policiais e moradores acaba por desqualificar as opiniões dos moradores, seja quando denunciam casos de “abusos de autoridade”, seja quando questionam as políticas públicas adotadas. Em ambos os casos paira sobre eles a suspeição de que estariam ao lado dos criminosos. Tal visão está diretamente contaminada pela representação de guerra ao tráfico, que consagra a favela como um território inimigo a ser conquistado.
- 27 Pode-se concluir preliminarmente que as UPP, com a incorporação do conceito de “pacificação”, representam uma ressignificação da política de guerra ao crime. Se por um lado podem representar alguma mudança em estratégias de manutenção da ordem, visto que antes a polícia só entrava pontualmente naquelas regiões com grandes operações envolvendo muitos tiros, não parece constituir uma mudança de filosofia de policiamento, principalmente porque há fortes divergências internas à corporação, seja entre o oficialato, seja na tropa. Há que se considerar ainda que a UPP representa a continuidade de um modelo de política pública que favorece a segregação e compartimentalização da cidade, na medida em que é pensada como uma ação exclusiva para “as favelas”, que continuam a ser vistas como o lugar típico das “classes perigosas” (Guimarães, 1981).
- 28 Por último, penso que a UPP precisa ser entendida a partir do conceito de *branding*, ou seja, como o conjunto de processos que os Estados põem em curso para manipular a sua imagem e a sua reputação (Ellison & O’Reilly, 2008). Era preciso criar uma marca para o Rio de Janeiro a fim de demonstrar que seria possível assegurar a segurança dos eventos internacionais programados. Para tanto, se buscou ressignificar o papel das Forças Armadas e o uso de seus recursos bélicos apoiando a ação de tropas especiais da polícia, para encenar uma ação espetacular que se constitui num “produto” televisivo e midiático, a ponto de a principal rede de TV aberta local passar a manhã de um domingo transmitindo ao vivo toda a operação do Complexo do Alemão.
- 29 Em síntese, a UPP consolida uma marca que consagra um processo longo de militarização da segurança pública no Rio de Janeiro com as demandas políticas que se fazem sentir na

atualidade, a partir da incorporação do modelo de “cidade-commodity” (Kant de Lima *et al.*, 2010), onde a comercialização adequada para o público internacional requer a embalagem da “pacificação”, que se fundamenta no uso de meios violentos em lugar do Direito, no qual a gestão da crise social funda-se unicamente no uso da força e em que a ideia de respeito aos direitos dos cidadãos é algo visto como um obstáculo ao trabalho policial.

As políticas de segurança pública na agenda nacional

- 30 A temática da segurança pública ganhou grande visibilidade no cenário nacional quando do debate, ao longo de 1994, sobre a possibilidade de intervenção federal no Rio de Janeiro, pelo acionamento das Forças Armadas, o que acabou acontecendo na Operação Rio. Isto iniciou um amplo questionamento, que se mantém até hoje, sobre o uso eleitoral do problema da segurança pública, em especial no Rio de Janeiro.
- 31 Assim, a incorporação da temática da segurança pública à agenda eleitoral federal, que já se fazia presente em disputas estaduais, desde 1982, quando ocorreu a primeira eleição após a ditadura de 64, aconteceu mediante a adoção de um modelo de militarização que, segundo Zaverucha (2005), corresponde à adoção e uso de conceitos, doutrinas, procedimentos e pessoal militares em atividades de natureza civil, entre elas, a segurança pública.
- 32 Antes de problematizar esse paradigma é preciso fazer uma breve digressão sobre a Constituição de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, que representou poucas mudanças no que se refere às concepções ideológicas e doutrinárias relativas à segurança pública. O tema foi tratado no capítulo III, “Segurança Pública” (Título V – Defesa do Estado e das Instituições Democráticas), cujo texto revela a influência da Lei de Segurança Nacional (1935), que definia crimes contra a segurança do Estado e da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (Decreto-Lei 314/68), cujo principal objetivo era eliminar os “inimigos internos”. É possível perceber, portanto, que o texto constitucional enfatiza uma concepção de segurança reduzida à questão policial voltada, principalmente, à manutenção da ordem e segurança do Estado.
- 33 Uma novidade no texto constitucional é que, além de ser considerada um “dever do Estado”, como está postulado no artigo 144 da Constituição, a segurança pública passou a ser também “direito e responsabilidade de todos”, o que significa, formalmente, o reconhecimento de um Estado democrático, no qual a concepção de ordem está diretamente relacionada às atitudes e valores do cidadão, quer isoladamente quer em coletividade. A transferência da responsabilidade pela segurança pública aos governos estaduais foi outro aspecto inovador, que teve peso simbólico e efetivo importante no processo de democratização, pois representou o rompimento com um dos dispositivos utilizados pelos militares, que embasava a política de segurança nacional na subordinação das instituições de segurança ao governo federal.
- 34 Ressalta-se que, no entanto, a estrutura do sistema de segurança pública não foi alterada, cada polícia cumprindo parte das funções previstas para o ciclo completo de atividades policiais. À Polícia Militar cabe a atividade do policiamento administrativo da ordem pública, com prevenção e repressão dos crimes; a Polícia Civil tem o papel do policiamento judiciário, apurando infrações pessoais para o Poder Judiciário. Além disso, foram mantidos alguns artigos das Constituições anteriores, tais como os que preveem a

existência da Inspetoria-Geral das Polícias Militares (IGPM), como um órgão do Exército brasileiro que fiscaliza a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, e o que define a Polícia Militar como força auxiliar e reserva do Exército. Por esses motivos o debate sobre a presença das Forças Armadas na segurança pública, em especial no que se refere à presença dos militares desempenhando atividades de policiamento nas ruas, é um tema que ainda hoje provoca acaloradas discussões políticas e questionamentos sobre a sua legalidade, e foi novamente reintroduzido com a utilização das tropas na ocupação do Complexo do Alemão, no ano 2010, no Rio de Janeiro, para a instalação de uma UPP.

- 35 Iniciou-se naquele momento uma reflexão sobre a necessidade de se repensar os papéis institucionais, o que acabou sendo aprofundado como um debate sobre a necessidade de cooperação e de corresponsabilidade entre os níveis federal, estadual e municipal no processo de formulação e implementação de políticas de segurança pública.
- 36 É no âmbito deste debate que surgiu no final do mandato de Fernando Henriques Cardoso, no ano 2000, o *Plano Nacional de Segurança Pública*, cujo objetivo era “aperfeiçoar o sistema de segurança pública brasileiro, por meio de propostas que integrem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a reprimir e prevenir o crime e reduzir a impunidade”. A amplitude do plano pode ser vista como um resultado positivo de incorporação de demandas e diagnósticos formulados pela sociedade em articulação com instituições de pesquisa, porém esta também foi uma causa de sua ineficácia. Como foi lançado no final do mandato, o plano praticamente não saiu do papel. A principal ação prevista e implementada foi a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, que tinha por objetivo apoiar projetos na área de segurança pública e projetos sociais de prevenção à violência, tanto de estados quanto de municípios, desde que atendessem aos critérios estabelecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), criada em 1997.
- 37 Também merece destaque o primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), publicado em 1996, que seguiu a orientação política de incorporar internamente os princípios e diretrizes que regem os acordos e as convenções internacionais, dos quais o Brasil é signatário. Isso colaborou para criar uma imagem diferente do país, até então difundida na mídia internacional como uma nação que convive com graves violações de direitos humanos e cujos governos foram omissos na punição dos agressores, muitas vezes agentes do próprio Estado¹⁵. Se a mudança dessa imagem significou uma melhoria da inserção no cenário político internacional e, conseqüentemente, maior confiança dos investimentos externos, na prática representou apenas a implantação, em média, de 20 % das 226 metas traçadas (Oliveira, 1998; Pinheiro e Mesquita Neto, 1999).
- 38 Concomitantemente, tem-se consolidado o discurso de que, para a formulação de políticas de segurança, é preciso um diagnóstico tecnicamente orientado sobre a criminalidade e a violência, partindo de dados consistentes sobre as diferentes atividades criminais e violentas que afetam o cotidiano dos cidadãos. Tornou-se, então, uma questão central o processamento das estatísticas oficiais das instituições de segurança para a efetividade das políticas públicas (Miranda, 2008c).
- 39 A importância de uma base de dados organizada está formalmente expressa no Plano Nacional de Segurança, anunciado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 2000, que teve como objetivo aperfeiçoar o sistema de segurança pública por meio de propostas que integrem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a reprimir e prevenir o crime e reduzir a impunidade, aumentando a segurança e a tranquilidade do cidadão brasileiro (Sento-Sé e Ribeiro, 2004). O Plano condicionava a concessão de recursos à apresentação de resultados positivos em relação à criminalidade

e violência, com ênfase nos direitos civis, principalmente os relacionados diretamente à integridade física e à cidadania. Esta premissa foi incorporada posteriormente aos planos elaborados durante os dois mandatos do governo Lula.

- 40 A visibilidade de conflitos onde se explicitava a persistência de graves violações de direitos humanos, associada ao crescimento vertiginoso da criminalidade urbana violenta, consagrou o tema da segurança como um dos mais importantes no debate político da sucessão presidencial. Assim, a apresentação do “Projeto Segurança Pública para o Brasil”, que deu origem ao *Sistema Único de Segurança Pública*, em 2003, apresentava semelhanças com a proposta de FHC no que diz respeito aos princípios de valorização dos direitos humanos, mas apresentava diferenças no que diz respeito ao papel dado à SENASP na promoção e gestão das propostas apresentadas.
- 41 Fica claro no documento a incorporação do conceito de *segurança cidadã*, que foi desenvolvido há cerca de uma década, na América Latina, para se contrapor ao conceito de *segurança nacional*, influenciado pela Doutrina de Segurança Nacional, que consagrou princípios que buscaram garantir a ordem interna e se associava a práticas de violações de direitos humanos.
- 42 A associação de segurança e valores democráticos se vincula ao desenvolvimento do conceito de *segurança humana*, na década de 1980, mas que só foi divulgado e formalizado internacionalmente em 1994, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) centrou seu Relatório de Desenvolvimento Sustentável nessa ideia, que tem como fundamento o universalismo do direito à vida. De acordo com o enfoque do PNUD, a essência da insegurança humana é a vulnerabilidade, e a pergunta que se deve fazer é como proteger as pessoas, insistindo no envolvimento direto e no vínculo estreito entre desenvolvimento social e segurança, que deve ser entendida como forma de proteção das liberdades vitais que garantam os elementos básicos de sobrevivência, dignidade e meios de vida.
- 43 A mudança do conceito de segurança tem provocado debate nos países latino-americanos para determinar uma agenda que redefine as práticas institucionais no processo de passagem do autoritarismo para a democracia, o que pressupõe a ruptura com uma visão “estadocêntrica” e a valorização da participação social. Tal prática é associada à necessidade de mudanças no regime político, entendidas principalmente como transformações conceituais nas legislações, no que se refere ao relacionamento entre os atores e as estruturas institucionais, mas com efeitos limitados de transformação cotidiana das mesmas. A incorporação do conceito de segurança cidadã, todavia, não tem se dado de forma unívoca e homogênea nas diferentes sociedades. É preciso ressaltar que as diferenças e especificidades devem ser observadas, em especial, no que se refere ao uso das categorias público, que enfatiza o papel do Estado em relação aos governados, e cidadão, que pressupõe o reconhecimento de direitos por parte do Estado, o que poderia suscitar a ideia de corresponsabilidade, mas que pode ocultar a valorização de alguns grupos como os principais sujeitos sociais. No caso brasileiro evidencia-se um conflito entre as práticas policiais reativas e repressivas e um crescente movimento de reivindicação de direitos pelos movimentos sociais, o que revela um modo específico de interações e controles sociais marcados por uma dificuldade de oferecer um serviço público universal, ou seja, a segurança não é um serviço disponível a todos os cidadãos, mas apenas de modo parcial é ofertada às camadas sociais consideradas “mais altas”.
- 44 A incorporação do conceito de segurança cidadã ao programa SUSP representou uma mudança de orientação política, e também alterações na forma de repasse de recursos

para os estados, que foram obrigados a apresentar projetos a serem analisados por técnicos da SENASP, e que, depois de aprovados, eram implementados por convênio entre a Secretaria e as unidades federativas, com recursos repassados do Fundo Nacional de Segurança Pública. Tal medida representou uma mudança substancial na prática tradicional de repasse de recursos baseada nas relações político-partidárias ou pessoais, e, por consequência, permitiu identificar a dificuldade que as secretarias de segurança estaduais tinham em apresentar propostas que priorizassem o respeito aos direitos humanos referentes à vida, integridade física e liberdade, já que estavam acostumadas a ver a SENASP como uma financiadora de viaturas e armamentos. Tal conflito evidenciou ainda mais as dificuldades de articulação entre instituições de segurança pública e poderes executivos estaduais, em especial no que se referia a uma adesão eficaz aos mecanismos de controle do uso excessivo da força letal como prática das polícias, desafio que permanece presente.

- 45 A associação da necessidade da melhoria da qualidade dos serviços e da efetividade das ações de segurança pública às formas de gestão do programa levou à apresentação, no segundo governo Lula, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), cujo objetivo era “articular políticas de segurança com ações sociais; priorizar a prevenção e buscar atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública”. Sua elaboração é fruto de discussão no âmbito do governo federal, dirigido pelo Ministério da Justiça, envolvendo outros Ministérios (Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, Esportes, Cidades e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Casa Civil e a Secretaria Nacional Antidrogas, Secretaria Nacional da Juventude, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), e representantes das secretarias estaduais de segurança pública, de movimentos sociais e membros de instituições de pesquisa. O Programa é composto por três ações estruturais (modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional; valorização dos profissionais da segurança pública e do sistema prisional; enfrentamento à corrupção e ao crime organizado); três programas locais (território da paz; integração do jovem e da família; segurança e convivência); e mecanismos de gestão (funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Estadual e dos Conselhos Comunitários de Segurança).
- 46 Avaliações sobre o PRONASCI indicam que as suas ações foram voltadas à implantação da filosofia do policiamento comunitário, mas apresentaram fragilidades no que se refere à redução da letalidade policial; à integração das ações do governo federal, à sociedade civil organizada e ao monitoramento da ação policial nos territórios selecionados (Cardoso, 2010). Outro problema na execução do PRONASCI foi a diversidade de ações propostas, que paradoxalmente tinham uma modelagem padronizada em diferentes contextos, sem se adequar ao público-alvo e às distintas regiões do país. Entre os aspectos positivos do programa aponta-se o incentivo aos municípios para elaboração de políticas de segurança pública, com a participação da sociedade civil, por representar a possibilidade de transformação de práticas consolidadas. No entanto há que se destacar que são poucos os estudos sobre o tema.

Considerações finais

- 47 Tomar as políticas públicas de segurança como um objeto de análise representa problematizar a ação estatal para transformá-la em uma questão sociológica. Assim, se a discussão sobre as controvérsias políticas na segurança pública é incontestável por explicitar como as intenções são transformadas em intervenções, também permite identificar que os diversos programas e planos de segurança pública no Rio de Janeiro e no Brasil continuam presos a diferentes lógicas, que afetam diretamente os padrões de comportamento das instituições, na medida em que acionam percepções coletivas, tanto valorizam positivamente a necessidade de mudanças estruturais como esclarecem representações que legitimam as práticas vigentes como sendo as mais adequadas para lidar com a realidade de desigualdade de tratamento de cidadãos.
- 48 Embora as propostas procurem demarcar seu caráter de “inovação”, quando analisadas a partir do ponto de vista das práticas institucionalizadas, é possível identificar os conflitos e tensões inerentes à formulação e implantação de políticas públicas, que continua referido a um modelo militar de segurança pública, segundo o qual a ordem só é possível mediante o acionamento de força estatal. Portanto, a discussão sobre a garantia de direitos individuais se torna secundária, já que representa um segundo plano em face da premência da segurança do Estado.
- 49 Assim, mesmo quando os planos de segurança tentam articular a institucionalização das liberdades civis, esbarram num contexto sociopolítico mais amplo, o processo de “individualização” da sociedade brasileira, que se deu sem a ampliação efetiva da cidadania. Por isso, as políticas de segurança tradicionalmente têm sido aplicadas visando à domesticação/pacificação de conflitos, o que evidencia as dificuldades e contradições inerentes às reformas para ampliar o acesso à justiça, introduzir os princípios dos denominados “direitos humanos” na ação policial, a universalização dos direitos da cidadania.
- 50 As contingências históricas ligadas aos regimes políticos não democráticos imprimiram uma invisibilidade da expressão pública que a diferencia daquela que os cidadãos experimentam em regimes democráticos, onde as liberdades são asseguradas no espaço e na esfera pública. Como um país que vivenciou duas longas ditaduras (oficialmente reconhecidas) desde que foi instaurada a República, marcado por uma tradição escravocrata baseada no princípio da desigualdade jurídica entre seus membros e por práticas inquisitoriais (Kant de Lima, 2008), o Brasil destinou um espaço periférico para os estudos sobre o sistema de controle social e prisional contemporâneos. O paradoxo existente entre a presença de tais modelos repressivo-punitivos no interior do sistema de justiça criminal brasileiro e os valores de uma sociedade republicana e democrática não obteve a atenção necessária por parte dos intelectuais e acadêmicos durante décadas, o que pode ser explicado pela dificuldade de tornar essa questão em um problema público, universalmente relevante para todos os cidadãos.
- 51 Tal cenário evidencia que estamos diante de um paradoxo: por um lado, temos uma República que se define como composta de cidadãos formalmente com os mesmos direitos; por outro, a instituição policial desempenha na prática o papel de executora de uma política de supressão de conflitos, visando a reprodução e manutenção de uma ordem pública desigual em uma sociedade de iguais, em que privilégios legais de *status*, como a prisão especial, se contrapõem a direitos e garantias constitucionais universais, e

tem seu *arbítrio* – como se chama o uso legítimo de sua *discricionabilidade* – em nada assemelhado à *discretion* da polícia dos EUA (Kant de Lima, 2008). Além disso, a suspeição generalizada no que se refere à explicitação de conflitos, sempre associada à ruptura de uma ordem pública e social inegociável, pressupõe que o “consenso no dissenso” (Bourdieu, 1968: 142) é algo estranho no Brasil quando se fala em direitos, já que os cidadãos são tidos pelo sistema jurídico brasileiro como *hipossuficientes*, incapazes de fazer valer os seus interesses legítimos, levando a uma intervenção incontrolável do Estado nos direitos de cidadania. Embora já não seja tão comum se escutar a defesa do lema “bandido bom é bandido morto”, os discursos que são apresentados oficialmente continuam associando a necessidade de “ordem” à presença e intervenção militares. Tal perspectiva se manifesta nas falas de agentes públicos que afirmam que os “direitos humanos são para os humanos direitos”, expressão cuja autoria não é conhecida, mas que revela uma ressignificação da mesma lógica, aquela que confirma que a cidadania e a garantia de direitos não é algo que vale para todos, devendo apenas funcionar para o cidadão de “bem”. Assim, as pressões internacionais para a incorporação de princípios de direitos humanos à formação policial tem possibilitado a mudança nas gramáticas acerca da segurança pública, mas não tem possibilitado uma mudança substantiva nas práticas. A resistência ao tema somente é observada na interação como os agentes públicos que manifestam claramente o descontentamento com essas mudanças políticas. O descompasso entre o dever-ser e o ser acaba por reforçar a ideia de que o papel da polícia é a repressão dos criminosos, e não dos crimes, revelando uma concepção altamente arbitrária e seletiva. Outro aspecto relevante para compreender o caso brasileiro é que a ordem pública é pensada como sinônimo de ordem estatal, que paira acima da sociedade, tutelando-a e, como tal, incorporada, definida e revelada na pessoa e na palavra de seus funcionários (Kant de Lima e Miranda, 2012). Nesse sentido, a análise de projetos como a UPP permite revelar a hipótese de que, além da sua projeção midiática, as mudanças funcionam para manter tudo igual. Se a retórica dos direitos humanos e a filosofia do policiamento comunitário têm sido incorporadas aos discursos oficiais, as práticas policiais revelam vivências que retomam as longas ditaduras, cujas marcas que deixaram não são apenas vestígios, mas uma marca indelével num modelo de controle social que valoriza a supressão do conflito mediante o uso, e abuso, da força, de modo que os agentes públicos e a instituição policial têm participado da própria construção da violência urbana, originando um policiamento militarista travestido de policiamento comunitário.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, S. F. (1993), “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”, *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 35, 2.º semestre, pp. 3-24.
- ADORNO, S. F. (1999), “Insegurança versus Direitos Humanos: Entre a Lei e a Ordem”, *Tempo Social*, vol. 11, n.º 2, pp. 129-153.

- ADORNO, S. F. (2002), “Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea”, in S. Miceli (org.), *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*, São Paulo, Sumaré, v. IV, pp. 267-307.
- ALVES, J. C. S. (2003), *Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense, Duque de Caxias-Rio de Janeiro*, APPH-Clio.
- ALVES, J. C. S. (2008), “Milícias: Mudanças na Economia Política do Crime no Rio de Janeiro”, *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Justiça Global/Fundação Heinrich Böll.
- BEATO FILHO, C. e R. S. Souza (2011), *Desafios da Segurança Pública. O Brasil e a Nova Década: Equações para o Desenvolvimento Sustentável*, Belo Horizonte, Autêntica Editora/ACM.
- BOURDIEU, P. (1968), “Campo Intelectual e Projeto Criador”, in: P. Bourdieu, *Problemas do Estruturalismo*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 105-143.
- CALDEIRA, T. P. R. (1991), “Direitos Humanos ou «Privilégios de Bandido»? Desventura da Democratização Brasileira”, *Novos Estudos Cebrap*, 30, pp. 162-174.
- CANO, I. (1997), *Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ISER.
- CANO, I. e T. Duarte (2012), *No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*, Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll.
- CARDOSO JR., J. C. (org.), (2010), *Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, IPEA, disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livro_bd_vol3.pdf, acesso em 21/07/11.
- CARVALHO, G. S. de (1999), *Abordagens Teóricas da Violência Criminal: Respostas das Ciências Sociais a um Momento Político*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo, USP.
- CARVALHO, J. M. (2003), *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (1973), *A Criança, o Adolescente e a Cidade*, São Paulo, Cebrap.
- CERQUEIRA, C. M. N. (1996), “Remilitarização da Segurança Pública: A Operação Rio”, in *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, 1 (1), pp. 141-169, 1.º sem.
- ELLISON, G. e C. O’Reilly (2008), “Ulster’s policing goes global: The police reform process in Northern Ireland and the creation of a global brand”, *Crime, Law and Social Change*, 50 (4-5), pp. 331-351.
- GAROTINHO, A. e L. E. Soares (1998), *Violência e Criminalidade no Estado do Rio de Janeiro: Diagnóstico e Propostas para uma Política Democrática de Segurança Pública*, Rio de Janeiro, Hama.
- GREGORI, M. F. e C. A. Silva (2000), *Meninos de Rua e Instituições: Tramas, Disputas e Desmanche*, São Paulo, Contexto.
- GUIMARÃES, A. P. (1981), *As classes perigosas: banditismo rural e urbano*, Rio de Janeiro, Graal.
- HOLLOWAY, T. H. (1997), *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, Rio de Janeiro, FGV.
- LESSA, R. et al. (2004), *Arquitetura do Sistema Único de Segurança Pública*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça/Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.
- LIMA, L. L. G. (2009), “As Práticas de Administração de Conflitos de Gênero no Cotidiano das Delegacias de Polícia”, *Revista de História*, 22, pp. 117-139.

- LIMA, R. Kant de (1995), *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: Seus Dilemas e Paradoxos*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Forense.
- LIMA, R. Kant de (1996), “A Administração dos Conflitos no Brasil: A Lógica da Punição”, in G. Velho e M. Alvito (orgs.), *Cidadania e Violência*, Rio de Janeiro, UFRJ/FGV.
- LIMA, R. Kant de (1999), “Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: Uma Abordagem Comparativa dos Modelos de Administração de Conflitos no Espaço Público”, *Revista de Sociologia e Política*, 13, pp. 22-38.
- LIMA, R. Kant de (2008), *Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2008.
- LIMA, R. Kant de e A. P. M. Miranda (2012), “Estado, Direito e Sociedade: a segurança e a ordem pública em uma perspectiva comparada”, in S. Durão (org.), *Polícia, Segurança e Ordem Pública: Perspectivas portuguesas e brasileiras*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais do ICS/UL, pp. 73-99.
- LIMA, R. Kant de, M. Misse e A. P. M. Miranda (2000), “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”, *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 50, pp. 45-123.
- LIMA, R. Kant de et al. (2010), *Entre a guerra e a pacificação: Paradoxos da administração institucional de conflitos no Rio de Janeiro*, disponível em <http://www.proppi.uff.br/ineac/entre-guerra-e-pacificacao-paradoxos-da-administracao-institucional-de-conflitos-no-rio-de-janeiro>, acesso em 09/12/2010.
- MIRANDA, A. P. M. (2007), “La busca por derechos: posibilidades y limites de participación social en la democratización del Estado”, in H. Caruso et al. (org.), *Polícia, Estado y Sociedad: prácticas y saberes latinoamericanos*, Rio de Janeiro, Publit, pp. 407-434.
- MIRANDA, A. P. M. (2008a), “A Avaliação dos Conselhos Comunitários de Segurança”, *Revista Aval - Avaliação de Políticas Públicas*, 2, pp. 57-68.
- MIRANDA, A. P. M. (2008b), “Dilemas da formação policial: treinamento, profissionalização e mediação”, *Revista Educação Profissional: Ciência e Tecnologia*, 3, pp. 119-128.
- MIRANDA, A. P. M. (2008c), “Informação, análise criminal e sentimento de (in)segurança: considerações para construção de políticas públicas de segurança”, in A. S. Pinto et al. (org.), *Análise criminal e o planejamento operacional*, Rio de Janeiro, Riosegurança, 1, pp. 14-41.
- MIRANDA, A. P. M. (2009), “Movimentos sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do Estado”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis*, 1, p. 218-237.
- MIRANDA, A. P. M. e L. L. G. Lima (org.) (2008), *Políticas Públicas de Segurança, Informação e Análise Criminal*, Niterói, EDUFF.
- MIRANDA, A. P. M. e F. R. Mota (org.) (2010), *Práticas Punitivas, Sistema Prisional e Justiça*, Niterói, EDUFF.
- MIRANDA, A. P. M. e R. C. Dirk (2010), “Análise da construção de registros estatísticos policiais no Estado do Rio de Janeiro”, in R. Kant de Lima et al. (org.), *Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada*, Rio de Janeiro, Garamond, II, pp. 245-284.
- MIRANDA, A. P. M.; M. B. Oliveira e V. F. Paes (2010), “A reinvenção da «Cartorialização»: análise do trabalho policial em registros de ocorrência

e inquéritos policiais em Delegacias Legais referentes a homicídios dolosos na cidade do Rio de Janeiro”, *Segurança, Justiça e Cidadania*, 4, pp. 119-152.

MIRANDA, A. P. M. e M. V. Pita (2011), “O que as cifras cifram? Reflexões comparativas sobre as políticas de produção de registros estatísticos criminais sobre *mortes violentas* nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires”, in R. Kant de Lima et al. (org), *Burocracias, direitos e conflitos: pesquisas comparadas em Antropologia do Direito*, Rio de Janeiro, Garamond.

MISSE, M. et al. (1973), *Delinquência Juvenil na Guanabara: Uma Introdução Sociológica*, Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça da Guanabara e Juizado de Menores da Guanabara.

MISSE, M.; J. V. Vargas et al. (2010), *O Inquérito Policial no Brasil: Uma pesquisa empírica*, Rio de Janeiro, Booklink.

MISSE, M. (2011), “Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades”, *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n.º 40, pp. 13-25.

MUNIZ, J. O. e D. Proença Júnior (2007), “Forças Armadas e Policiamento”, *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano 1, Edição 1, pp. 48-59.

OLIVEIRA, I. R. (1998), “A Política de Direitos Humanos do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Reflexões para uma Avaliação”, *Comunicação & Política*, 5 (2), pp. 87-103.

PERALVA, A. (2000), *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PINHEIRO, P. S. (1997), “Violência, Crime e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias”, *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 9 (1), pp. 43-52.

PINHEIRO, P. S. e P. Mesquita Neto (1999), *Primeiro Relatório de Direitos Humanos. Direitos Humanos: Realizações e Desafios*, São Paulo, Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudo da Violência.

SENTO-SÉ, J. T. (1998), “Imagem da Ordem, Vertigens do Caos. Debate sobre as Políticas de Segurança Pública no RJ nos Anos 80 e 90”, *Archè*, 7 (19), pp. 41-73.

SENTO-SÉ, J. T. e E. Ribeiro (2004), “Segurança pública: enfim, na agenda federal”, in D. Rocha e M. Bernardo, *A Era FHC e o Governo Lula: transição?*, Brasília, INESC.

SILVA, J. e A. P. M. Miranda (org.) (2003), *Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública*, Niterói, EDUFF, 2003.

SILVA, J. (2008), *Criminologia crítica*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Forense.

SILVA, L. A. Machado da (2010), *Afinal, qual é a das UPPS?*, disponível em www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br, acesso em 28/03/2010.

SOARES, L. E. et al. (1996), *Violência e política no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.

SOARES, L. E. (2000), “Segurança Pública e Direitos Humanos: Entrevista Concedida a Sérgio Adorno”, *Novos Estudos Cebrap*, 57, pp. 141-154.

ZALUAR, A. M. (1999), “Violência e Crime”, in S. Miceli (org.), *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*, São Paulo: Editora Sumaré/ ANPOCS, 1, pp. 15-107.

ZAUERUCHA, J. (2005), *FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*, Rio de Janeiro, Record.

NOTAS

1. Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Grupo de Trabalho Violencia y seguridad, durante o *I Encuentro entre antropólogos mexicanos y brasileños*, em setembro de 2011, na Cidade do México.
2. As primeiras pesquisas foram sobre jovens infratores no Rio de Janeiro (Misse *et al.*, 1973) e em São Paulo (Cebrap, 1973).
3. A área da Sociologia passou de 12 para 35 linhas de pesquisa entre 1995 a 2000, a Ciência Política de 9 para 14, mantendo-se estável na Antropologia (16 linhas de pesquisa). Em 2000, existiam 52 grupos de pesquisa em todo o país na área de Ciências Humanas, 41 dos quais nas Ciências Sociais. No censo relativo ao ano de 2010 foi possível encontrar 40 linhas de pesquisa relativas à segurança pública e criminalidade e 182 linhas sobre violência.
4. Não será analisada neste artigo a produção referente à atuação dos movimentos sociais na violação de direitos em função do escopo do artigo. Saliento, no entanto, que se trata de um extenso e valoroso material disponível para consulta.
5. Regime político autoritário fundado no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas, entre os anos de 1937-1945. Ressalta-se que o Código Penal e o Código de Processo Penal nacionais foram produzidos nessa época e ainda estão vigentes no país.
6. O policial fez parte de uma organização conhecida como Escuderia Le Cocq, que foi criada para vingar a morte em serviço de um policial, Milton Le Cocq. O grupo era popularmente conhecido como “Esquadrão da Morte”.
7. No Brasil, os estados possuem duas polícias, a Polícia Militar e a Polícia Civil, com atribuições definidas constitucionalmente.
8. A Baixada Fluminense representa do ponto de vista geográfico uma região entre o litoral e a Serra do Mar, composta por treze municípios. Os grupos de extermínio eram compostos por policiais e outros agentes públicos, geralmente contratados por comerciantes e ligados a políticos locais para assassinar (Alves, 2003).
9. Segundo o Grupo Tortura Nunca Mais, o Gal. Cerqueira era o comandante da PMERJ na época do atentado ao Riocentro (1.º de maio de 1981), tendo feito carreira em operações de combate à guerrilha, sendo a mais conhecida a caçada a Carlos Lamarca. Foi escolhido pelo general Milton Tavares (chefe do Centro de Informações do Exército, na época) para combater a guerrilha do Araguaia, entre janeiro e março de 1974. Em 18 de maio de 1995 o general Cerqueira foi nomeado Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Assumiu o cargo afirmando que iria “ocupar as favelas do Rio para pôr fim à violência” (grifo meu).
10. Trata-se de incursões policiais nas favelas com grande efetivo de agentes das forças de segurança estadual, das Forças Armadas e da Força de Segurança Nacional, além de uma ampla cobertura dos meios de comunicação. Essas operações são justificadas pelas autoridades públicas como “ação pacificadora” dos territórios.
11. O termo originariamente se referia a um documento administrativo (Ordem de Serviço “N”, n.º 803, de 2/10/1969, da Superintendência da Polícia Judiciária do estado da Guanabara), que era preenchido pelos policiais quando se tratava da morte de um suposto criminoso em confronto com os policiais, que dispensava a confecção do auto de prisão em flagrante ou a instauração de inquérito policial nesses casos, e hoje é utilizado como título de registro de ocorrência (Miranda e Pita, 2011).
12. Área mais valorizada da cidade e que compreende os bairros situados junto à orla marítima e onde se situam os pontos turísticos de maior projeção internacional.
13. Na zona sul foram implantadas oito unidades, na zona norte está a maior parte das unidades (vinte e três), na zona oeste existem apenas duas e no centro são três. Fonte: <http://>

www.upprj.com/index.php/historico, acesso em 08/01/2014. Destaca-se que a zona oeste é a região de maior presença das milícias (Cano e Duarte, 2012).

14. Há um documentário, “Morro dos Prazeres” (2013), dirigido por Maria Augusta Ramos, que retrata os conflitos entre moradores e policiais numa área de UPP.

15. Deve-se considerar que, do ponto de vista formal, desde a década de 80 as propostas de políticas públicas contemplaram alguns temas considerados problemáticos, tais como a violência racial; violência doméstica e violência contra a mulher. Nesta época foram criadas as Delegacias de Atendimento à Mulher, com o objetivo de oferecer às vítimas um atendimento mais respeitoso. No entanto, não foram estabelecidas as condições necessárias para que se alcançasse um funcionamento eficaz, e, até hoje, não existem ainda, em condições suficientes, abrigos especializados para atendimento às vítimas (Lima, 2009). O mesmo problema se manifesta nas políticas voltadas para as crianças e adolescentes infratores, pois, embora tenham seus direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8069 de 13 de julho de 1990), há um consenso sobre a precariedade das instituições destinadas ao cumprimento de medidas determinadas pelo Estatuto (Gregori e Silva, 2000).

RESUMOS

A segurança pública se constituiu como um campo de pesquisa no Brasil a partir dos anos 80, tendo como objeto de análise as intervenções do poder público, cuja agenda tem oscilado entre os paradigmas da militarização e o dos direitos humanos. Tal dilema explicita uma concepção de ordem pública que impõe padrões de interação das instituições policiais com a sociedade civil a partir das ideias de guerra e pacificação, pondo em cheque a promoção de políticas efetivas e eficazes nesse campo no que se refere à construção da cidadania e à garantia de direitos.

From the 1980's public security became sociological problem in Brazil. This fact has made it possible to delimit a new field of research, which takes the public power intervention as an object of analysis and highlights that the agenda has oscillated between two paradigms: militarization that opposes the paradigm of human rights. This dilemma reveals a conception of public policy which addresses the current modes of police actions guided from the ideas of war and peace enforcement. This model has been devoted for the effectiveness public security policies, but in fact it is an obstacle to the citizenship and the guarantee of rights.

ÍNDICE

Keywords: public security, human rights, militarization, citizenship, state

Palavras-chave: segurança pública, direitos humanos, militarização, cidadania, estado

AUTOR

ANA PAULA MENDES DE MIRANDA

PPGA/Universidade Federal Fluminense

ana_paulamiranda@yahoo.com.br

Animação Sociocultural: imprecisões, ambiguidades, incertezas e controvérsias de uma ocupação profissional

António Manuel Rodrigues Ricardo Batista

1. Animação Sociocultural: imprecisões, ambiguidades e incertezas

- 1 A Animação Sociocultural constitui uma atividade imprecisa, ambígua e incerta. Imprecisa, por ser difícil delimitar os seus contornos. Ambígua, pelos múltiplos sentidos atribuídos ao conceito e que resultam, por um lado, de posicionamentos ideológicos diferentes e, por outro lado, da grande diversidade de âmbitos, de contextos e de públicos a quem a atividade se dirige, bem como da grande variedade de instrumentos que utiliza e de atividades que desenvolve. Incerta, pelo caráter transitório de muitos dos seus trabalhos.
- 2 Na verdade, “não há um autor que se tenha preocupado com o conceito de animação sociocultural que, em seguida, não tenha reconhecido a polissemia, a ambiguidade, a imprecisão, o caráter vago... no uso da expressão” (Trilla, 2004: 25). O mesmo é reconhecido por Quintas e Castaño (1998: 17) quando afirmam que “o conceito de animação é bastante impreciso. Não existe unanimidade entre os autores”. Há, com efeito, segundo Lopes (1993: 79), uma “conflitualidade teórica à volta do conceito”, conferindo aos autores perspetivas de abordagem diferentes.
- 3 Num artigo intitulado “Sobre a Definição de Animação Sociocultural”, Azevedo (2008), após colocar várias interrogações – “A animação sociocultural poderá ser uma ciência? Poderá ser um ramo das ciências sociais? O que é a animação sociocultural? Será uma técnica, um método ou uma ciência?” –, reconhece “que a mesma é um diamante em

bruto que carece de ser lapidado de forma a otimizar a sua apresentação e aplicação social”. Por seu lado, Ander-Egg define-a como “um conjunto de técnicas sociais que, baseadas numa pedagogia participativa, tem como finalidade promover práticas e atividades voluntárias” (1986: 125), apresentando-a “como uma criação frente às atonias do corpo social” (1999: 69-77). Adianta, ao mesmo tempo, trinta e duas definições de vários autores, referindo que a maior parte delas “expressam um projeto pedagógico de consciencialização, de participação e de criatividade social” e “cada um, conforme as suas próprias perspectivas ideológicas/políticas/científicas e a sua própria prática, poderá escolher ou rejeitar” (1999: 69-77). Maria de Lourdes Lima dos Santos (1998: 249), sintetizando a actividade, refere o seguinte:

“(…) torna-se difícil precisar os seus limites e delimitar os seus contornos. Na maior parte dos casos, procede-se de uma das três formas: por exemplificação/inventariação, definindo o conceito pelas atividades que engloba; pela negativa, eliminando as atividades que não se enquadram no seu âmbito; ou, ainda, pelo considerar do seu carácter residual: na Animação cabe, então, um imenso «território - resto» de práticas de difícil classificação.”

2. Animação Sociocultural e transformações sociais

Origem da animação enquanto intervenção social, educativa e cultural

- 4 A animação, enquanto “processo de dar vida, de infundir alma a alguém ou alguma coisa; ato ou efeito de animar ou de se animar”³, é um fenómeno de todos os tempos. No entanto, a origem do conceito de animação, enquanto prática ligada à intervenção social, educativa e cultural, surge somente a partir de meados do século XX, mercê da recomposição do tecido social provocada pelo nascimento das sociedades industriais e da desintegração das chamadas sociedades tradicionais, com todos os problemas que uma alteração dessa natureza acarretou em termos de integração social, de participação comunitária, de comunicação interpessoal e de identidade cultural, indicação que é partilhada pelos vários autores (Ander-Egg, 1999, 2008; Lopes, 2006; Thery, 1970; Tracana, 2006; Ventosa, 2007). Problemas que ganharam expressão à medida a que se ia assistindo à passagem de uma sociedade localizada (em que as identidades se confinavam, basicamente, ao território e à língua) para uma sociedade globalizada (em que as identidades passaram a apresentar um carácter transterritorial, multilinguístico e multimédia), assente em redes de comunicação virtuais (Gonzalez, 2008: 6).

Animação Sociocultural em Portugal

- 5 No caso português, a Animação Sociocultural tem-se traduzido em diferentes formas de intervenção, formas essas que expressam as várias conceções da atividade (Lopes, 2006: 156, 2008a: 457-485 e 2008b: 147-158). Ela começa a ganhar alguma consistência a partir dos anos 60, mercê das novas dinâmicas sociais e económicas que o país começara a conhecer. No entanto, em resultado dos condicionamentos em matéria de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, “a única «animação» permitida era preconizada pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT)” (Ventosa, 2006), cujo propósito era propagandear os ideais do regime político – expressos na tríade “Deus, Pátria e Família” –

através da organização de colónias de férias, de excursões, de demonstrações desportivas, de conferências, entre outras atividades.

- 6 Tendo como pano de fundo uma perspetiva de cultura nacional assente numa conceção nacionalista de Portugal, a criação da FNAT, inspirada no Movimento Internacional Alegria e Trabalho, ao promover “o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”⁴, tem em vista, como refere Daniel de Melo (2001: 62), a “integração do mundo laboral na orgânica corporativa do Estado Novo”, baseada numa perspetiva de conciliação entre o trabalho e o capital e de recusa dos antagonismos sociais e do conflito social, e cujas ações eram preparadas com referência a uma matriz ruralista que se insere num programa político de cultura “espiritual” dos portugueses (Melo, 2001; Ramos do Ó, 1993, 1999; Rosas, 1994; Valente, 1999).
- 7 O papel da FNAT – convergindo com a ação do Secretariado de Propaganda Nacional/ Secretariado Nacional de Informação e das Casas do Povo/Junta Central das Casas do Povo – inscreve-se num trabalho de imposição autoritária de um projeto doutrinário totalizante para a sociedade portuguesa, consubstanciado através de medidas institucionais consagradoras de uma pretendida unicidade político-ideológica. Através desse projeto, o Estado Novo procura, de acordo com Rosas (1994: 281), “moldar todos os níveis da sociedade civil de acordo com os «novos valores», isto é, tentará educá-la e formá-la imperativamente na moral nacionalista, corporativa e cristã, que haveria de presidir à política, às relações de trabalho, aos lazeres, à vida em família, à educação dos jovens ou à cultura em geral.”
- 8 As mudanças que se vão sucedendo na sociedade portuguesa do pós-guerra (Rosas, 1994: 419-501) – resultantes de um processo de industrialização, urbanização e terciarização que vai ganhando forma – transportam consigo novas questões sociais que, ao longo da década de 50, provocariam um reajustamento na linha de orientação do corporativismo, perdendo importância a perspetiva ruralista e ganhando uma crescente expressão a linha industrialista, através dos Planos de Fomento e consubstanciada no Plano de Formação Social e Organização Corporativa.
- 9 Não obstante a abertura que se fez sentir na “Primavera Marcelista”, a ideia nacionalista da cultura nacional não foi colocada de parte. Ela perdurou até ao 25 de Abril de 1974. Portugal mantinha-se, no dizer de Barreto, “(...) muito mais do que qualquer país, (...) numa espécie de atabafante unidade: um povo com uma só etnia, uma só religião, uma só fronteira, uma só língua, uma só cultura, uma só raça – se assim me posso exprimir –, um só Estado.”⁵
- 10 No período de 1974 a 1980 assiste-se à institucionalização da Animação Sociocultural. Esta é centralizada em instituições criadas expressamente para o efeito, assumindo o Estado a gestão e o controlo das atividades e a formação dos animadores. Dentro deste período, Lopes (2006: 157-239) distingue duas fases na Animação Sociocultural: a “fase revolucionária”, que decorre entre 1974 e 1976, e a “fase constitucionalista”, entre 1977 e 1980. Na primeira fase, assiste-se a uma intensa atividade de animação, coordenada pela Comissão Interministerial para a Animação Sociocultural (CIASC). Na segunda fase, a ação da Animação Sociocultural é determinada por instituições que assumiram a centralidade da mesma, constituindo o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ) e o Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL)⁶ exemplos dessa centralidade.

- 11 Entre 1981 e 1990, a conceção de Animação, que anteriormente passava por dar expressão a uma ideia de cultura una e homogénea, evoluiu para o reconhecimento de uma cultura com dimensão plural e diversificada, pois
- “(…) com a emigração, o turismo, o regresso dos retornados, a abertura democrática, a diversidade de investimentos, a criação de grupos e empresas privadas, os partidos políticos e as associações, a televisão, a integração europeia... com tudo isto, de repente há mesquitas, as sinagogas têm nova vida, nascem seitas, surgem novos cultos, aparecem igrejas protestantes; há sindicatos diversificados e plurais, opiniões diferentes, novos credos e crenças... Isto é, está em construção uma sociedade finalmente plural...”
- 12 Neste período, a Animação passa gradualmente da esfera do poder central para a esfera do poder local. Também nesta década Lopes (2006: 240-276) identifica duas fases da Animação Sociocultural: a “fase patrimonialista”, que decorre entre 1981 e 1985, em que o Estado se mantém ainda como o grande impulsionador da atividade, através da Secretaria de Estado da Cultura, do FAOJ e da Junta Central das Casas do Povo, caracterizando-se esta fase por uma intervenção centrada na preservação e recuperação do património cultural; a “fase da deslocação da Animação Sociocultural do poder central para o poder local”, que decorre entre 1986 e 1990, em que o poder local passa a assumir um crescente interesse e um papel relevante na Animação Sociocultural, encarando-a como uma maneira de mobilizar vontades e recursos.
- 13 De 1991 a 1995, assiste-se ao crescimento do fenómeno da imigração, não só dos países africanos de língua oficial portuguesa, mas também do Brasil, dos países da Europa do Leste, da China e da Índia. Nestas circunstâncias, a intervenção da Animação Sociocultural passa a dar expressão à dimensão multicultural (Lopes, 2006: 277-287).
- 14 A partir de meados dos anos 90, em resultado das transformações ocorridas num mundo cada vez mais globalizado, é posta à prova a capacidade da Animação Sociocultural para enfrentar os novos e complexos desafios. E pese embora, no dizer de Ander-Egg (2008: 20-21), a insuficiente valorização atribuída à Animação Sociocultural em termos de políticas públicas, não deixou de se alargar a intervenção dos Animadores Socioculturais nem os seus perfis profissionais de se ampliarem (Ferreira, 2008: 200).
- 15 A este respeito, Dinis (2007) situa a Animação Sociocultural num terreno “flexível” e por natureza “criativo”. Por sua vez, Azevedo (2009), sublinhando a flexibilidade apontada por Dinis, acrescenta o perfil do “animador empreendedor”, como sendo aquele que “desenvolve a actividade em diferentes cenários e posições organizacionais”. Já Correia (2008), ao traçar o “perfil do Animador Investigador”, realça um conjunto de requisitos pessoais e profissionais que remetem, nomeadamente, para o “mundo cívico”, o “mundo inspirado” e o “mundo de projetos” (Boltanski & Thévenot, 1991; Boltanski & Chiapello, 1999; Boltanski, 2001).
- 16 A atuação em novos campos de intervenção parece traduzir, pois, a capacidade de adaptação e flexibilidade dos Animadores Socioculturais perante experiências de trabalho que apresentam – muitas delas – um carácter transitório e uma grande diversidade em termos das competências exigidas. O que parece corresponder à indicação dada por Lopes (2008a) quando, em matéria de empregabilidade, escreve que
- “entre os anos 60 e 90 existiu emprego em Animação. No século XXI vai existir muito trabalho em Animação, mas não o modelo de emprego do século XX, isto requer preparar os Animadores para um novo conceito de empregabilidade assente no trabalho em rede e não no trabalho por conta de outrem, na criação de empresas que respondam ao pulsar do novo tempo e que os contratos programa com lares,

hospitais, jardins de infância, autarquias, organizações governamentais, deem respostas aos diferentes âmbitos de Animação existentes e ainda os que não de vir, porque o movimento da vida vai sempre gerar novas necessidades e consequentemente novos âmbitos.”

- 17 Ao traduzir uma mudança de paradigma em matéria de trabalho, a indicação dada ajusta-se, assim, a um mundo em que o futuro se encontra completamente em aberto. Por um lado, a lógica do “trabalho em rede” tende a difundir-se cada vez mais, parecendo constituir-se como o centro do sistema. Por outro lado, o fosso que separa a decisão do conhecimento parece acentuar-se, ou seja, um mundo que impõe a cada “um de nós o fardo de ter de tomar decisões cruciais que podem afetar a nossa sobrevivência sem qualquer base de conhecimento adequado” e, por vezes, “sem ter consciência das suas consequências” (Žižek, 2007: 450-451). Em muitos casos, a incerteza que caracteriza o mundo moderno de hoje torna difícil prever os resultados das decisões que os indivíduos possam tomar (sejam pessoais, sejam profissionais), requerendo a aquisição de novas capacidades que os tornem adaptáveis e flexíveis. É isto, aliás, que ressalta da análise dos discursos proferidos em Animação Sociocultural: a importância que a lógica de projeto (Boltanski e Chiapello, 1999; Boltanski, 2001) parece estar a ganhar em matéria de emprego. E, a ser assim, a empregabilidade dos Animadores passará a estar condicionada pela capacidade de estes se movimentarem na “rede”, ou seja, a prova da sua grandeza passará a ser dada pela sua capacidade de adaptação e flexibilidade perante experiências de trabalho que tendem a apresentar um carácter transitório e uma grande diversidade em termos das competências exigidas.
- 18 Esta tendência, fazendo-se sentir nos vários setores de intervenção da Animação Sociocultural, assume grande expressão no setor cultural, conforme realça Gomes (2010: 118). Refere este autor que o aumento das oportunidades de trabalho neste setor vem sendo associado a uma maior flexibilidade e precariedade dos vínculos e prestações de trabalho, assim como à emergência ou consolidação de novas funções e modos de organização do trabalho marcados pela polivalência e cumulatividade. Aliás, os dados do Observatório das Actividades Culturais indicam que a crescente difusão das formas flexíveis de trabalho, registada ao longo dos anos 80 e 90, se articula de um modo muito estreito com o aumento da oferta cultural e, nessa medida, com o acréscimo de emprego e de oportunidades de trabalho para os diversos profissionais relacionados com o setor, contando-se entre estes os Animadores Socioculturais a trabalharem em contextos culturais diversos, nomeadamente em departamentos de ação cultural de Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Este aumento da oferta cultural, nomeadamente ao nível das programações das autarquias locais, implica, frequentemente, o estabelecimento de parcerias com associações, fundações e outras entidades, com recurso a formas de trabalho flexíveis, na modalidade de projeto e baseadas em práticas de *outsourcing* (Gomes & Martinho, 2009: 151-159; Martinho, 2010: 243-247).
- 19 O que se regista no setor cultural em geral e na Animação Sociocultural em particular, nas várias vertentes da sua intervenção, inscreve-se num plano mais alargado de uma forte mudança no mundo do trabalho. Mudança que assenta, no caso português, numa crescente representação das formas instáveis de empregar: contratação a prazo/termo, recibos verdes, trabalho temporário, trabalho clandestino, entre outras. Esta mudança começa a desenhar-se a partir da segunda metade dos anos 70 – com a publicação da legislação que regulamenta a contratação a prazo – e ao longo dos anos 80, intensificando-se a partir de meados dos anos 90.

- 20 O trabalho, enquanto mecanismo de inserção e de integração social e de reconhecimento, garantindo níveis básicos de proteção social, parece, pois, estar sujeito a um processo de fragilização. O modelo que tem vindo a ganhar força assenta, em larga medida, no crescimento acentuado das formas de trabalho intermitentes e, não raras vezes, socialmente pouco protegidas. No caso português, a contratação a termo, o trabalho temporário (Pereira, 1988) e a falsa prestação de serviços são exemplos ilustrativos de uma regra e já não de uma exceção na prática contratual.
- 21 Ao contrário do que sucedia há umas décadas, o mundo do trabalho caracteriza-se presentemente por ser pouco linear (Pais: 2005). Especialmente nas gerações mais jovens, os percursos profissionais são “marcados pela instabilidade e pelo risco” (Guerreiro & Abrantes, 2004: 28). E muito embora pareça ser crescente a impotência das comunidades locais em atenuar esse risco (Hespanha *et al.*, 2002: 29), importa perceber a maneira como os indivíduos orientam e ajustam a sua ação, ou seja, que tomadas de posição vão assumindo em face das situações concretas de trabalho com que se vão deparando. E são precisamente essas tomadas de posição que os Animadores Socioculturais vão assumindo sobre o caráter justo ou injusto das situações em que se encontram (Boltanski & Thévenot, 1991: 87), bem como as gramáticas em que as mesmas assentam, que se procurarão aclarar nas várias etapas da investigação em curso.

3. Animação Sociocultural e controvérsias no espaço público

- 22 A informação recolhida até ao momento presente – através de documentos⁸ e através de entrevistas⁹ – revela, por um lado, uma assinalável diferença entre aquilo que os Animadores Socioculturais gostariam que fosse a Animação e aquilo com que estes na realidade se deparam nos vários contextos de trabalho. Diferença que se faz notar em relação às “licenças” e ao “mandato” (Hughes, 1993; Strauss, 1992), ao “poder profissional” (Freidson, 1986 e 1994), à “jurisdição profissional” (Abbott, 1988) e ao “estatuto profissional”, constituindo, por isso, problemáticas que geram tensões e controvérsias entre os profissionais. Por outro lado, a informação recolhida pôs em evidência a diversidade de posições que os atores da Animação Sociocultural assumem face às problemáticas enunciadas, bem como a diversidade de meios utilizados para a sua expressão pública (jornais, revistas, fóruns de discussão, blogs, congressos, encontros, entre outros).
- 23 Desta maneira, à luz da perspetiva da Sociologia Pragmática, perspetiva que considera a ação como o produto de um encontro entre as situações/contextos/acontecimentos e as formas como os atores nelas se envolvem em determinados regimes, os Animadores orientam publicamente a sua ação realçando as questões da justiça e do bem comum. Na verdade, os dados reunidos indicam um efetivo envolvimento destes profissionais em controvérsias em torno de situações problemáticas de justiça e, por via da sua expressão pública, deixam perceber os dispositivos que servem de base às justificações da sua ação e/ou à produção de juízos críticos sobre a ação dos outros. Dispositivos esses que resultam de “diferentes mundos” (*cités*) justificativos (Boltanski & Thévenot, 1991; Boltanski & Chiapello, 1999; Boltanski, 2001), especialmente do mundo cívico, em que o bem coletivo, a promoção da participação na vida da cidade e a igualdade constituem as formas de expressão privilegiadas, dando disso conta os próprios títulos de um conjunto de artigos

incluídos em várias publicações da Animação Sociocultural. Porém, não deixam de resultar também do mundo industrial, em que são destacados os atributos profissionais da Animação Sociocultural e a sua eficácia, do mundo inspirado, em que a criatividade/ inovação, a autenticidade e o espírito artístico são capacidades enaltecidas, e ainda do mundo assente numa lógica de projetos, em que a adaptação e a flexibilidade são atributos indicados como indispensáveis.

- 24 Assim, no que respeita às “licenças”, a controvérsia gira em torno da sua real importância em termos de exercício da Animação Sociocultural. Não assegurando o controlo no acesso ao exercício da atividade, as licenças não protegem a autoridade e prestígio dos profissionais. Com efeito, nas várias manifestações públicas sobre esta matéria, os Animadores Socioculturais deixam claro um sentimento de injustiça resultante da preferência que é dada aos Animadores com formação secundária em muitos contextos de trabalho em detrimento dos Animadores com formação superior.
- 25 Este sentimento de injustiça prende-se, ao mesmo tempo, com a diferença de tratamento entre os licenciados em Animação e outros licenciados no que se refere à remuneração. A explicação para esta diferença de tratamento radica, segundo um participante no ANIMUSFÓRUM de 20 de setembro de 2008, na existência de formações em Animação Sociocultural ao nível secundário, pois “(...) enquanto existirem cursos profissionais na área (...) existe um saco e «colocam-nos» todos lá dentro (...) Se as entidades (...) puderem colocar um Animador do Curso Técnico (é o que fazem porque sai muito mais barato) colocam”.
- 26 Por sua vez, a “multiplicação desenfreada dos cursos de Animação ao nível do ensino superior, ensino profissional e/ou secundário e outras formações paralelas e a inexistência de um fio condutor entre formações constituem fatores desvalorizadores dos diplomas” (ANIMUSFÓRUM, 20 de setembro de 2008). A grande diversidade de âmbitos, de contextos e de públicos a quem a atividade se dirige e, ao mesmo tempo, a grande variedade de formações e a inexistência de um fio condutor entre elas, leva a que Santos Costa (2010: 14), questionando o perfil ocupacional, o modelo de formação e a definição diferencial da Animação Sociocultural, coloque as seguintes interrogações:
- “A Animação Sociocultural é uma profissão específica ou um modelo de intervenção que possa ser utilizado noutras profissões? (...) A Animação Sociocultural deve ter uma formação específica, de animadores, com caráter finalista ou uma formação para a animação, com caráter transversal e incluída em diversos estudos? (...) O que é verdadeiramente específico da Animação Sociocultural? O que faz realmente diferente a Animação Sociocultural em relação a outros modelos de formação?”
- 27 Também Bento (2007), sobre a questão de saber que Animadores devem ser formados, se interroga: “Será que o animador cultural para desenvolver a sua atividade profissional deverá ter uma formação académica? Os animadores deverão ter uma formação polivalente ou especializada?”. E, logo a seguir, refere que “(...) devem existir, do nosso ponto de vista, animadores culturais sem grau académico. Ao mesmo tempo também pensamos que devem existir animadores culturais com formação académica”.
- 28 Por seu turno, a reduzida visibilidade dos projetos de Animação Sociocultural parece constituir, no dizer de uma Animadora Sociocultural a trabalhar num Centro de Dia e Centro de Convívio para Idosos de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, um fator condicionador do valor atribuído aos diplomas (Entrevista 1 – julho de 2010): “(...) há uma série de projetos de intervenção comunitária, mas eles não têm visibilidade, porque

depois ficam neles próprios. (...) dar visibilidade a trabalhos comunitários e ao sentido comunitário... talvez... pudesse ser a chave para um maior valor do diploma (...).”

- 29 Relativamente ao “mandato”, sendo pouco claro, compromete a autonomia e a autoridade profissionais, tornando ambíguo o espaço institucional de atuação dos Animadores Socioculturais. Esta ambiguidade parece estar relacionada, de acordo com as conclusões do debate sobre o Estatuto dos Animadores Socioculturais, promovido pela Associação Regional dos Animadores Socioculturais de Tondela a 9 de março de 2010, “com as especializações existentes no ensino superior”, pois estas tornam “mais complicado gerir os conteúdos funcionais do Animador, assim como os seus direitos e deveres”. E tal como é referido num documento intitulado “*Lexis e Praxis*” – produzido pela Escola Superior de Educação de Santarém sobre a orientação estratégica para a reformulação do curso de licenciatura em Animação Cultural e Educação Comunitária –, a carência de saberes científicos na formação dos Animadores constitui uma explicação para a ambiguidade que se faz notar no seu dia a dia profissional: “Animadores são detentores de Processos mas carecem geralmente de formação conteúdal (saberes numa dada área científica...), (...) não se pode ser só detentor de saberes processuais (saber como se deve agir) sem se saber bem sobre o que (conteúdo) se age, ou vice-versa.”
- 30 Em relação ao “poder profissional”, sendo frágil, traduz-se numa ausência de controlo sobre a relação com os clientes, a organização do trabalho, o mercado e o conhecimento e, desta maneira, incapacita os profissionais em ditar o conteúdo, os termos e as condições do seu trabalho. Este poder, no dizer de uma professora de um curso de licenciatura em Animação Sociocultural, “(...) tem que ser conquistado pelos Animadores, com certeza, e por eles próprios, enquanto grupo socioprofissional” (Entrevista 6 – julho de 2010). A mesma opinião é partilhada por um dirigente associativo (APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, núcleo da região de Lisboa e Vale do Tejo – Entrevista 7 – julho de 2010) ao afirmar que “(...) o Animador tem sobretudo de conquistar o espaço, o espaço não lhe é cedido em função da formação que apresenta, ao contrário do que sucede, normalmente, com o Assistente Social, em que o espaço lhe é cedido em função do curso em que está formado (...)”.
- 31 Em matéria de “jurisdição profissional”, sendo vulnerável, explica a intromissão de outros profissionais nas atividades de Animação Sociocultural. Efetivamente, “(...) debaixo da designação Animação temos situações muito diversas, algumas até híbridas” (professora de um curso de licenciatura em Animação Sociocultural – Entrevista 6 – julho de 2010).
- 32 Sobre o “estatuto profissional”, percebe-se que a necessidade de existir um estatuto para o reconhecimento da atividade de Animação Sociocultural suscita controvérsia. Por um lado, há a expectativa de que o estatuto possa regular a atividade de Animação Sociocultural e, dessa maneira, constituir um fator disciplinador do mercado, indicando e impondo os requisitos necessários para o seu exercício. Por outro lado, há o receio de que o estatuto possa limitar a atividade de Animação Sociocultural e, desse modo, constituir um fator de exclusão.
- 33 Para os defensores do estatuto enquanto regulador da atividade, a sua criação constitui uma medida essencial para
“disciplinar o exercício da profissão do Animador, distinguindo os direitos e deveres do profissional (...)”, uma vez que “(...) terá que ser aprovado por uma Associação de Direito Público, representativa dos profissionais do setor, que mais tarde se poderá/deverá transformar em Sindicato ou até mesmo em Ordem Profissional” (conclusões do debate sobre o Estatuto dos Animadores Socioculturais,

promovido pela Associação Regional dos Animadores Socioculturais de Tondela em março de 2010).

- 34 Associação essa que chamará a si, no dizer dos defensores do estatuto, a prerrogativa de “certificar o perfil e as competências dos profissionais de animação sociocultural”, garantindo assim a sua qualidade técnica e pedagógica. Dentro desta linha reguladora, o estatuto terá de conter um corpo normativo que permita “disciplinar as relações que os animadores socioculturais estabelecem entre si, reciprocamente, ou com a comunidade” e, ao mesmo tempo, sancionar os que não cumpram os princípios deontológicos estabelecidos.
- 35 Os que receiam que o estatuto constitua um fator de exclusão, referem que “(...) é preciso ter cuidado, o estatuto tanto poderá limitar a atividade, afastando dela pessoas que há muitos anos fazem Animação, pese embora não tenham formação formal (...) (Dirigente da APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, núcleo da região de Lisboa e Vale do Tejo – Entrevista 7 – julho de 2010).
- 36 Mais contundente é a posição de Esau Dinis (2010: 179-193) no que diz respeito ao estatuto:
- “recuso a criação de dispositivos jurídicos que assegurem um tratamento específico para a Animação Sociocultural e seus profissionais (...) Longe de preconizar códigos deontológicos e estatutos corporativos de reduzida eficácia e natural opacidade, apostaria, antes, que fossem exploradas modalidades de transparência, como o contrato de animação, ou contrato de projeto, em que os dados ficam definidos e se previnem operações de desvio, de ocultação ou manipulativas, sejam na linha do domesticar, sejam no intuito de rutura ou «revolução», seja na contumácia de prolongar rotinas contra a corrente (...)”.

4. Nota final

- 37 Não obstante a Animação Sociocultural acompanhar as grandes transformações sociais ocorridas a partir de meados do século XX, não deixa de ser assinalável a diferença entre aquilo que os Animadores Socioculturais gostariam que fosse a Animação e aquilo com que se deparam nos vários contextos de trabalho: imprecisão, ambiguidade e incerteza. Essa diferença gera tensões que se traduzem em controvérsias públicas em torno de situações problemáticas de justiça. Desde logo, em torno da (in)definição do próprio conceito de Animação e, articuladamente, em torno das “licenças”, do “mandato”, do “poder profissional”, da “jurisdição profissional” e do “estatuto profissional”. Os argumentos que suportam as diversas justificações e/ou os juízos críticos que os Animadores Socioculturais vão produzindo em relação às problemáticas que afetam a atividade assentam sobretudo em dispositivos de ordem cívica. Mas também em dispositivos relacionados com os atributos profissionais e a sua eficácia, com a criatividade/inação, a autenticidade e o espírito artístico e com a flexibilidade e a capacidade de adaptação a um mundo em que o futuro é uma incógnita.

BIBLIOGRAPHY

- ABBOTT, A. (1988), *The System of Professions – An Essay on the Division of Expert Labor*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- ANDER-EGG, E. (1986), *Metodologia y Practica de la Animacion Sociocultural*, Buenos Aires, Humanitas.
- ANDER-EGG, E. (1999), *O Léxico do Animador*, Amarante, ANASC – Associação Nacional dos Animadores Socioculturais.
- ANDER-EGG, E. (2008), “A Animação Sociocultural e as Perspetivas para o Século XXI” in J. D. L. Pereira et al., *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI*, Chaves, Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural, pp. 19-32.
- ARENDRT, H. ([1948] 2006), *As Origens do Totalitarismo*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- AZEVEDO, C. A. S. (2008), “Sobre a Definição de Animação Sociocultural”, in *Práticas de Animação*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Ano 2, n.º 1, outubro de 2008 (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).
- AZEVEDO, C. A. S. (2009), “O Animador Empreendedor”, in *Práticas de Animação*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Ano 3, n.º 2, outubro de 2009 (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).
- BAUMAN, Z. ([2005] 2006), *Confiança e Medo na Cidade*, Lisboa, Relógio D'Água Editores.
- BENTO, A. (2007), “Afimial que Animadores devemos formar?”, in *Revista Práticas de Animação*, ano 1, n.º 0, outubro de 2007.
- BOLTANSKI, L. e L. Thévenot (1991), *De la Justification : les économies de la grandeur*, Paris, Gallimard.
- BOLTANSKI, L. e È. Chiapello (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris, Gallimard.
- BOLTANSKI, L. (2001), “A Moral da Rede? Críticas e Justificações nas Recentes Evoluções do Capitalismo”, *Fórum Sociológico* n.º 5/6 (nova série), pp. 13-35.
- CORREIA, P. S. (2008), “O Perfil do Animador/Investigador”, in *Práticas de Animação*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Ano 2, n.º 1, outubro de 2008 (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).
- COSTA, C. Santos (coord.) (2010), *Animação Sociocultural – Profissão e Profissionalização dos Animadores*, Oliveira de Azeméis, Livpsic.
- DINIS, E. (2007), “Animação, Animadores e Metáforas”, in A. N Peres e M. S. C. Lopes, *Animação Sociocultural – Novos Desafios*, Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP), pp. 47-61.
- DINIS, E. (2010), “Princípios Éticos e Deontológicos da Animação Sociocultural e dos Animadores – Algumas Pistas”, in C. Santos Costa (coord.), *Animação Sociocultural – Profissão e Profissionalização dos Animadores*, Oliveira de Azeméis, Livpsic, pp. 179-193.
- FERREIRA, F. I. (2008), “A Animação Sociocultural e as Transformações no Mundo do Trabalho”, in J. D. L. Pereira et al. (coords.), *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI*, Chaves, Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural, pp. 192-206.

FREIDSON, E. (1986), *Professional Powers – A Study of Institutionalization of Formal Knowledge*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.

FREIDSON, E. (1994), *Professionalism Reborn – Theory, Prophecy and Policy*, Cambridge, Polity Press.

FREIDSON, E. ([1994] 1998), *Renascimento do Profissionalismo: Teoria, Profecia e Política*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

GILLET, J.-C. (1995), *Animation et Animateurs. Le sens de l'action*, Paris, L'Harmattan.

GOMES, T. R. (2010), “Emprego, Democratização Cultural e Formação de Públicos”, in M.^a de L. L. Santos e J. M. Pais (orgs.), *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, pp. 115-120.

GOMES, T. R. e T. D. Martinho (2009), *Trabalho e Qualificação nas Actividades Culturais. Um Panorama em Vários Domínios*, OAC – Observatório das Actividades Culturais (www.oac.pt).

GONZALEZ, M. V. (2008), “La Animación Ante los Retos de la Sobremodernidade”, in *Práticas de Animação*, APDASC – Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, Ano 2, n.º 1, outubro de 2008 (<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>).

GUERREIRO, M.^a D. e P. Abrantes (2004), *Transições Incertas: os Jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, DGEEP – Direção-Geral Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério das Atividades Económicas e do Trabalho.

HESPANHA, P. et al. (2002), “Globalização Insidiosa e Excludente. Da Incapacidade de Organizar Respostas à Escala Local”, in P. Hespanha e G. Carapinheiro (orgs.) *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar mais?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 25-54.

HUGHES, E. C. (1993), *The Sociological Eye*, USA, Transaction Publishers.

LOPES, J. T. (1993), *Animação no Espaço Escolar Urbano – um estudo sobre políticas autárquicas de Animação Sociocultural* ([http://ler.letras.up.pt./ uploads/ficheiro/1310.pdf](http://ler.letras.up.pt./uploads/ficheiro/1310.pdf)).

LOPES, M. de S. (2006), *Animação Sociocultural em Portugal*, Chaves, Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

LOPES, M. de S. (2007), “Animação Sociocultural em Portugal”, in *Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana*, vol. 1, n.º 1, outubro de 2006 a fevereiro de 2007 ([www.lazer.eefd.ufrj.Br/ animadorsociocultural/pdf/ac105.pdf](http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac105.pdf)).

LOPES, M. de S. (2008a), “Os Perfis Profissionais da Animação Sociocultural em Portugal”, in V. Ventosa (2008), *Los Agentes de la Animación Sociocultural: el Papel de las Instituciones, de la Comunidad y de los Profesionales*, Madrid, Editorial CCS, pp. 457-485.

LOPES, M. de S. (2008b), “A Animação Sociocultural: os velhos e os novos desafios”, in J. D. L. Pereira et al. (coords.), *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI*, Chaves, Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural, pp. 147-158.

MARTINHO, T. D. (2010), “Trabalho no Setor Cultural – Dois Tópicos em Foco: Flexibilidade e Regulação”, in M.^a de L. L. Santos e J. M. Pais (orgs.), *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, pp. 243-247.

MELO, D. (2001), *Salazarismo e Cultura Popular (1933 – 1958)*, Lisboa, ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Ó, J. M. N. Ramos do (1993), *O Dispositivo Cultural nos Anos da “Política do Espírito” (1933-1949)*, Mestrado de História dos Séculos XIX e XX (secção do século XX), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

- Ó, J. M. N. Ramos do (1999), *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural Durante a “Política do Espírito” (1933-1949)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- PAIS, J. M. (2005), *Ganchos, Tachos e Biscates – Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar.
- PEREIRA, J. C. S. (1988), *O Trabalho Temporário – Excepção ou Regra na Prática Contratual*, Coleção Estudos, Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- QUINTAS, S. e M. Castaño (1998), *Animación Sociocultural. Nuevos enfoques*, Salamanca, Amaru Ediciones.
- ROSAS, F. (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, 7.º volume da História de Portugal (Direção de José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores.
- SANTOS, M.ª de L. L. dos (coord.) (1998), *As Políticas Culturais em Portugal*, OAC – Observatório das Actividades Culturais.
- STRAUSS, A. (1992), *La Trame de la Négociation – Sociologie Qualitative et Interactionnisme*, Paris, Éditions L’Harmattan.
- THÉRY, H. (1970), “L’animation dans la société d’aujourd’hui”, in *Recherche Sociale* n.º 32, 1970.
- THÉVENOT, L. (2006), *L’Action au Pluriel – Sociologie des Régimes d’Engagement*, Paris, La Découverte.
- TRACANA, M.ª E. (2006), “A importância do Animador na Sociedade Atual”, in *Anim’arte: Revista de Animação Sociocultural*, XIV, 61, 2006, pp. 12-13.
- TRILLA, J. (coord.) (2004), *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos*, Lisboa, Instituto Piaget.
- VALENTE, J. C. (1999), *Estado Novo e Alegria no Trabalho: Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Edições Colibri – INATEL.
- VENTOSA, V. J. (2007), “Animação Sociocultural na Europa”, in A. N. Peres e M. de S. Lopes, *Animação Sociocultural – Novos Desafios*, Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP), pp. 201-220.
- VENTOSA, V. J. (coord.) (2006), *Perspetivas Actuales de la Animación Sociocultural: cultura, tiempo libre y participación social*, Madrid, Editorial CCS.
- ŽIŽEK, S. (2007), *Le Sujet qui Fâche – Le Centre Absent de l’Ontologie Politique*, Paris, Flammarion.

NOTES

3. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa.
4. Decreto-Lei n.º 25495, de 13 de junho de 1935 – diploma de criação da FNAT.
5. António Barreto, *Expresso* de 11 de julho de 1998, cit. in Lopes, 2006: 239.
6. A FNAT passou a denominar-se INATEL em 3 de abril de 1975.
7. António Barreto, *Expresso* de 11 de julho de 1998, cit. in Lopes, 2006: 276.
8. Jornais, revistas, atas de congressos e encontros, fóruns de discussão e blogs.
9. Foram efetuadas oito entrevistas ao longo do mês de julho de 2010: quatro a Animadores Socioculturais com formação superior, duas a professores do curso de licenciatura em Animação Sociocultural, uma a um dirigente associativo e uma a um estudante finalista do curso de licenciatura em Animação Sociocultural.

1. Ele surge no âmbito do projeto de doutoramento *Animação Sociocultural, Atores e Controvérsias Públicas*, a decorrer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e cujo objetivo é perceber a maneira como os Animadores Socioculturais orientam e ajustam a sua ação em face do caráter justo ou injusto das situações concretas de trabalho com que se vão deparando.

2. Animadores Socioculturais com formação superior, alunos finalistas de cursos de licenciatura em Animação Sociocultural, professores desses mesmos cursos e dirigentes das associações que representam os Animadores Socioculturais.

ABSTRACTS

O presente artigo¹ tem como propósito dar conta das problemáticas suscitadas no seio da Animação Sociocultural e, ao mesmo tempo, das posições que assumem os seus atores² nas controvérsias públicas em que se envolvem em torno dessas mesmas problemáticas. Aborda-se, em primeiro lugar, a Animação Sociocultural enquanto atividade de intervenção social, educativa e cultural: a sua imprecisão, a sua ambiguidade e a incerteza que esta atividade comporta. Em seguida, relaciona-se a Animação Sociocultural com as transformações ocorridas na sociedade. Por último, evidenciam-se as problemáticas existentes, a diversidade de posições que os atores da Animação Sociocultural assumem perante essas mesmas problemáticas e, ainda, a diversidade de meios utilizados para a sua expressão pública.

This article aims to give an account of the issues raised within the Sociocultural Animation and, at the same time, the positions their players take in public controversies in which they engage around these same issues. Covers up, first, the Sociocultural Animation intervention activity while social, educational and cultural: its vagueness, its ambiguity and the uncertainty this activity entails. Then it relates Sociocultural Animation to the changes occurring in society. Finally, the existing problems are shown and also the diversity of positions that actors of Sociocultural Animation take before such problems, as well as the variety of means used for its public expression.

INDEX

Keywords: sociocultural animation, pragmatic sociology, public controversy, rules of engagement in public

Palavras-chave: animação sociocultural, sociologia pragmática, controvérsias públicas, regime de envolvimento em público

AUTHOR

ANTÓNIO MANUEL RODRIGUES RICARDO BATISTA

Doutorando em Sociologia, área de especialização em Cultura, Conhecimento e Educação (FCSH,UNL), Mestrado em Sociologia, área de especialização em Conhecimento, Educação e Sociedade (FCSH,UNL), Licenciatura em Sociologia (ISCTE-IUL). Experiência profissional: áreas do

emprego, da educação e da formação profissional. Atividade profissional atual: Sociólogo no Gabinete Técnico da Fundação Monsenhor Alves Brás; investigador/colaborador do CesNova – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (grupo de trabalho: Mundos Sociais, Trajetórias e Mobilidades); professor do ensino secundário profissional na Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social (aricardo1959@gmail.com)

Violência contra as mulheres: processos e contextos de vitimização¹

Joana Aguiar Patrício

NOTA DO AUTOR

Pesquisa co-financiada pelo Programa Operacional Potencial Humano/Fundo Social Europeu (POPH/FSE) no âmbito de Bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SFRH/BI/33013/2006).

- ¹ Nas últimas quatro décadas, as práticas de violência nas relações privadas da família, sobretudo contra crianças e mulheres, foram progressivamente constituídas em problema social. Comumente denominada violência doméstica, a violência contra as mulheres na esfera familiar é uma questão prioritária nas agendas políticas internacionais e nacionais. Em 2011, o Parlamento Europeu define a Política-quadro para o Combate à Violência contra as Mulheres e o Conselho da Europa estabelece a Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, documento ratificado por Portugal em 2013 e em vigor a partir de 1 de Agosto 2014. Internamente, vários países europeus concretizam planos nacionais de combate à violência e discriminação das mulheres. Em Portugal, em 2000, a violência doméstica assume a natureza de crime público (Lei n.º 7/2000). Mais recentemente, autonomiza-se no Código Penal, estipulando-se o crime de violência doméstica (Lei n.º 59/2007), as suas vítimas são objeto de proteção específica (Lei n.º 112/2009). Desde o final dos anos noventa executaram-se consecutivamente quatro planos nacionais contra a violência doméstica (PNVD). O V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017) está em execução.

- 2 A investigação e os sucessivos debates teórico-metodológicos têm contribuído para a redefinição do objeto e formulação de políticas de combate à violência. A problematização encetada pelos movimentos feministas da década de setenta, focada na violência conjugal contra as mulheres, progrediu, identificando-se novas dimensões da violência no casal – *e. g.*, a vitimização dos homens, a violência em casais do mesmo sexo, a violência sexual entre parceiros/as íntimos/as, a violência no namoro.
- 3 O artigo procura analisar a vitimização das mulheres enquanto processo cumulativo, um processo paralelo ao decurso da vida da mulher, uma questão suscitada por pesquisa anteriormente realizada (Patrício, 2010). A perspetiva da vitimização enquanto processo cumulativo e não circunscrito a determinada etapa da vida ou contexto social é recente (*e. g.*, Anderson, 2010). A informação do Inquérito Nacional Violência de Género², realizado em 2007, permite uma análise exploratória e comparativa dos processos e contextos da vitimização sexual, física e psicológica, declarados por mulheres vítimas de violência sexual.
- 4 As particularidades da vitimização sexual dificultam o conhecimento sobre o problema. Primeiro, o não reconhecimento da violência sexual no casal compromete a sua aferição e pode originar um predomínio das violências física e psicológica em estudos sobre violência no casal. Segundo, o assédio sexual é referenciado por mulheres mais jovens, por vezes sem experiência conjugal ou de coabitação, e em contextos de ocorrência externos à família (Patrício, 2010). A diversidade da vitimização sexual ao nível de vítimas e dos contextos condiciona uma pesquisa conjunta, escasseando, ao mesmo tempo, a pesquisa de formas distintas de violência sexual.
- 5 Na linha de pesquisas mais recentes, propõe-se uma análise da vitimização enquanto processo iniciado na infância ou juventude e desenvolvido no curso de vida da mulher. Constituído por episódios únicos ou replicados ao longo da vida, a noção de processo de vitimização permite equacionar a coexistência de relações violentas, não circunscritas ao contexto do casal ou da família, ou a um único tipo de violência. Neste artigo dá-se conta dos resultados a que se chegou, examinando a vitimização sexual, física e psicológica declarada pelas vítimas de violência sexual.

Estado da arte

- 6 Até muito recentemente, a vitimização foi analisada de forma compartimentada, isolando-se fases da vida, tipos de violência e contextos de perpetração. A crescente relevância do fenómeno da violência como um processo relacional e integrado no curso de vida do indivíduo permite ultrapassar a cisão entre vitimização na infância e adolescência e a vitimização em idade adulta (*e. g.*, Anderson, 2010; Krebs, Breiding et al., 2011; Carbone-Lopez, Renninson et al., 2012). Em 2001, Macmillan referia a conexão entre o risco de vitimização e a idade da vítima. Segundo o autor, parte substancial da vitimização violenta antecede a transição para a idade adulta comprometendo o desenvolvimento do indivíduo. Importa avaliar o impacto da vitimização no curso de vida (*idem*), nomeadamente, ao nível das suas consequências para o indivíduo, e relacionar a vitimização familiar ao longo da vida (Williams, 2003) e com contextos de vitimização externos à família.
- 7 A vitimização enquanto processo múltiplo e cumulativo é objeto de pesquisas, sobretudo centradas na infância e adolescência. Finkelhor e equipa introduzem o conceito de

polivitimização e consideram polivítimas as crianças e jovens que experienciaram quatro ou mais tipos de vitimização durante um ano (e.g., Finkelhor, Ormrod *et al.*, 2007a e 2007b). Entre crianças e jovens, a polivitimização é um forte preditor de sintomas de trauma e de problemas psicológicos (Finkelhor, Ormrod *et al.*, 2007a; Ellonen e Salmi, 2011). Para além disto, as polivítimas têm maior probabilidade de serem vitimadas por pares na escola, familiares em casa, ou por pessoas da vizinhança ou da comunidade envolvente (Turner, Finkelhor *et al.*, 2010); e correm um risco elevado de serem polivitimizadas no ano seguinte (Finkelhor, Ormrod *et al.*, 2007b).

- 8 Devido à severidade inerente aos atos sexuais e às consequências que implica para a vítima, a pesquisa sobre a coocorrência da violência torna-se relevante entre as vítimas de violência sexual. A partir do National Survey of Children's Exposure to Violence, Turner, Finkelhor e Ormrod (2010) concluem que a violência sexual é provavelmente mais experienciada por crianças polivítimas do que por outras crianças vitimadas. Por outro lado, as crianças vítimas de abuso sexual apresentam maior propensão para serem polivítimas (Finkelhor, Ormrod *et al.*, 2007a). A equipa de Finkelhor conclui que para algumas crianças a vitimização não se restringe a um episódio único, e é antes uma condição de vida à qual acrescem os efeitos da adversidade experienciada, efeitos que se acumulam e perduram no tempo (Turner, Finkelhor *et al.*, 2010), um aspeto que deve ser ponderado na pesquisa sobre a vitimização adulta.
- 9 Em geral, escasseiam as investigações sobre a coocorrência de tipos e contextos de vitimização em indivíduos adultos, sobretudo quando envolve violência sexual. A partir do estudo norte-americano National Intimate Partner and Sexual Violence Survey 2010, Black e equipa (Black, Basile *et al.*, 2011) expõem a severidade implícita na vitimização sexual e a coocorrência de outras formas de violência. Nos EUA, durante a sua vida, perto de uma em cada cinco mulheres foi violada (*idem*). Entre as mulheres vítimas de violação destaca-se a perpetração por indivíduos próximos da vítima, nomeadamente, parceiros íntimos e conhecidos (respectivamente 51,1% e 40,8% das vítimas); e, com menor relevância, a violação por indivíduos estranhos (15,1% das vítimas) (*idem*). Para a maior parte das vítimas de violação completa, a primeira violação é bastante precoce: para 42,5% das vítimas o primeiro episódio deu-se antes de completarem 18 anos, percentagem que ascende aos 80% ao considerar-se um primeiro episódio antes dos 25 anos de idade (*idem*). O inquérito norte-americano expõe a severidade da violência contra as mulheres mais jovens: além de as mulheres serem fortemente vitimadas por violência sexual, perseguição e violência do parceiro íntimo, muitas das vezes, o primeiro episódio ocorre durante a infância, repetindo-se entre as jovens que têm entre 18 e 24 anos (*idem*: 83). Paralelamente, entre as vítimas de violência do parceiro íntimo, estima-se que mais de uma em cada três mulheres tenha sido vítima de múltiplas formas de violação, perseguição ou de violência física; e que ao longo da sua vida cerca de uma em cada dez mulheres tenha sido violada por um parceiro íntimo (*idem*). Este estudo revela também que, ao longo da sua vida, cerca de uma em cada duas mulheres foi vítima de violência sexual que não uma situação de violação (*idem*).
- 10 Para Krebs, Breiding *et al.* (2011), importa conhecer os processos da múltipla vitimização de adultos e aferir as consequências da sobreposição dos tipos de violência no curso de vida das vítimas, sobretudo ao nível da violência sexual pelo parceiro íntimo. Já na década de oitenta, Frieze focava a associação entre violência física e coerção sexual e a violação entre mulheres casadas (1983, ref. *idem*). Mais recentemente, Marshall e Holtzworth-

Munroe mostram que a perpetração de violência física e agressão psicológica por parte do marido está significativamente relacionada com a perpetração de violência sexual; e que a violência física e agressão psicológica por parte dos maridos predizem a coerção sexual (2002, ref. *idem*). Somente o exercício de violência física pelos maridos prediz a perpetração de sexo forçado por esses maridos, na forma tentada ou efetiva (*idem*, ref. *idem*). Em consonância com outros estudos, os maridos fisicamente mais violentos perpetram a violência com um carácter mais sexual (1994, Holtzworth-Munroe e Stuart, ref. *idem*).

- 11 A partir do National Intimate Partner and Sexual Violence Survey Pilot Study, estudo representativo da população dos EUA de mulheres adultas com 18 ou mais anos, e com recurso a métodos estatísticos multivariados, Krebs, Breiding *et al.* (2011: 489) avaliam a sobreposição das experiências de violência física, violência sexual, agressão psicológica e perseguição por parceiros íntimos e não íntimos. Considera-se vitimização por violência sexual os casos reportados de tentativa ou ato de relações sexuais não desejadas pelo parceiro íntimo com penetração oral, vaginal e/ou anal; incluindo o contato através da força, intimidação ou incapacitação da vítima (*idem*). Os investigadores constataam que, entre as mulheres com experiência de vitimização sexual perpetrada pelo parceiro íntimo, a maior parte foi também vítima de violência física pelo parceiro (70,3 %) e de violência psicológica (89,3 %) pelo parceiro (*idem*). Os atos de perseguição, violência sexual e abuso emocional por um parceiro íntimo encontram-se positivamente relacionados com a probabilidade de a vítima experienciar violência física por um parceiro íntimo (*idem*). Os fatores associados a uma maior probabilidade em ser vítima de violência sexual por um parceiro íntimo são o ter sido vítima de perseguição, de violência física, ou de agressão psicológica por um parceiro íntimo (*idem*: 494).
- 12 Por sua vez, Carbone-Lopez, Rennison *et al.* (2012) adotam a perspectiva da vitimização enquanto processo desenvolvido ao longo da vida e focam padrões de vitimização nas relações de intimidade presentes e passadas. Com base no National Violence Against Women Survey, EUA, os autores concluem que as mulheres com experiência de violência grave no contexto do relacionamento íntimo têm maior probabilidade de ter um novo relacionamento igualmente violento (*idem*). Paralelamente, a precocidade na experiência de violência perpetrada pelos pais tem profundas implicações para o desenvolvimento e manutenção das relações de intimidade em idade adulta, bem como as experiências de violência nesses relacionamentos (*idem*). Carbone-Lopez, Rennison *et al.* (2012) avançam com aspetos importantes para explicar a continuidade ou a interrupção do processo de vitimização: a agência e a capacidade do indivíduo para mudar, e a aquisição de recursos e de elementos-chave para sair do padrão de relação violenta.
- 13 Para conhecer o/os processo/s de vitimização do indivíduo importa comparar os contextos de vitimização, a singularidade ou a repetição de determinada situação de violência. Quer o episódio esporádico, quer a situação de violência continuada e padronizada, cometidos por desconhecidos/as ou conhecidos/as da vítima, têm um impacto no curso de vida do indivíduo (Macmillan, 2001). Porém, a investigação sobre o fenómeno raro e ocasional parece escapar à pesquisa centrada no fenómeno rotineiro e duradouro (*e. g.*, Elder, 1974, cit. Macmillan, 2001), aspetos que devem ser considerados na investigação sobre os contextos de ocorrência e formas de violência sexual. Para White (2009), os estudos longitudinais assentes em grandes amostras permitem conhecer o impacto da violência familiar no curso de vida do indivíduo.

- 14 Perante as investigações quantitativas internacionais referidas e no quadro do Inquérito Nacional Violência de Género (Lisboa, Barroso *et al.*, 2009) é possível analisar a vitimização das mulheres enquanto processo cumulativo. As vítimas de violência sexual têm maior propensão para serem vítimas de violência mais severa, e embora o conceito de polivitimização de Finkelhor e equipa (2007a) não seja aqui aplicado, procura-se conhecer a severidade e o impacto da violência na vida das vítimas de violência sexual. A pesquisa longitudinal permite compreender o modo como os contextos de vitimização se sucedem no curso da vida da mulher: infância, juventude, idade adulta, velhice. Paralelamente permite discernir a relação entre práticas de violência no namoro e no contexto da conjugalidade ou da coabitação, uma questão importante, já que, por um lado, em inquéritos nacionais de vitimização de mulheres adultas sobressai a violência conjugal (*e. g.*, Lisboa, Barroso *et al.*, 2009), e, por outro lado, pesquisas nacionais com jovens mostram a violência no namoro como forte preditor de violência conjugal (*e. g.*, Machado, Caridade *et al.*, 2010), um elemento que contribui para o agravamento no processo de vitimização em idade adulta. Dado que, em estudos nacionais, entre a vitimização sexual sobressai a relacionada com situações de assédio e que é declarada por mulheres mais jovens (Patrício, 2010), procura-se discernir as diferentes formas de vitimização sexual no curso de vida da mulher. Neste contexto, colocam-se quatro questões. Primeira, o que distingue a vitimização e a perpetração de violência sexual das restantes formas de violência? Segunda, qual é o grau de severidade da violência experienciada por vítimas de violência sexual? Terceira, como se iniciam e desenrolam diferentes processos de vitimização ao longo da vida da vítima? Quarta e última questão, quais as dinâmicas associadas a contextos de vitimização distintos?
- 15 A partir de um conjunto de variáveis do questionário Inquérito Nacional Violência de Género e tendo em conta que a informação recolhida reflete a perceção das inquiridas sobre a sua vitimização e a forma como a declaram a terceiros, pretende-se conhecer o modo como as relações e as dinâmicas de vitimização por violência sexual, física e psicológica se estabelecem em contextos distintos. A análise tem como fio condutor a idade da vítima quando determinado ato de violência ocorre pela primeira vez. Parte-se do pressuposto de que a idade da mulher no primeiro episódio de determinado ato de violência condiciona o ato de violência, o tipo de relação com o/a perpetrador/a e, conseqüentemente, os espaços de ocorrência, as reações e os motivos associados a essa vitimização.
- 16 A pesquisa tem um carácter exploratório e visa aprofundar a perspetiva da vitimização enquanto processo cumulativo no quadro da informação recolhida no estudo quantitativo nacional, sem pretensões de assumir a complexidade analítica de estudos internacionais anteriormente referenciados, uma vez que os dados o não permitem.

Metodologia

- 17 O artigo centra-se na análise da vitimização declarada por mulheres que sofreram alguma forma de violência sexual e decorre de pesquisa anterior sobre violência sexual no feminino³ (Patrício, 2010). Consideram-se 53 atos de violência repartidos da seguinte forma: 26 atos de violência psicológica, 14 de violência física e 13 atos de violência sexual (*idem*). Os atos de violência sexual foram categorizados em três géneros: assédio sexual; relação sexual forçada; e pornografia, aborto ou gravidez forçada, o que permite

comparar a diversidade de contextos da vitimização sexual (ver Gráfico 1) (Patrício, 2010)⁴

- 18 A pesquisa reporta-se às vítimas de violência sexual (112 mulheres) e aos atos de violência física, sexual e psicológica por elas referenciados (396 casos) no Inquérito Nacional Violência de Género (*idem*). Procedeu-se a uma análise de dados univariada e bivariada com recurso aos programas SPSS e EXCEL. Face aos objetivos propostos, calculou-se a idade da mulher aquando da sua primeira vitimização por cada ato de violência sexual, psicológica ou física (informação obtida para 348 casos de violência, cerca de 88 % dos casos). Para os 396 casos de violência registados, analisam-se as respostas com informação válida para as variáveis: idade da mulher; situação conjugal; idade da mulher quando vitimada pela primeira vez; tipo de violência; relação de parentesco com o/a perpetrador/a; local de ocorrência do ato; reação ao ato de violência; motivo atribuído ao ato de violência. Na análise dos atos de violência, o caso reporta-se ao ato e não ao indivíduo-vítima (Patrício, 2010).

Resultados

- 19 Ao longo da vida, as mulheres são confrontadas com diversos contextos de vitimização. Os processos de vitimização das vítimas de violência sexual, declarados no Inquérito Nacional Violência de Género, iniciaram-se na juventude das vítimas e antecedem uma primeira situação de conjugalidade: 40 % das vítimas sexuais tem entre os 18 e 34 anos e 35 % é solteira (Patrício, 2010). As vítimas de violência sexual são relativamente mais jovens do que as vítimas de atos de violência psicológica e/ou física, inquiridas no estudo nacional (*idem*).
- 20 As vítimas de violência sexual não foram apenas vítimas de atos sexuais. A violência sexual representa 36 % da violência por elas declarada⁵, sobretudo situações de assédio sexual como “frases com duplo sentido e obscenidades” (Gráfico 1). Se para a maior parte das mulheres, a vitimização sexual se reporta a situações de menor gravidade, como o assédio sexual (74 % das vítimas), o inquérito nacional expõe uma realidade mais severa, por vezes ocultada ou menos reconhecida pelas mulheres: as relações sexuais forçadas na forma tentada ou consumada (*idem*). Para 14 % das vítimas, a violência sexual circunscreve-se a relações sexuais forçadas, atos que representam perto de 14 % da violência sexual relatada (*idem*) (Gráfico 1).


Gráfico 1 Episódios de violência sexual (n=163) (%)

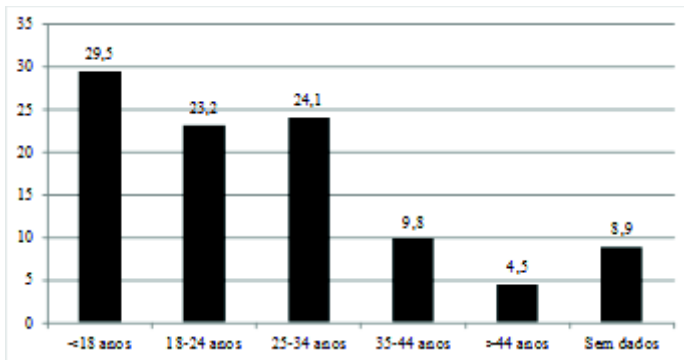


Fonte: Patrício, 2010.

Fonte dos dados: *Inquérito Nacional Violência de Género*, CIG, CesNova/FCSH-UNL.


- 21 A severidade da violência experienciada pelas mulheres pode ser aferida de várias formas. Em primeiro lugar, a precocidade no início do processo de vitimização. Para cerca de 30 % das vítimas, o primeiro episódio de violência sexual, física ou psicológica registou-se antes de completarem 18 anos, percentagem que ultrapassa a metade das vítimas, se se considerar uma primeira vitimização antes dos 25 anos de idade (Gráfico 2). Em segundo lugar, as vítimas de violência sexual são objeto de atos de natureza física, sexual e/ou psicológica: à data do estudo, 23,2 % das inquiridas tinha sido vítima de cinco ou mais atos de violência. Somente 30,4 % das mulheres mencionou um único ato de violência. Em terceiro lugar, a vitimização declarada pelas vítimas de violência sexual indicia uma severidade que coloca em risco a vida da mulher: 17 % das vítimas refere casos de violência que de forma explícita ou implícita colocam a sua vida em risco como as “ameaças com arma de fogo ou branca”, “ameaças e chantagens do tipo «mato-te»”, “apertarem-lhe o pescoço”, “empurrões pela escada abaixo/contra objetos”, “sovas”, “bater com a cabeça contra a parede/chão” e “atirarem-lhe objetos”; entre estas vítimas, mais de metade referiu mais do que um ato deste tipo, o que representa um cenário de vitimização severo. Importa pois conhecer o início do processo de vitimização e discernir o modo como diferentes tipos e contextos de vitimização se intercalam e sucedem no curso de vida das mulheres.

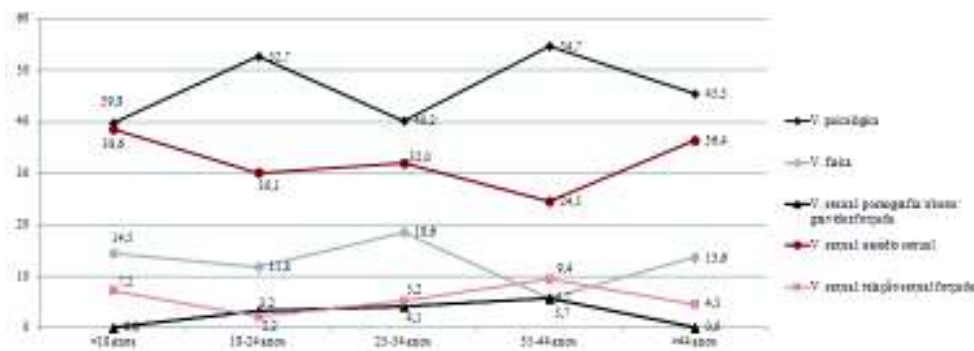
Gráfico 2  Idade das mulheres quando ocorreu o primeiro episódio de violência sexual, psicológica ou física (n=112) (%)



Fonte dos dados: *Inquérito Nacional Violência de Género*, CIG, CesNova/FCSH-UNL.


- 22 A informação do Inquérito Nacional Violência de Género revela que desde a juventude as vítimas sexuais são, sucessivamente, confrontadas com novas situações de violência, sobretudo de violência psicológica e assédio sexual (Gráfico 3). Excetuando as situações de pornografia, gravidez e aborto forçados, os restantes tipos de violência ocorrem pela primeira vez antes de as mulheres completarem 18 anos. Note-se o caso das relações sexuais forçadas que começam antes da maioridade das vítimas e expõe a gravidade da violência contra crianças e jovens (Gráfico 3).

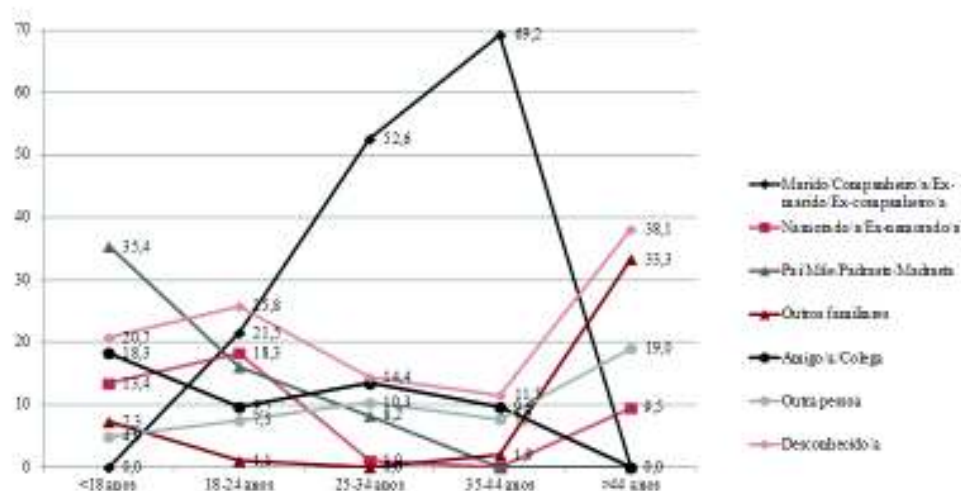
Gráfico 3  Idade da mulher quando ocorreu o primeiro episódio de cada ato de violência por tipo de violência (n=348) (%)



Fonte dos dados: *Inquérito Nacional Violência de Género*, CIG, CesNova/FCSH-UNL.

- 23 A violência contra a mulher tem lugar em variados contextos. O estudo nacional afere a vitimização no contexto do casal, da família, da escola, do trabalho, entre outros. Coloca-se a hipótese de, no processo, de vitimização, o tipo de relação entre a vítima e o/a perpetrador/a não variar substancialmente, excetuando, talvez, no domínio das relações de intimidade (e.g., namorado/a, cônjuge/parceiro, ex-cônjuge/ex-parceiro/ex-namorado). Para 345 casos de violência determinou-se o tipo de relação entre vítima e perpetrador/a de acordo com a idade da mulher quando o ato ocorreu pela primeira vez (Gráfico 4).

Gráfico 4  Idade da mulher quando ocorreu o primeiro episódio do ato de violência por tipo de relação com o/a perpetrador/a (n=345) (%)



Fonte dos dados: *Inquérito Nacional Violência de Gênero*, CIG, CesNova/FCSH-UNL.

- 24 Entre os atos de violência iniciados antes de a mulher completar 18 anos, sobressaem atos cometidos por pais, mães, padrastos e madrastas da vítima (35,4 %), ou seja, uma violência parental que no decorrer da vida da mulher perde a sua relevância entre os novos atos de vitimização.
- 25 Relativamente à violência cometida por parceiros íntimos – marido, companheiro/a, namorado/a, atuais ou passados –, a violência declarada revela um dado interessante (Gráfico 4). Por um lado, entre os atos referenciados sobressaem os que se iniciaram quando a mulher tinha entre 18 e 44 anos de idade. Durante vinte e cinco anos, maridos/companheiros e/ou ex-maridos/ex-parceiros são os principais perpetradores de novos atos de violência contra estas mulheres. Entre os atos que ocorreram pela primeira vez quando a mulher tinha entre 25 e 44 anos, mais de metade foi perpetrada pelos maridos/companheiros e/ou ex-maridos/ex-parceiros das vítimas. O estudo nacional aponta para uma sequência no processo de vitimização, que acompanha as alterações no curso de vida da mulher, nomeadamente a transição da fase do namoro para a conjugalidade e/ou coabitação. Assim, e embora a violência no namoro não surja de forma tão destacada devido ao reduzido número de casos, a informação disponível sugere que entre os atos iniciados entre os 25 e os 44 anos da mulher, a perpetração por namorados/as é “convertida” na perpetração pelo marido/companheiro e/ou ex-marido/ex-companheiro das vítimas. Após os 44 anos de idade, verifica-se uma redução no número de novos atos de violência no casal; ao invés, as mulheres referem novos atos perpetrados por outros familiares (Gráfico 4). Por seu turno, os/as desconhecidos/as figuram entre os principais perpetradores de novos atos de violência ao longo da vida das mulheres inquiridas.
- 26 Quanto ao ato de violência em si, os perpetradores exercem tipos de violência diferenciados (Quadro 1). Os maridos, companheiros e namorados, atuais ou passados, bem como os pais, mães, padrastos e madrastas das vítimas exercem sobretudo violência psicológica. Já os desconhecidos/as, os amigos/as e colegas da vítima surgem como os autores de assédio sexual. Entre a violência cometida por outros familiares sobressai a violência física, tipo de violência que se destaca também entre a violência exercida no contexto conjugal e parental. Os namorados e ex-namorados, para além do exercício da

violência psicológica, surgem como os autores do assédio sexual. Ao nível das relações sexuais forçadas, a informação expõe o contexto familiar da sua perpetração, destacando-se os maridos e companheiros (atuais ou passados), e os pais e padrastos das vítimas como os perpetradores. Dos vinte e três casos relatados, somente um caso de relação sexual forçada foi cometido por um desconhecido, o que permite perceber a perpetração de formas gravosas de violência sexual no círculo muito próximo da vítima.

Quadro 1 Tipo de violência e local do ato por tipo de relação com o/a perpetrador/a

		Tipo de relação com perpetrador/a							Total
		Marido/parceiro/a/Ex-marido/Ex-parceiro/a	Namorado/a/Ex-namorado/a	Pai/Mãe/Padrasto/Madrasta	Outros familiares	Amigo/a/Colega	Outra pessoa	Desconhecido/a	
Tipo de violência									
V. psicológica	n	66	21	45	4	7	15	17	175
	%	58,9	65,6	67,2	25,0	15,6	46,9	20,0	45,0
V. física	n	24	2	17	6	3	0	3	55
	%	21,4	6,3	25,4	37,5	6,7	0,0	3,5	14,1
V. sexual: gravidez forçada; aborto; pornografia	n	7	1	1	0	0	0	0	9
	%	6,3	3,1	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3
V. sexual: assédio sexual	n	4	8	0	4	32	15	64	127
	%	3,6	25,0	0,0	25,0	71,1	46,9	75,3	32,6
V. sexual: relação sexual forçada	n	11	0	4	2	3	2	1	23
	%	9,8	0,0	6,0	12,5	6,7	6,3	1,2	5,9
Total	n	112	32	67	16	45	32	85	389
	%	100	100	100	100	100	100	100	100
Local do ato									
Casa	n	105	15	49	11	8	9	5	202
	%	87,5	31,9	81,7	73,3	16,3	25,7	5,8	49,0
Trabalho	n	1	0	0	0	9	14	4	28
	%	0,8	0,0	0,0	0,0	18,4	40,0	4,7	6,8
Escola	n	0	6	0	0	15	1	0	22
	%	0,0	12,8	0,0	0,0	30,6	2,9	0,0	5,3
Espaços públicos/Rua	n	13	20	2	1	17	8	77	138
	%	10,8	42,6	3,3	6,7	34,7	22,9	89,5	33,5
Outro local	n	1	6	9	3	0	3	0	22
	%	0,8	12,8	15,0	20,0	0,0	8,6	0,0	5,3
Total	n	120	47	60	15	49	35	86	412
	%	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte dos dados: *Inquérito Nacional Violência de Género*, CIG, CesNova/FCSH-UNL.

- 27 O tipo de relação entre a vítima e o/a perpetrador/a condiciona os locais a que o/a perpetrador/a tem acesso. O mesmo perpetrador/a pode agir em locais com níveis diferenciados de privacidade. Para 389 casos de violência, obtiveram-se 412 respostas sobre o local onde a violência ocorreu (Quadro 1). A violência com caráter familiar ocorre em casa, um espaço tido como mais privado. É em casa que acontece parte considerável da violência cometida quer por maridos e companheiros das vítimas, atuais ou passados, quer por pais, mães, padrastos e madrastas da vítima, quer por outros familiares. A violência praticada por namorados e ex-namorados ocorre tanto em espaços públicos e na rua como em casa, o que mostra a conjugação entre locais com diferentes níveis de privacidade nas práticas de violência. Já a violência cometida por amigos/as e colegas da vítima dispersa-se por locais tendencialmente menos privados como os espaços públicos, a rua, a escola. É no local de trabalho que acontece parte considerável dos atos cometidos por outras pessoas (*e.g.*, clientes, chefes). Indiscutivelmente, os atos cometidos por desconhecidos/as ocorrem na rua e em espaços públicos.
- 28 Relativamente aos motivos do ato e às reações que a violência suscita, não é possível apreender a sua variação no processo de vitimização. Porém, a pesquisa mostra que, consoante o/a perpetrador/a, a prática de violência suscita diferentes perceções sobre as causas e reações ao ato de violência (Quadro 2). Ao nível das causas da violência, o consumo de álcool é uma das principais justificações para os atos de violência praticados por maridos e companheiros da vítima, atuais ou passados. Paradoxalmente, o álcool não

aparenta ser uma causa na violência no namoro. Aliás, os motores da violência no namoro são mais o ciúme e o sentimento de posse, motivos que também explicam a violência dos maridos/companheiros ou ex-maridos/ex-companheiros sobre as vítimas. Enquanto causas, ciúme e sentimento de posse sobre a vítima distinguem-se. No período do namoro, a violência sofrida é percebida mais como uma consequência do ciúme do que do sentimento de posse, motivos que no contexto da conjugalidade parecem equiparar-se. O sentimento de posse sobre as vítimas é o principal motivo da violência parental. Nos restantes contextos de perpetração, a formação moral do/a perpetrador/a e a diferença de valores são apontadas como os motivos da violência contra as mulheres.

Quadro 2 Motivo do ato e reação à violência por tipo de relação com o/a perpetrador/a

	Tipo de relação com perpetrador/a							Total
	Relação com o perpetrador/a	Namorado(a)	Marido(a)	Ex-marido(a)	Ex-companheiro(a)	Parental	Outros	
Motivo do ato								
Consumo de álcool	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Consumo de drogas	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Ciúme	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Sentimento de posse	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Clareza da personalidade	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Não ter sido mais do que uma vítima	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Clareza do valor	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Reconhecimento: parental/moroso (problemas na relação/morosa não correspondem)	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Moralidade	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Formação pessoal	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Problemas de ordem capacidade económica	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Formação cultural de baixo	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Diferença de valores homens e mulheres	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Formação pessoal	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Morosa e realidade social	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Aumento da criminalidade na sociedade	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Violência por parte de comunidade social	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Outro motivo	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Sem motivo	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Total	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Reação ao ato								
Não fazer nada/ir embora	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Desafiar com outra pessoa	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Trouxe violência	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Agrediu/foi agredido	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Contato com a polícia	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Quebrou a relação	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Outro	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Contacto estabelecimento de saúde	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Contacto a polícia	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Contacto com a polícia	14	22,2	0	11	0	4	0	34
Total	14	22,2	0	11	0	4	0	34

Fonte dos dados: *Inquérito Nacional Violência de Género*, CIG, CesNova/FCSH-UNL.

- 29 Se ao nível dos motivos da violência se constata uma diferenciação consoante o perpetrador/a do ato de violência, ao nível da reação à violência, predomina de forma muito clara a reação de não fazer nada e ir aguentando a situação, independentemente de quem perpetra a violência. Contudo, esta forma de reagir destaca-se nos casos de violência conjugal, de coabitação e no contexto familiar. Praticamente em todos os contextos de perpetração, o insulto verbal é a segunda reação mais referida. No namoro, a violência parece suscitar reações de menor aceitação da violência como o insulto verbal, contactar a polícia e o romper a relação. Apesar do reduzido número de casos registados, deve-se sublinhar que reações como o contacto com a polícia ou o romper a relação não surgem na violência no contexto da conjugalidade ou da coabitação.

Conclusão

- 30 Na última década, a perspectiva do curso de vida ganhou relevância nos estudos sobre vitimização, salientando-se a pesquisa da vitimização como um processo não circunscrito a determinado contexto social. No caso da violência sexual, sublinha-se a sua severidade, quer ao nível dos atos, quer ao nível das suas consequências para a vida das vítimas. Embora a vitimização seja em alguns casos uma condição de vida (*e. g.*, Turner, Finkelhor *et al.*, 2010), autores como Carbone-Lopez, Rennison *et al.* (2012) sublinham a agência do indivíduo e a possibilidade de este replicar ou interromper determinado padrão de vitimização.
- 31 A pesquisa exploratória aqui apresentada visou compreender o processo cumulativo da vitimização no curso de vida das vítimas de violência sexual inquiridas no Inquérito Nacional Violência de Género. Estudos internacionais frisam a severidade da violência a que as vítimas de violência sexual estão expostas e respetivas consequências. Estes factos levam a pressupor que a investigação sobre vítimas sexuais evidenciaria casos severos de vitimização ao nível dos atos cometido e das implicações para o curso de vida da vítima. Por um lado, a informação analisada mostra a precocidade e a severidade da violência experienciada pelas vítimas sexuais, nomeadamente, as relações sexuais forçadas antes da maioridade da mulher e as situações que colocam a sua vida em risco. Por outro lado, as causas atribuídas e reações suscitadas pelo ato violento evidenciam a forma como os atos de violência são percecionados pelas mulheres. A isto acresce que a maior precocidade da vitimização, sobretudo de carácter sexual, pode condicionar quer a reação da vítima relativamente ao ato, quer a vitimização futura pelo mesmo ou por outro perpetrador.
- 32 A investigação permitiu identificar aspetos que devem ser objeto de uma análise mais pormenorizada. Primeiro, as mulheres vítimas de violência sexual são relativamente mais jovens do que as restantes vítimas. Segundo, a violência sexual declarada é maioritariamente composta por atos de assédio sexual; e as vítimas mais jovens declaram reações que indicam uma menor aceitação do ato de violência, incluindo o romperem a relação e o contatarem a polícia, o que, em parte, deve ser entendido como capacidade de agência por parte do indivíduo-vítima.
- 33 A vitimização declarada abarca práticas e contextos de violência distintos – *e. g.*, violência do parceiro íntimo, violência parental, violência por pares, violência por desconhecidos/as. Embora todas as vítimas de violência sexual tenham sido vítimas de violência de género, pois a violência sexual assenta na discriminação do género feminino, a informação recolhida mostra que nem toda a violência declarada tem, necessariamente, um carácter de violência de género, de violência doméstica, ou de crime, já que coexistem casos de violência parental ou por pares com casos de violência nas relações de intimidade. Este facto fundamenta a realização de pesquisa sobre o processo de vitimização e a coexistência de conceitos de violência distintos.
- 34 O estudo da vitimização deve atender a aspetos sociais e históricos específicos do país que condicionam a experiência da violência pela vítima. A informação deve ser interpretada à luz da evolução recente da sociedade portuguesa (Patrício, 2010). Por um lado, a criminalização da violência doméstica e a crescente visibilidade da questão enquanto problema social potenciam uma maior consciência das mulheres sobre a sua vitimização. Por outro lado, a idade da vítima pode condicionar a declaração da violência e a forma como esta reage à própria violência. É possível que, consoante a sua idade, as mulheres

apresentem variações ao nível da aceitação e legitimação da violência (*idem*). Se a idade da vítima condiciona

o início da vitimização, a idade atual pode determinar a percepção sobre o problema, refletindo-se quer na declaração da violência, quer nas reações e causas atribuídas ao ato.

Paralelamente, as vítimas mais velhas podem não recordar factos ocorridos há mais tempo, situação que pode não verificar-se entre as informantes mais jovens. Aliás, em estudos aplicados a maiores de idade poderá dar-se uma valorização de situações ocorridas na idade adulta em detrimento das ocorridas na infância ou juventude.

- 35 A nível metodológico, na presente investigação não foi possível realizar análises de maior complexidade, pois a amostra de mulheres vítimas de violência sexual é relativamente pequena e o questionário não está estruturado para aferir os objetivos propostos.
- 36 A pesquisa sobre vitimização deve considerar a especificidade do próprio fenómeno de vitimização, sobretudo no caso da violência sexual: a multiplicidade de atos, diferentes graus de severidade, a sua regularidade, os contextos de ocorrência, independentemente da idade da vítima; o não reconhecimento ou a não declaração propositada da violência. O predomínio de casos de assédio, por um lado, e o reduzido número de casos de relações sexuais forçadas, por outro, mostram a necessidade de realizar pesquisas sobre vitimização sexual, sobretudo as formas de carácter mais severo.
- 37 Como proposta de trabalho futuro, a pesquisa permite colocar várias questões. Por um lado, a necessidade de incrementar a investigação sobre violência sexual; por outro lado, a necessária complementaridade metodológica na pesquisa da vitimização enquanto processo cumulativo e paralelo à vida do indivíduo. A realização de pesquisa qualitativa permitirá compreender a dimensão do género nas práticas de violência e a sua influência no curso de vida da vítima, bem como as dinâmicas inerentes a um processo de vitimização.

BIBLIOGRAFIA

IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica. Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 243, 17 de dezembro de 2010, pp. 5763-5773.

ANDERSON, K. L. (2010), "Conflict, power, and violence in families", *Journal of Marriage and Family*, 72, pp. 726-742.

BLACK, M. C.; K. C. Basile et al. (2011), *The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2010 Summary Report*. Atlanta, National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention.

CARBONE-LOPEZ, K.; C. M. Rennison et al. (2012), "The transcendence of violence across relationships: new methods for understanding men's and women's experiences of intimate partner violence across the life course", *Journal of Quantitative Criminology*, 28, pp. 319-346.

- ELLONEN, N. e V. Salmi (2011), "Poly-victimization as a life condition: Correlates of poly-victimization among Finnish children", *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, 12, pp. 20-44.
- FINKELHOR, D.; R. K. Ormrod et al. (2007a), "Poly-victimization: A neglected component in child victimization", *Child Abuse & Neglect*, 31, pp. 7-26.
- FINKELHOR, D.; R. K. Ormrod et al. (2007b), "Re-victimization patterns in a national longitudinal sample of children and youth", *Child Abuse & Neglect*, 31, pp. 479-502.
- KREBS, C.; M. J. Breiding et al. (2011), "The association between different types of intimate partner violence experienced by women", *Journal of Family Violence*, 26, pp. 487-500.
- Lei n.º 7/2000, de 27 de maio. Quinta alteração ao Código Penal, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 123, 2000, pp. 2458.
- Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro. Vigésima terceira alteração ao Código Penal, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 170, 2007, pp. 6181-6258.
- Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro. Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 180, 2009, pp. 6550-6561.
- LISBOA, M. (coord.); Z. Barroso et al. (2009), *Violência e Género. Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- MACHADO, C.; S. Caridade et al. (2010), "Violence in juvenile dating relationships self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample", *Journal of Family Violence*, 25, pp. 43-52.
- MACMILLAN, R. (2001), "Violence and the lifecourse: the consequences of victimization for personal and social development", *Annual Review of Sociology*, 27, pp. 1-22.
- PATRÍCIO, J. (2010), *Violência Sexual no Feminino. Universos Temporais e Contextos Sociais*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres.
- TURNER, H. A.; D. Finkelhor et al. (2010), "Poly-victimization in a National Sample of Children and Youth", *American Journal of Preventive Medicine*, 38 (3), pp. 323-330.
- WHITE, J. W. (2009), "A gendered approach to adolescent dating violence: conceptual and methodological issues", *Psychology of Women Quarterly*, 33, pp. 1-15.
- WILLIAMS, L. M. (2003), "Understanding Child Abuse and Violence Against Women: a Life Course Perspective", *Journal of Interpersonal Violence*, 18, pp. 441-450.

NOTAS

2. Estudo encomendado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e desenvolvido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, através do CesNova. Equipa de investigação: Manuel Lisboa (Coordenador), Zélia Barroso, Joana Patrício e Alexandra Leandro (Lisboa, Barroso *et al.*, 2009). Inquérito realizado em 2007. Metodologia: aplicação de dois questionários a duas amostras independentes – 1000 homens e 1000 mulheres –, representativas da população de mulheres e homens com 18 ou mais anos, residentes em Portugal Continental. O questionário aplicado às mulheres recolheu informação sobre a vitimização por 62 atos de violência sexual, violência física, violência psicológica, discriminação sociocultural e ato experienciado pela mulher como violento.

3. Devido a diferenças metodológicas e ao nível da definição dos tipos de violência, a informação apresentada no artigo difere da publicada na sequência do Inquérito Nacional Violência de Género (Patrício, 2010).

4. Os atos de violência sexual considerados e a sua categorização em três géneros segue o Plano de Acção de Combate à Violência contra as Mulheres do Conselho da Europa (Patrício, 2010). Por outro lado, e dado o reduzido número, a agregação dos casos relacionados com pornografia, aborto ou gravidez forçados num único género permite integrá-los na análise proposta (Patrício, 2010).

5. Tipos de violência declarados: violência psicológica (39,3 %), violência sexual (36 %), violência física (12,1 %), discriminação sociocultural (12,1 %), atos considerados violentos (0,4 %) (Patrício, 2010).

1. Artigo baseado em duas comunicações apresentadas em congresso: “Sexual violence against women: a Portuguese study”, comunicação apresentada na 10th Conference of the European Sociological Association, Universidade de Genebra, Suíça, 08/09/2011; e “Violência contra as mulheres: contextos e processos de violência”, comunicação apresentada no Colóquio Violência doméstica sobre mulheres: respostas, dilemas e desafios, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, 28/10/2011.

RESUMOS

Nas últimas décadas, a violência contra mulheres foi constituída em problema social. Atualmente é objeto de políticas internacionais e nacionais no âmbito da violência doméstica. O artigo tem dois objetivos. Primeiro, a discussão sobre a vitimização enquanto processo cumulativo, desenvolvido ao longo da vida da vítima. Segundo, e de modo a perceber contextos e processos de vitimização distintos, comparam-se os casos de violência física, sexual e psicológica, declarados por mulheres vítimas de violência sexual no Inquérito Nacional Violência de Género, pesquisa realizada em 2007 (CesNova, FCSH-UNL/CIG). A análise permite concluir que as vítimas sexuais são mais jovens do que as outras vítimas e expõe a precocidade e severidade na sua vitimização.

In the last decades, violence against women has become recognized as a social problem, target of international and national policies concerning domestic violence. The paper has two goals. First, to discuss victimization as a cumulative process developed across victim's life span. Second and in order to distinguish victimization contexts and processes, it is established a comparison among situations of physical, sexual and psychological violence. The analysis focuses situations of violence declared by sexual violence victims in the National Survey on Gender Violence, research carried out in 2007 (CesNova, FCSH-UNL/CIG). This research has led to the conclusion that sexual violence victims are younger than other victims, highlighting a premature and severe victimization.

ÍNDICE

Keywords: violence against women, sexual violence, national survey, Portugal

Palavras-chave: violência contra as mulheres, violência sexual, inquérito nacional, Portugal

AUTOR

JOANA AGUIAR PATRÍCIO

Instituto Universitário de Lisboa (IUL-ISCTE), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
(CIES-IUL), Lisboa, Portugal(joana.a.patricio@gmail.com)

Políticas urbanas e processos de patrimonialização nas cidades de Fortaleza e de Almada

Roselane Gomes Bezerra

Introdução

- 1 Construir uma nova imagem é um desejo comum que é partilhado por muitas cidades. Esse facto justifica-se pelas transformações urbanas decorrentes da acelerada globalização económica, industrial e tecnológica que o mundo vivencia desde finais do século XX. Marcado por profundas transformações sociais, económicas e geográficas, esse século deixou como legado para a paisagem urbana a *cidade pós-industrial*. Nessa nova configuração a urbe surge perante os decisores políticos e urbanistas repleta de espaços em decadência ou degradação. São especialmente zonas portuárias, centros históricos e antigas instalações industriais que tiveram seus usos modificados ou tornaram-se, por diferentes motivos, ruínas com poucos vestígios do que foram.
- 2 O trânsito constante de pessoas e de conhecimentos, de diferentes lugares, também está a contribuir para a necessidade de definição dessa nova imagem. São cidades de diferentes países, com histórias, economias e culturas diversas, que estão a partilhar a mesma conceção de reconstrução imagética, sobretudo por via da difusão de modelos de circulação global, que orientam práticas e políticas de intervenção, *requalificação*, ancorados na ideia de que *preservar*, *remodelar* ou *construir* são fundamentais para a *patrimonialização* e consequentemente para a *reinvenção* das cidades. Esse processo também pode ser definido como *destradiconalização* (Fortuna, 1997).
- 3 Na dinâmica de *metamorfose imagética*, que está a surgir como uma *necessidade* da urbe pós-industrial, são comuns narrativas que anunciam a valorização patrimonial como uma exigência dos projetos de requalificação. Nesse sentido, muitas vezes, os arquitetos estão a ser os únicos responsáveis por desqualificar ou atribuir o estatuto de património para edificações urbanas. Seja na destruição de ruínas, de edifícios envelhecidos ou na

construção de novos equipamentos, os requisitos dos planos de intervenção são fundamentais para a definição dos critérios de *patrimonialização*.

- 4 Porém, uma questão peculiar desse processo é o caráter de dualidade que envolve a definição do património urbano. Ou seja, há uma dimensão de natureza técnica, que atende aos rigores legais e formais para a transformação de um objeto material ou imaterial em um bem com estatuto patrimonial¹, e outra baseada em *classificações nativas*, especialmente de natureza estética, política, cultural, ou comercial. Nesse grupo, encontram-se os arquitetos que atribuem valor patrimonial para efeito de planos de *requalificação*. Independente de um reconhecimento *oficial*, estas classificações imputam a designação de *património* ou de *valor patrimonial* para *objetos* relacionados com o consumo visual, turístico ou de sustentação de um mercado urbano de lazeres (Leite e Peixoto, 2009).
- 5 O sentido dual do processo de *patrimonialização* está a ser uma característica das políticas urbanas atuais. Nesse contexto, os projetos de intervenção realçam um vínculo entre património e *embelezamento arquitetónico*, como uma fórmula de regeneração imagética e económica da cidade.
- 6 Entretanto, a ambiguidade que caracteriza esse processo fez emergir diversos questionamentos acerca dos critérios da identificação de estruturas arquitetónicas em património. A partir de uma análise das narrativas que envolvem os projetos de *requalificação* em duas cidades com aspetos históricos, geográficos e sociais muito diversos, como é o caso de Almada, em Portugal, e de Fortaleza, no Brasil, venho percebendo que está a existir uma *disputa simbólica* a respeito da autoridade dos discursos na identificação do património edificado.
- 7 Esse processo de *patrimonialização* está a conduzir a uma reflexão sobre a *atribuição de valores* e disputa na construção de *sentidos*, estabelecidos nas *classificações nativas*, por parte de arquitetos e também de decisores políticos e habitantes das cidades².
- 8 O reconhecimento desse *conflito* gerado a partir das narrativas de arquitetos e decisores políticos, na apresentação e execução de projetos de intervenção, nas cidades de Almada e de Fortaleza, motivou as reflexões desse artigo. A observação dos discursos desses atores sociais demonstrou que, longe de existir um consenso na conceção de *preservar*, *remodelar* ou *construir* para *patrimonializar*, estas práticas, justificadas pelos planos de *requalificação*, estão a influenciar o surgimento de narrativas contestatárias originando um amplo debate sobre as políticas urbanas e o processo de *patrimonialização* nas cidades contemporâneas.

Espaços urbanos como cenário ou património como alegoria

- 9 Os planos de *requalificação* urbana estão a desempenhar um papel importante na atribuição de valores aos espaços ou edificações passíveis de tornarem-se patrimónios. São estes projetos que estão a definir o que deve ser *preservado*, *remodelado* ou *construído* na cidade. Porém, um outro papel importante dessas *narrativas*, elaboradas pelos arquitetos, é a capacidade de seduzir os decisores políticos. Estes, desejosos por um percurso que conduza à configuração de uma cidade ideal, no sentido urbanístico, estético e especialmente com soluções para as lacunas económicas que surgiram com o fim da

cidade industrial, utilizam projetos arquitetônicos e planos urbanísticos como propaganda de políticas urbanas.

- 10 Nesse contexto, os projetos arquitetônicos estão a converter-se num elemento central para a legitimação de políticas urbanas que têm como componente principal a criação de novas centralidades e, por essa via, a mudança de imagem da cidade. Estes profissionais estão a ser os *porta-estandartes* dos decisores políticos e o ofício deles é assegurar a construção das narrativas adequadas para justificar o novo conceito de cidade. Como informa La Cecla (2011: 32), “o arquiteto pousa a sua capa sobre a cidade para garantir que a cidade está na moda”.
- 11 Nessa lógica urbana importa menos as apropriações vernáculas e mais as edificações com capacidade para atrair novos utilizadores. Para essa ideia de cidade a estética é a palavra de ordem. Contudo, o paradoxo principal desse fenómeno são os critérios, ou falta deles, na identificação de patrimónios.
- 12 Neil Leach refere que estamos na *era da estetização*. Para esse autor, nessa *era*, o lado menos agradável das coisas, ou, em outras palavras, da arquitetura, ganha capacidade de criar respostas aparentemente paradoxais, ao ponto de aquilo que não é, à partida, atrativo poder ser considerado esteticamente apelativo. Nesse processo, antigas instalações industriais de aspeto degradado podem tornar-se enobrecidas, velhas fábricas podem ser transformadas em apartamentos, centrais elétricas em museus nacionais, armazéns de zonas portuárias em restaurantes *gourmet*, ou seja, “tudo o que é repugnante e áspero parece prestar-se à estetização” (Leach, 2005: 34).
- 13 Nesse conceito de cidade o importante é a construção de símbolos que exaltem a urbe. Todavia, esses profissionais não são convidados pelos gestores para se dedicarem também aos impactos sociais que podem decorrer das intervenções. Nas palavras de Neil Leach (2005: 28), “a tendência para privilegiar a imagem serve para distanciar os arquitetos dos utilizadores dos respectivos edifícios, pois incentiva os primeiros a adotar uma aparência estética desfasada das preocupações dos utilizadores”.
- 14 Os *espaços cenários* apresentam-se aos olhos dos decisores políticos como uma solução atrativa perante os diversos problemas que a *cidade real* manifesta no quotidiano. Essa conceção de espaço urbano, reproduzida nas narrativas oficiais, é legitimada pela assinatura e *genialidade* de um arquiteto. Como definem Leite e Peixoto (2009), nesse plano, o *património funciona como alegoria*, dado que o esplendor e a qualidade urbanística dos espaços em que ele se exhibe ou é projetado, as cores garridas das fachadas recuperadas, equipamentos que são reformados ou construídos, contrastam com o resto da cidade que as envolve e torna-os bens investidos de um valor patrimonial. Vivemos uma espécie de *museologização da vida urbana* onde tradições são inventadas. “A museologização da vida urbana é um dos mais recorrentes exemplos do privilégio concedido à ‘invenção’ de tradições locais baseada numa aguerrida política de conservação patrimonialista do passado. (Fortuna, Barreira *et al.*, 2013: 265).
- 15 Pensar a cidade sob o ponto de vista dos projetos de intervenção e mecanismos de *patrimonialização* pressupõe compreender que o lazer e o turismo estão a ser a chave para o reordenamento do território e mudança imagética da urbe. Atendendo a um apelo global de investimentos nesse setor, espaços das cidades estão a ser apropriados como um meio de gerar riquezas. Por esse motivo, os *bons* projetos são estabelecidos pela potencial capacidade de atração de visitantes, novos moradores ou funções económicas e comerciais.

- 16 Encontrar novas formas de desenvolvimento económico é na verdade o ponto fulcral dessas políticas e desse processo de *patrimonialização*. O percurso mais comum para atingir esses objetivos está a ser visível em diferentes cidades, por meio de políticas que privilegiam o lazer e o turismo, seja através da edificação de novos centros de convenções, da reconstrução de monumentos antigos, da edificação de grandes equipamentos como aquários e centros culturais, da *requalificação* de centros históricos ou da transformação de espaços urbanos para grandes eventos como o campeonato mundial de futebol, jogos olímpicos ou exposições mundiais (Fortuna, 1997; Scocuglia, 2004; Ferreira, 2005; Peixoto, 2006; Barreira, 2007; Gondim, 2007; Leite, 2007; Bezerra, 2009; Rubino, 2009).
- 17 O fio condutor desse processo de políticas urbanas e *patrimonialização* das cidades passa por uma compreensão das narrativas dos projetos de intervenção. Esse percurso articula algumas questões referentes à atribuição de valores patrimoniais e a conflitos que se estabelecem a partir desse processo. Sem a intenção de comparar detalhadamente cidades tão distintas como Fortaleza e Almada, tomo a apresentação e execução de planos de requalificação nessas duas cidades como exemplares para a reflexão sobre as disputas que vêm sendo produzidas em torno dos processos de *patrimonialização* urbana.

Requalificação e valores patrimoniais em Fortaleza e Almada

- 18 Embora apresentem peculiaridades históricas muito diversas, os projetos de requalificação nas cidades de Fortaleza e de Almada assemelham-se na identificação de espaços como *repositórios do passado* e nos conflitos gerados a partir desse reconhecimento. No caso da cidade portuguesa, estamos diante de um típico processo de reutilização de áreas degradadas pela desindustrialização, ao passo que na cidade brasileira está em jogo a recuperação de uma área com um valor simbólico para a história da urbe. O ponto em comum desses processos de intervenção urbana está no facto de ambas serem áreas antigas qualificadas nas *narrativas oficiais* como degradadas, mas investidas de valor patrimonial graças à atribuição de um potencial turístico relacionado ao lazer e à contemplação.
- 19 Na cidade de Fortaleza, esse processo de *patrimonialização* tem como marco a implantação de um modelo administrativo que se iniciou nos anos 80 do século XX, e caracterizou-se por conferir prioridade às intervenções urbanísticas com finalidades de promoção do turismo e do lazer. A estratégia de *valorização do passado* se tornou um elemento simbólico importante para os decisores políticos, com a apresentação de narrativas que consolidaram o bairro Praia de Iracema como um *lugar ideal* para a implementação dessa política.
- 20 A Praia de Iracema foi eleita para esse *processo de patrimonialização* graças à sua história, especialmente devido às representações simbólicas associadas à *boémia*. Esta representação esteve ancorada em usos e apropriações que classificavam esse bairro como um lugar tradicional da cidade, neste sentido detentor de um *património simbólico* digno de atenção e vocacionado para práticas de *requalificação*. Segundo narrativas de arquitetos e gestores, esse bairro apresentava uma *vocação natural para o lazer*. Em resultado dessa política, a cidade passou a ser qualificada, em diferentes meios de comunicação social, como a “Miami do Nordeste” ou o “Caribe Brasileiro”, facto que

contribuiu para tornar Fortaleza uma das principais cidades turísticas do Brasil a partir da década de 1990 (Bezerra, 2009).

- 21 Dentre as estratégias utilizadas pelos gestores para aproveitar a vocação da Praia de Iracema, destacam-se a reconstrução do restaurante Estoril³ – ícone da *boémia* da cidade –, à reforma da Ponte dos Ingleses⁴, à construção de um calçadão na parte costeira do bairro e, sobretudo, a edificação do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.
- 22 As reformas e construções que se efetivaram no bairro Praia de Iracema com o intuito de patrimonializar espaços antigos, concomitantemente às mudanças espaciais visíveis na verticalização, na instituição de áreas nobres e na preservação de zonas consideradas históricas, produziram polêmicas entre habitantes e visitantes. Estes, enquanto consumidores desses espaços, passaram a ter direito a usar, modificar por meio de suas práticas sociais, reclamar e trocar, caso esses lugares não atendessem a contento as suas necessidades (Bezerra, 2009). Ou seja, ao modificarem o espaço urbano, os decisores políticos e arquitetos tornaram-se os responsáveis e é sobre eles que incidem as críticas à falta de planejamento e discordância com os novos usos e apropriações em espaços a que foi atribuído um valor patrimonial.
- 23 Nesta perspectiva, a disputa simbólica que emergiu a partir de processos de requalificação na cidade de Fortaleza caracteriza-se pela identificação de usos legítimos e não-legítimos nos espaços identificados como Patrimônio Histórico Municipal, Patrimônio Simbólico ou Cultural. Esse conflito decorre principalmente porque o critério para definição do patrimônio está associado aos usos estabelecidos historicamente. Por isso, é comum a acusação de que existem utilizadores, como prostitutas ou vendedores ambulantes, que são capazes de despatrimonializar espaços e monumentos. Ou seja, no caso de Fortaleza, especialmente na Praia de Iracema, alguns usos contribuíram para tornar a imagem do bairro como um lugar de prostitutas e gringos ou lugar do turismo sexual, práticas que foram capazes de ofuscar o valor patrimonial que antes fora conferido ao bairro.
- 24 Porém, o reconhecimento do bairro Praia de Iracema como um patrimônio da cidade e, nessa perspectiva, como representativo da memória urbana levou a um novo processo de requalificação iniciado nos anos 2010. Nesse sentido, o movimento mais recente de recuperação desse bairro abrangeu uma reforma no prédio do Estoril, a reconstrução do calçadão à beira-mar e a recuperação de algumas edificações, como a estátua de Iracema, a Ponte Metálica e o Pavilhão Atlântico. A ideia desse novo projeto é reforçar uma estratégia de valorização patrimonial da cidade voltada também para a cultura. Para esse fim está a ser projetada uma série de equipamentos, como: a Casa do Turista, a Casa da Lusofonia, o Instituto Cultural Iracema, o Museu do Olhar, o Museu do Forró e um Centro de Artesanato.
- 25 Paralelamente a estas iniciativas está a ser apresentado, pelo governo do Estado, o projeto do *Acquario Ceará*. A edificação desse grande equipamento está sendo muito criticada por alguns habitantes da cidade, ao ponto de ter sido organizado um movimento intitulado: *Quem dera ser um peixe*, que tem como objetivo questionar o investimento de um alto montante de recursos públicos para uma obra considerada não prioritária para a cidade. O conflito referente à apresentação desse projeto é decorrente de denúncias sobre a falta de uma discussão pública e de licitação para elaboração desse grande plano de intervenção. Há também críticas quanto à falta de um esclarecimento sobre o futuro dos habitantes do Poço da Draga – tradicional comunidade que reside, há mais de cem anos, próximo ao local onde será construído o *Acquario* – e de um debate em torno dos impactos ambientais.

- 26 Estando a Praia de Iracema identificada em diferentes discursos oficiais como o repositório do passado da cidade e como um lugar com valor patrimonial, é sobre esse bairro que vêm incidindo ao longo das duas últimas décadas a ideia de *preservar, remodelar* ou *construir para patrimonializar*. Esse processo está a ser fundamental para reforçar a imagem da cidade de Fortaleza como um lugar turístico, de lazer e cultura.
- 27 A cidade de Almada, por sua vez, está inserida, desde início dos anos 2000, em diferentes projetos de *requalificação* com o propósito de criar novos espaços e centralidades urbanas. Esses planos estão a contribuir para transformar a estrutura urbana da cidade e consequentemente implementar uma mudança de imagem, a qual foi durante muitos anos associada a atividades industriais (Moreira, 2004; Rodrigues, 2001). Nesse sentido, são comuns nas narrativas dos decisores políticos e arquitetos argumentos que justificam a implementação de novos espaços como uma forma de “dinamizar, reabilitar, qualificar, diversificar ou refuncionalizar a cidade”.
- 28 Predomina também, nesses discursos, a argumentação de que a cidade está a ser reconstruída para o futuro valorizando ícones do passado. Nesse sentido, a freguesia de Cacilhas, uma das mais antigas da cidade, situada nas margens do rio Tejo de frente para a cidade de Lisboa, foi eleita como o lugar ideal para a implementação de muitos desses projetos que visam modificar a imagem da urbe pela via do turismo associado ao lazer e cultura⁵.
- 29 A divulgação desses planos de requalificação está fundamentada também em discursos que aliam as intervenções urbanas a uma valorização da estética da arquitetura. Porém, este modelo de planeamento que prevê uma regeneração económica, social e imagética da cidade a partir de espaços reinventados está a influenciar o surgimento de discursos e de práticas sociais contrários, ou que contestam as narrativas oficiais.
- 30 A estratégia da Câmara Municipal de Almada (CMA) para construir essa nova imagem e reformar algumas zonas que tiveram seus usos modificados e que se encontram degradadas centra-se na execução de projetos de intervenção que se destacam por meio da reabilitação de edifícios antigos, pedonalização de ruas, reconversão de antigos monumentos, instalação de um metro e construção de novos edifícios. É comum no discurso oficial o apelo ao desenvolvimento do turismo, lazer e cultura, a atração de jovens moradores e visitantes, a ideia de qualificação da vida das pessoas, o aproveitamento das potencialidades da cidade, o respeito pela memória e pelo património edificado, o desenvolvimento de indústrias criativas e a instalação de um *Eixo das Artes*.
- 31 Em meio a muitos projetos que estão a ser apresentados pela Câmara Municipal para diferentes áreas da cidade, a freguesia de Cacilhas se destaca pela quantidade e dimensão dos projetos, especialmente o plano de intervenção Almada Nascente-Cidade da Água, que visa construir uma *nova cidade* às margens do Tejo. Outros projetos importantes para essa área de Almada são: o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas, a Requalificação da Rua Cândido dos Reis e o Estudo de Enquadramento Estratégico da Quinta do Almaraz.
- 32 Segundo os decisores políticos, o objetivo do Plano de Pormenor de Cacilhas é a *qualificação e patrimonialização* desta área definida nos discursos oficiais como o lugar de “chegada de turistas que vêm de Lisboa”. Apresentando como justificativa a excelente localização, os gestores estão a anunciar a criação de um espaço com “condições de desenvolvimento de recreio e de lazer”, inclusive por meio do retorno de ícones do passado como o farol, que foi replantado, e o chafariz que foi reconstruído. Quanto à

execução do projeto de Requalificação da Rua Cândido dos Reis, o objetivo foi torná-la pedonal, pois segundo um arquiteto da Câmara de Almada esta rua é “a porta de entrada da cidade”.⁶

- 33 O *Plano de Pormenor de Cacilhas* está a ser apresentado como um projeto que leva em conta também a componente social. O arquiteto responsável por esse plano justifica essa preocupação informando que as habitações vão ser direcionadas para a população jovem e declara que “Cacilhas tem que ser o ponto de encontro de Almada, unindo turismo, habitação e comércio”⁷.
- 34 A divulgação desses planos de requalificação está fundamentada em narrativas que associam as intervenções urbanas a *patrimonialização* e a mudança de imagem da cidade. Porém, é exatamente este modelo de planeamento, que prevê uma regeneração económica, social e imagética a partir de espaços reinventados e da identificação de patrimónios, que está a influenciar o surgimento dos discursos que contestam as narrativas oficiais.
- 35 Esse *conflito* que está a existir entre as narrativas de políticos, arquitetos e habitantes emerge muitas vezes da diferença entre uma descrição prospetiva ou uma descrição etnográfica da cidade. As *narrativas virtuais* apresentadas nos projetos estão a seduzir os decisores políticos por meio da exaltação da estética, enquanto os habitantes contestam e apresentam outras prioridades para as políticas urbanas.
- 36 Em Almada, é comum por parte de habitantes a acusação de que existem critérios arbitrários na identificação do património, como por exemplo no caso de um moinho que será destruído independente dos apelos de alguns antigos moradores que justificam a permanência desse equipamento devido à atribuição de um valor patrimonial, sendo importante ressaltar que esse mesmo equipamento é classificado no *site* da freguesia de Cacilhas como *património*.
- 37 O processo de transformação e definição de novos espaços por meio de projetos arquitetónicos possibilita a reflexão sobre as representações do património na cidade de Almada. Para os gestores, algumas edificações do passado, que já não existem na localidade, devem retornar como um elemento de interesse patrimonial, como é o caso do chafariz, reconstruído. Nesse sentido, o património é cada vez mais apresentado como a expressão material de uma ideia pacífica de espaço público, existe uma suposta ideia de passado comum e de tradições compartilhadas (Leite e Peixoto, 2009).
- 38 Por fim é importante salientar que um outro ponto fundamental para a reflexão a respeito desse processo de transformação da cidade é a falta de estudos etnográficos nas zonas que serão *requalificadas*. O contato direto com os diferentes *praticantes* permite perceber que os usos, apropriações e representações na cidade envolvem dimensões afetivas, sociais, culturais e económicas. As situações de proximidade, proporcionadas pela etnografia, facilitam também o entendimento de como as representações de *espaços degradados* e de *edificações com valor patrimonial* são incorporadas e reproduzidas nas diversas narrativas sobre as cidades.

Considerações Finais

- 39 As políticas urbanas e o processo de patrimonialização em Fortaleza e Almada demonstram diferentes formas de *conflitos* que se efetivam a partir da identificação de um património ou valor patrimonial em espaços urbanos. O intercurso possível entre essas

duas cidades está na proximidade gerada pelos projetos de *requalificação*. Tanto na cidade de Almada como em Fortaleza, a ideia de património pressupõe um espaço público com usos harmoniosos, ou seja, a conceção de *higienização* dos usos na cidade está a dominar os discursos. Em ambas há uma apropriação dos planos de intervenção como o caminho para uma mudança de imagem pela via do turismo, lazer e cultura. Porém, o aspeto de distanciamento, presente na tentativa deste diálogo, incide nas diferentes atitudes dos habitantes perante o que pode ser designado como património.

- 40 O percurso de transformação imagética das cidades, aqui apresentado, é recorrente em diversos espaços urbanos e é conduzido por diferentes políticas de intervenção. Seja por meio de investimentos resultantes de grandes eventos, como foi o caso das Olimpíadas de 1994, em Barcelona, da Expo'98, em Lisboa ou através da instalação de uma grande obra arquitetónica como a construção do Museu Guggenheim em Bilbao, inaugurado em 1997, esse processo leva a *patrimonialização* por meio da tríade: preservar, remodelar ou construir.
- 41 Nos diversos casos de intervenção urbana, esse modelo de *requalificação* tem em comum a conversão de espaços da cidade em áreas de interesse patrimonial, especialmente pela adoção do carácter de *enobrecimento*, típico deste formato, que determina que os espaços públicos devem ser ocupados por *boas práticas* de sociabilidade, relacionadas ao lazer, contemplação e turismo. Porém, esses processos de *requalificação* são capazes também de subverter os sentidos esperados pelas políticas de intervenção e deflagrar narrativas de protestos contra os projetos e os critérios de *patrimonialização*, como no caso de Fortaleza e de Almada.
- 42 Em Fortaleza o *conflito* em torno das políticas de intervenção urbana se destaca pela atribuição de usos *legítimos* para espaços com valor patrimonial. Desde o início do processo de *requalificação* nessa cidade, nomeadamente no bairro Praia de Iracema, é patente a existência de narrativas que enaltecem ou depreciam os espaços a partir de práticas sociais. Nesse sentido, percebo que nessa cidade a ideia de património está tão relacionada aos utilizadores dos espaços que usos definidos como *não legítimos*, para determinados habitantes, podem *despatrimonializar*, mesmo que de forma efémera, espaços urbanos. Por esse motivo, o processo de *re-requalificação* em Fortaleza pode tornar-se uma constante. Outro aspeto de *disputa* presente nesse processo de *patrimonialização*, que se aproxima da realidade da cidade de Almada, é o movimento de contestação perante práticas de intervenção apontadas pelos arquitetos como requisitos para os projetos de *requalificação*.
- 43 Na cidade de Almada as políticas urbanas e o processo de *patrimonialização* explicitam um desfazamento entre os projetos de *requalificação* e os *praticantes* da cidade (De Certeau, 1994). Tal divergência pode ser perceptível por meio do *conflito de narrativas* entre arquitetos, decisores políticos e habitantes. Nesse contexto, os fóruns de participação, os blogues e as redes sociais tornaram-se um espaço de debate importante para a contestação desses projetos de transformação urbana. São comuns manifestações de insatisfação com os planos de *requalificação* em assembleias públicas, especialmente por parte de comerciantes e empresários. Assim como também são frequentes os protestos nos meios de comunicação virtual, especialmente em blogues, que acusam alguns projetos de destruição da cidade ou descaso com edificações com valor patrimonial.
- 44 O exame sobre as diferentes atribuições de valores e consequentes *conflitos* na identificação do património constitui uma questão contemporânea relativa às

transformações urbanas e ao modo como se apresentam e executam projetos de *requalificação* nas cidades. A discordância entre espaço projetado e *espaço praticado* também compõe o modelo atual de urbanidade. Fortuna (2009) fala em um afastamento gradual e de *não-coincidência* entre o território urbanizado da cidade e o modo como se estruturam as práticas, mentalidades e relações sociais que ali se desenrolam. Para este autor, esta *não-coincidência* é uma demonstração da contínua *reinvenção* do urbano e que está a levar a um *palimpsesto teórico* da cidade. O estudo das cidades de Fortaleza e de Almada demonstra que é nessa tentativa de reinvenção que as cidades se aproximam e expõem a experiência de *metamorfose imagética* essencial para o contexto corrente.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, A. (2009), “Património cultural e cidade”, in C. Fortuna e R. P. Leite (orgs.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Coimbra, Almedina, pp. 11-24.
- BARREIRA, I. (2007), “Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro”, in: *Análise Social*, vol XLII (182), Lisboa, pp. 163-179.
- BEZERRA, R. G. (2009), *O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boémia”: usos e abusos num espaço urbano*, Fortaleza: Laboratório de Estudos da Oralidade – UFC e Expressão Gráfica.
- CECLA, F. La (2011), *Contra a arquitectura*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- CERTEAU, M. De (1994), *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, Petrópolis, Vozes.
- FERREIRA, C. De (2005), *A Expo’98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação*. Coimbra, tese de doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- FORTUNA, C. (1997), “Destradicionalização e imagem da cidade: O caso de Évora”, in *idem* (org.), *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaios de Sociologia*. Oeiras, Celta, pp. 231-257.
- FORTUNA, C. (2009), “Cidade e Urbanidade”, in C. Fortuna e R. P. Leite (orgs.), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*, Coimbra, Almedina, pp. 83-97.
- FORTUNA, C., I. Barreira et al. (2013), “O Passado e as Cidades: Revalorizações Patrimonialistas em Fortaleza e Coimbra”, in C. Fortuna e R. P. Leite (orgs.), *Diálogos Urbanos*, Coimbra, Almedina.
- GONDIM, L. (2007), *O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*, São Paulo, Annablume.
- LEACH, N. (2005), *A anestésica da arquitectura*, Lisboa, Antígona.
- LEITE, R. P. (2007), *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, 2.^a ed., Campinas, Editora da Unicamp.
- LEITE, R. P. e P. Peixoto (2009), “Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto”, in *Cadernos Metrópole*, 21, pp. 93-104.
-

MOREIRA, G. (2004), “Da cidade industrial à pós-industrial: Contributo para uma análise da transformação urbana em Portugal”, in *Revista de Estudos Urbanos e Regionais Sociedade e Território*, 37/38, pp. 27-36.

PEIXOTO, P. (2006), *O passado ainda não começou: funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português*. Coimbra, tese de doutorado, Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, J. S. (2001), “O Arranque da Metropolização na Margem Sul: Factores e modos de urbanização da região de Almada (1935-1947)”, in M. Pinheiro; L. V. Baptista e M. J. Vaz (orgs.), *Cidade e Metrópole: Centralidades e Marginalidades*, Oeiras, Celta.

RUBINO, S. (2009), “Enobrecimento urbano”, in C. Fortuna e R. P. Leite (orgs.), *Plural de cidades: léxicos e culturas urbanas*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 25-40.

SCOCUGLIA, J. B. C. (2004), *Revitalização urbana e (re)invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa*, João Pessoa, Editora da UFPB.

NOTAS

1. Em Portugal, compete por lei ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico/IGESPAR propor a classificação dos bens culturais imóveis de âmbito nacional. Cabe-lhe, assim, a definição dos critérios que deverão ser utilizados neste processo: critérios de carácter geral – histórico-cultural, estético-social e técnico-científico; e de carácter complementar – integridade, autenticidade e exemplaridade do bem. É assim possível encontrar hoje em dia uma maior incidência de classificações de objetos e conjuntos arquitetónicos de tipologias mais variadas, como sejam a arquitetura modernista e do movimento moderno, a arquitetura vernacular, os sítios arqueológicos, as cercas monásticas, os jardins históricos, a arquitetura do espetáculo, a arquitetura industrial, etc. O ato de classificação exige uma tramitação rigorosa (recentemente alterada com a publicação do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que entrou em vigor em janeiro de 2010). No Brasil, o património material protegido pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas-artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

2. Para Arantes (2009), a produção do património é fundamentalmente uma questão de atribuições de valores e construção de sentidos. Portanto, diferença, diversidade e conflito lhe são absolutamente inescapáveis.

3. Construído em 1925 como uma residência de veraneio, esse edifício atravessou a história do bairro em constante mutação. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi arrendado às tropas americanas e transformado em casino, sob a denominação United States Organization. A partir de 1948 tornou-se o restaurante Estoril, que, segundo depoimentos de antigos moradores, atraía boémios e seresteiros da cidade. Com a intensificação da especulação imobiliária, no final dos anos 80, o bar e restaurante Estoril, mesmo funcionando em precárias condições físicas e de higiene, continuava a ser referenciado nos meios de comunicação como ícone da boémia da Praia de Iracema. Em 1992, o Estoril foi desapropriado pela Prefeitura Municipal e tombado como património cultural em 1993. Porém, em 1994 o prédio desmoronou, em decorrência de uma forte chuva. Após esse facto, largamente noticiado pela imprensa, a Prefeitura assumiu a sua imediata reconstrução (Bezerra, 2009).

4. Essa ponte teve a sua construção iniciada em 1920 por engenheiros da empresa inglesa Norton-Griffiths, daí a denominação Ponte dos Ingleses. Seu objetivo era suprir as necessidades da demanda de desembarque da Ponte da Alfândega, nomeada na época como Ponte Metálica. Entretanto, como a obra ficou inacabada devido à construção do Porto do Mucuripe, esse espaço sempre foi utilizado para atividades lúdicas, como passeios e pescarias. Nos anos 1970 e 1980 a sua ocupação foi intensificada também por jovens universitários para contemplação do pôr-do-sol (Bezerra, 2009).

5. A cidade de Almada tem cerca de 160.000 habitantes, pertence ao distrito de Setúbal e está dividida em 11 freguesias. Almada deixou de ser uma cidade industrial nos anos 1990, tem muitos espaços degradados, especialmente antigas instalações ligadas à indústria naval e outras indústrias nas margens do rio Tejo. É uma cidade da Grande Lisboa, mas tem um potencial turístico graças à sua proximidade a Lisboa, a algumas construções antigas e especialmente devido a uma vista espetacular para o Tejo e para a cidade de Lisboa.

6. Frases pronunciadas pelos arquitetos e decisores políticos nos Fóruns de Participação na apresentação dos projetos: Plano de Pormenor de Cacilhas e Requalificação da Rua Cândido dos Reis, em janeiro e maio de 2010.

7. Fórum de Participação: Plano de Pormenor de Cacilhas no dia 21 de janeiro de 2010.

ÍNDICE

Keywords: Heritage, regeneration, policy makers and architects

Palavras-chave: Património, requalificação, decisores políticos e arquitetos

AUTOR

ROSELANE GOMES BEZERRA

Universidade de Coimbra (lane.bezerra@hotmail.com)

Uma abertura para a cidade. Análise de uma reforma sócio-urbanística no bairro da Mouraria

Giacomo Ferro

Introdução

- 1 Como pode mudar a ideia que nós temos de um bairro? Será devido às transformações da sua estrutura arquitetónica? Será a alternância de pessoas e dos grupos sociais que lá moram ou que o praticam no dia a dia? Ou dependerá talvez de uma mudança nas representações e significados que lhe são atribuídos pelas instituições que desempenham a tarefa de o governar, controlar e valorizar?
- 2 O bairro não é uma entidade isolada e imutável mas participa das transformações gerais que envolvem a cidade (Ledrut, 1978) e experimenta diferentes eixos de mudança que implicam processos complexos, articulados com a vasta variedade de elementos e factores contextuais que compõem as suas dinâmicas (Hannerz, 1980). No plano das políticas urbanas dos últimos vinte anos, importantes programas de requalificação e luta contra a exclusão social promovidos em contexto comunitário ou, mais especificamente, o desenvolvimento de conceções participativas de planeamento e intervenção, têm chamado atenção para a ideia de que o bairro é um terreno de ação e atenção central, no qual se ativam sinergias nos assuntos sociais, económicos e ambientais (Paquot, 2009; Galster, 2001; Smith, 2002; Savage *et al.*, 2005).
- 3 Entre o outono de 2011 e o verão de 2012, o bairro da Mouraria, situado no centro de Lisboa, e os seus arredores foram envolvidos numa ação radical de intervenção a nível urbanístico que pretendia requalificar o tecido arquitetónico e reorganizar o cenário económico e social do seu território. A reforma agiu principalmente no espaço público, tendo em vista inculcar novas práticas de utilização e apropriação através do fornecimento de novos equipamentos, da introdução de políticas securitárias e do envolvimento de novos atores sociais. Além disso, a reforma visa promover e veicular antigas e novas

representações referidas ao lugar, incidindo na requalificação do seu património cultural (tão material, como imaterial) e na introdução de diferentes significados simbólicos e identitários.

- 4 O presente artigo quer apresentar um contributo para a análise da importante reforma sócio-urbanística implementada no bairro da Mouraria no curso deste recente passado. A partir de uma perspetiva crítica, este trabalho analisa os eixos de intervenção, as práticas políticas e as estratégias de atuação planeadas pelos agentes institucionais e associativos que a promoveram. Mais especificamente, dá-se particular atenção à descrição dos focos da reforma e das operações de produção de sentido que legitimaram as suas intervenções.
- 5 Parte integrante de um projeto de pesquisa sobre o impacto social das políticas urbanas de reforma em contexto de bairro, o trabalho é fruto de um estudo documental sobre os dois planos que estruturam a obra de reforma. Recorrendo à perspetiva etnográfica, considerada não apenas um recurso metodológico, mas também uma forma de conhecimento, procurou-se documentar as fases de projeção e implementação da reforma conduzidas pelas entidades responsáveis (instituições e associações locais), e pelos diferentes atores sociais (moradores, trabalhadores, visitantes, empresários) envolvidos nas intervenções.
- 6 Na tentativa de responder à pergunta de partida: “como as políticas urbanas agem sobre a mudança social e as representações de um bairro?”; o estudo descreve as dinâmicas pelas quais, a partir das peculiaridades urbanas, históricas e sociais do bairro, o plano de reforma da Mouraria tenta implementar um processo de mudança social e económica no território. Ao mesmo tempo, este revela como tal processo de mudança social é suportado pela introdução e veiculação de imagens, conceitos e idealizações sobre o lugar que respondem a processos de “emblemização e estigmatização” (Menezes, 2012) do seu contexto socioespacial.
- 7 A análise da reforma e o trabalho de campo permitiram considerar a existência de diferentes visões e concetualizações que permearam a retórica projetual e as estratégias de atuação postas em prática pelos diferentes atores implicados no processo. Revelam-se assim maneiras e modelos de pensar o desenvolvimento territorial de forma diferente e às vezes conflitual. No entanto, no caso desta obra de reforma, estes tenderam a ser organizados e dirigidos face a um sentido de complementaridade, funcional e coerente com a construção de um renovado imaginário urbano. Por último, os dados recolhidos são, neste artigo, interpretados no sentido de individualizar as diretrizes das intervenções com o intuito de refletir sobre uma possível “hermenêutica da reforma”: a qual parece encontrar a sua síntese no conceito, exógeno tanto quanto endógeno, de *abertura*.

Entre segregação socioespacial e a construção de uma “tradição popular”: história e representações de um bairro

- 8 Como relata Marluce Menezes, a Mouraria pode ser considerada uma “invenção datada e instituída, através do foral do 1170” (Menezes, 2004: 81; 2012). Desde os primórdios da sua fundação, após a reconquista cristã de Lisboa, esta origem formal repercutiu-se, inclusive, nos elementos morfológicos da sua estrutura urbana que o caracterizavam como espaço segregado, assinado na altura, ao acolhimento e à contenção dos “mouros vencidos”. O território, constringido fora das muralhas da cidade, tinha limites e fronteiras que o

identificavam socioespacialmente face a uma condição de exclusão no que respeita à cidade. Mouraria representava então um território condicionado “do ponto de vista simbólico e urbano à elaboração de um complexo processo de estigmatização territorial” (Menezes, 2012: 72; 2004). Com o decorrer das circunstâncias sociais, históricas e económicas da cidade, a estrutura do bairro modificou-se, transbordando para lá dos antigos limites circunscritos pelo “gueto” e estendendo-se pelas zonas limítrofes. No entanto, o bairro continuaria marginalizado fora das muralhas da cidade. De facto, a história urbana e social da Mouraria mostra como essa foi inventada e posicionada “de forma a estar depois, ou a seguir a algum outro elemento ou referencial com mais representatividade urbana: nas traseiras do castelo de São Jorge, por detrás da zona ribeirinha, atrás da Baixa, etc.” (Menezes, 2005: 34).

- 9 O bairro sempre se caracterizou pela sua pobreza e precariedade habitacional, atraindo, ao longo da sua história, sobretudo segmentos da população com dificuldades socioeconómicas. Os vários fluxos migratórios que se sucederam no curso das épocas, acompanhando uma sempre maior urbanização, engrossavam a população da Mouraria de novos indivíduos provenientes das zonas rurais e mais pobres do país. A partir do século XV, enquanto Lisboa se virava para o Tejo, lançando-se com euforia nas descobertas ultramarinas, a Mouraria tornava-se refúgio seguro, nas traseiras da cidade, para aqueles estratos da população mais desfavorecidos e excluídos pelo novo progresso.
- 10 A partir do século XVIII até meados do XX, a população lisboeta ganha um incremento exponencial, pelo que o bairro da Mouraria atinge a sua capacidade de ocupação e, “decorrente da sua precariedade socioeconómica e funcional, passou a ser entendido com um dos «bairros pobres» da cidade” (Menezes, 2005: 35). Nos últimos trinta anos o território foi atingido por um fenómeno maciço de imigração de indivíduos provenientes da Índia, China e alguns países da África luso e francófona, os quais estabeleceram ali o núcleo das suas relações económicas e sociais.
- 11 Hoje em dia, a Mouraria caracteriza-se por constituir um bairro densamente povoado, por uma população heterogénea em termos socioeconómicos e culturais. Mas a estigmatização e a segregação (tão simbólica quanto social) que marcam o bairro ainda passam por conceitos ligados à “alteridade”, à “pobreza” e à “falta de segurança”. Pois a precariedade socioeconómica do seu contexto tem contribuído para o aparecimento de fenómenos ligados à venda e ao consumo de droga e a atividades ilícitas ligadas ao mercado do sexo. No entanto o seu cenário urbano revela-se como um dos mais multiétnicos e culturalmente diversificados que existem hoje em dia na cidade de Lisboa.
- 12 O seu estar “de costas viradas” relativo aos outros lugares da cidade, o seu ser “terra de conquista de povoações estrangeiras” – antes os mouros, do qual vem o nome, e, no curso das épocas, as populações migrantes– leva-nos a considerar a Mouraria como um território fortemente construído a nível social e espacial face a uma condição de segregação.
- 13 O conceito de segregação pode bem associar-se ao contexto do bairro se consideramos dois elementos fundamentais. Por um lado, a segregação como um fenómeno espacial. Neste sentido, a identificação da Mouraria como lugar traseiro da cidade e o seu particular desenvolvimento urbano remetem para a ideia de que as figuras históricas que representaram o poder e a sua ideologia se inscreveram no espaço, promovendo diferentes valores e manipulando o imaginário socioespacial do bairro (Healey, 2000).

- 14 Por outro, a segregação como fruto de algum tipo de guetização social. De acordo com Van Kempen, o conceito de segregação implica, de facto, uma *concentração territorial* (Van Kempen & Ózuekren, 1998) que, no caso da Mouraria, nasceu de um espaço delimitado e instituído para o estabelecimento de determinados grupos sociais, económicos e até culturais. O próprio conceito de segregação urbana remete para a ideia de uma separação de determinados grupos sociais no território da cidade, como reflexo ou manifestação das relações que se estabelecem a partir da estrutura social e das suas estratificações (Machado, 2009). Uma estratificação social que, no caso da Mouraria, se expressou – e se expressa – não só através da diversidade socioeconómica, mas também através da exclusão no âmbito do pleno desenvolvimento e acessibilidade aos recursos presentes nas melhores zonas da cidade.
- 15 Contudo, a condição histórica e social do bairro contribuiu também para promover algumas formas peculiares de expressão artística, que lá se desenvolveram predominantemente. O Fado, a maior e mais representativa entre todas, encarna toda a poética de uma classe pobre e excluída às margens da sociedade (Brito, 1999). Junto com o Fado nasceu, algures no século XIX, a criação de uma tradição popular, ligada ao povo e à realidade social do lugar, que introduzia símbolos e representações que reificavam um denso e articulado imaginário coletivo (Menezes, 2004).
- 16 Durante a época do Estado Novo, estas representações foram apropriadas, usadas e ampliadas pelo governo com o intuito de reforçar o sentido de nação, tendo algumas das produções artísticas originárias da Mouraria sido institucionalizadas. A tradição popular converteu-se num veículo de valores e símbolos representativos de uma cultura (Costa, 1999). Nasceram as Festas Populares, através das quais esta tradição é expressa e reproduzida. O processo de “institucionalização” da cultura popular leva consequentemente à instituição das Marchas Populares, em que através da competição e o encontro/confronto entre os diferentes bairros se constrói e fortalece um discurso identitário. Identidade, cultura e tradição que permanecem hoje em dia e se revivificam no período de junho, quando a cada ano se repetem as celebrações dos Santos Populares e o seu poder tipificador revive nos arraiais, nas marchas e nos cantos da tradição (Cordeiro, 1997).
- 17 Este imaginário continua a ser produzido e reproduzido quer num contexto interno ao bairro quer nas representações que a cidade faz deste. As suas tradições e representações, social e historicamente construídas, continuam a ser renovadas e promovidas pelas instituições e pelas entidades às quais é atribuída a tarefa de a governar, controlar e valorizar.

A estrutura da reforma e os seus planos

- 18 Entre o outono de 2011 e o verão de 2012, o território da Mouraria e os seus arredores no centro de Lisboa foram objeto de um complexo projeto de reforma sócio-urbanística com vista a modificar o aspeto espacial, social e económico do território. Tal iniciativa foi suportada e dirigida pela Câmara Municipal de Lisboa e por uma série de parceiros, entre os quais um notável número de associações empenhadas no contexto local em atividades de âmbito social. A reforma foi implementada a partir de dois planos de intervenção complementares: o Plano de Acção da Mouraria e o Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria.

- 19 O Plano de Acção da Mouraria (PA Mouraria) constitui um programa de requalificação urbana decorrido de um empréstimo da União Europeia e integrado num Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), a partir do qual as administrações locais e nacionais tiveram a oportunidade de desenvolver projetos no âmbito da “aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal, no período 2007-2013” (*in site da CML*). Tal plano teve como referente principal a Câmara Municipal de Lisboa (beneficiário do empréstimo e ao mesmo tempo financiador de uma outra relevante quantia de dinheiro)¹, mas também se articulou num sistema de cooperação entre entidades de parceira, públicas e privadas, que teve como propósito encontrar recursos diferentes para garantir a “intervenção no edificado, no espaço público, no ambiente urbano, nas actividades económicas e nos sectores turístico e cultural” (*in site da CML*).
- 20 O segundo plano, definido como PDCM (Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria), nasce a partir de reuniões informais entre algumas associações e coletividades da zona, interessadas (e em parte preocupadas) com o ambicioso projeto de reforma que se estava a desenvolver no território. Tal plano pretendeu complementar os objetivos definidos pela Câmara Municipal com uma série de intervenções de carácter social dirigidas para a população local e baseadas em práticas políticas e princípios de cariz participativo. A ideia do PDCM parte do princípio de “que a liberdade e a cidadania plena só se atingem com o desenvolvimento integral dos indivíduos e das comunidades e que o desenvolvimento político, económico, social e cultural tem, no combate à exclusão social e na promoção da qualidade de vida, a sua prioridade” (Relatório Final PDCM 2011). Deste princípio nasceu a ideia de desenvolver um plano que assistisse e reforçasse as obras de reabilitação urbana com projetos e respostas que se focassem na melhoria de vida dos moradores e tentassem acabar com alguns problemas de estigmatização social do bairro. Embora este tivesse surgido de um modo informal e não institucional, ao longo das suas fases de constituição o PDCM assistiu ao envolvimento de mais de trinta entidades associativas e foi integrado no GABIP² (Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária da Mouraria), financiado e gerido pela Câmara Municipal, acabando assim por participar da estrutura oficial do projeto de reforma urbanística.

As estratégias de intervenção

- 21 Como afirmam Fortuna e Leite, as formas e os métodos através dos quais se concretizam as diferentes tipologias de intervenção no contexto urbano apontam para uma profunda ação sobre o território desenvolvida em níveis diferentes e contextuais (Fortuna e Leite, 2009). Da mesma maneira, a reforma sócio-urbanística da Mouraria caracterizou-se por um processo diversificado e articulado que abrangeu diferentes perspetivas de intervenção. Neste artigo analisaremos os quatro eixos de intervenção que, segundo este estudo, constituíram a tentativa de condicionar um tipo de mudança social, económica e representativa do bairro da Mouraria.
- 22 *(Re)definição das fronteiras.* Ao desenvolver uma análise que tome como contexto de estudo um “bairro popular” (tal como vem sendo considerado o bairro da Mouraria), é importante ter em conta aquelas peculiaridades sociais, espaciais, físicas e simbólicas que identificam esses núcleos urbanos face a um sistema de representações endógena e exogenamente definido (Cordeiro, 1997). Pela sua natureza histórica, relacional e simbólica, esses núcleos urbanos constituem *unidades temáticas* (Lynch *in* Cordeiro e Costa, 1999) socioespacialmente codificadas e circunscritas dentro do território da cidade.

- 23 Além disso, a projeção e implementação de um plano de reforma urbana baseia-se na necessidade de individuar uma unidade territorial funcional ao consentimento dos seus objetivos. Tendo em conta estas reflexões, através da análise dos dois planos (PA Mouraria e PDCM), constatou-se que o interesse demonstrado pela obra de reforma envolveu um território muito mais vasto do que aquele que definiu em termos socioespaciais a Mouraria até hoje em dia. A reforma expande exponencialmente os limites do bairro, abrangendo novas zonas ao seu arredor. Em particular, os focos das intervenções dilataram o território num eixo sul-norte que englobou freguesias como a de São Cristóvão (posicionada entre a Baixa Pombalina e o Castelo) e os arredores do Largo do Intendente (pertencente à freguesia dos Anjos), que se diferenciam do território do bairro, seja por composição socioeconómica do estrato populacional, seja pelas diferentes construções representativas e identitárias assumidas pelos próprios habitantes. Na sua vertente vertical, no entanto, a obra de reforma focaliza o seu centro na Praça do Martim Moniz, desenvolvendo-se em linha reta para englobar aquele conjunto residencial situado nas encostas das colinas, que sobem por um lado até ao Castelo de São Jorge e por outro ao Miradouro da Graça. O território aparece assim claramente situado no meio de três focos fundamentais na identificação de um lugar estratégico no centro de Lisboa.
- 24 A decisão de intervir numa zona mais vasta prende-se com o posicionamento geográfico do bairro e remete para uma estratégia de concetualizar um território amplo e integrado no centro de Lisboa, acessível e de conexão para outros pontos da cidade: um lugar de ligação entre vários eixos económicos e culturais, ou seja, um lugar inserido numa rede de lugares. Este tipo de redefinição territorial traz consigo importantes significados simbólicos e socioespaciais. Pois entende quebrar as barreiras físicas e simbólicas que antes “confinavam” a Mouraria e lhe atribuíam o estigma de bairro fechado, retraído e pouco inclinado ao “aproveitamento” do setor turístico e imobiliário; este, pelo contrário, renova a introdução de uma ação exógena e quer favorecer novos modelos de apropriação de recursos materiais (equipamentos, infraestruturas, serviços públicos) e imateriais (património cultural) que o bairro tem. Ao mesmo tempo, a dilatação das fronteiras expande um “universo simbólico-representativo” sobre outros territórios, tentando atribuir-lhes novos discursos identitários enquanto se constroem novas representações do lugar.
- 25 *Práticas securitárias.* Um bairro caracterizado como um lugar de segregação, território turvo e arriscado, rede labiríntica de entradas seguras mas de saídas incertas, não pode utilizar outra forma, para voltar a “apresentar-se à cidade”, senão a de resgatar as esquinas, becos e largos da sua malha urbana, longamente esquecidos pela intervenção pública. Na articulada obra de reforma sócio-urbanística, a intervenção sobre o espaço público assumiu uma importância central, enquanto foi entendida como “indutora de novos comportamentos” (CML, Boletim Oficial).
- 26 Segundo o PA Mouraria, a intervenção sobre o espaço público devia consistir em dois momentos sequenciais em relação de causalidade. Por um lado, o plano foi utilizado para intervir na rede urbana do bairro de forma a promover uma acessibilidade diferente e mobilidade dentro e em redor do seu território (manutenção das ruas, regulação do trânsito, ilhas pedonais, praças renovadas e espaços de lazer). Por outro, esta reabilitação física devia contribuir, segundo as instituições, para estimular novas formas de uso e aproveitamento do espaço: a acessibilidade ao bairro e uma maior liberdade de movimentação dentro do seu território; mas também uma “regulamentação” em forma de disciplina que seria constituída para promover novas práticas comportamentais no meio

ambiente urbano, reduzindo fenómenos considerados de “mau costume” (lixo na rua, estacionamento nas passadeiras), muitas vezes induzidos pela falta de regulamentação ou equipamentos.

- 27 A estes tipos de iniciativas (de carácter «regulador» e, em parte, «higienista») que vinham implementadas na conceção do PA Mouraria, acrescenta-se ainda a vontade de estimular a “afluência” de novos indivíduos sociais ao território do bairro e contrastar (quando não impedir) práticas ilegais (tráfico e consumo de droga «ao ar livre», mas também fenómenos de prostituição), que estavam a minar a sensação de segurança nos indivíduos que transitavam pelo bairro e contribuíam ainda para a forte estigmatização deste.
- 28 A este respeito o discurso da segurança representou um tema fundamental nos objetivos expressados nos dois planos de reforma. As associações parceiras do PDCM, por exemplo, aportaram um sério contributo à consideração do carácter social da segurança no espaço público. Para enfrentar os vários pedidos de segurança provenientes de alguns moradores e retomados pelas instituições (os quais suporiam uma intervenção mais repressiva dos fenómenos de ilegalidade), as associações do bairro pressionaram para que tais fenómenos não fossem tratados a partir de uma atitude repressiva mas, pelo contrário, como fenómenos aos quais era preciso contrapor políticas de prevenção e assistência. Com este intuito elas propuseram devolver dois espaços (daqueles recentemente reestruturados e equipados nas intervenções) a lugares de assistência e prevenção para as toxicodependências, onde os consumidores poderiam consumir em regime de controlo e segurança para eles próprios. Uma conceção de segurança, segundo o PDCM (definida como perspectiva de segurança), que se expressa como fruto da prevenção dos fenómenos de risco e assenta, de maneira crítica e participada, no uso coletivo do espaço público.
- 29 A reforma do espaço público não passou entãosópela requalificação da malha urbana mas também por formas de gestão e apropriação social do seu meio ambiente. Conceitos como “práticas cívicas” (indicadas pelo PA Mouraria) ou “uso coletivo do espaço” (referida pelo PDCM) reforçam a ideia de que, na obra de reforma, o espaço público é entendido como uma realidade produzida e produtora de dinâmicas sociais.
- 30 Além disso, na visão dos planos o fenómeno espacial assume um significado decisivo dentro da mesma construção do conceito de «comunidade». Um espaço mais seguro, novos modelos de comportamento cívico e renovadas práticas de sociabilidade no contexto urbano qualificam-se como os catalisadores sociais e os referentes identitários do auspiciado desenvolvimento comunitário.
- 31 A *revitalização económica*. Do ponto de vista das repercussões socioeconómicas que a reforma entendeu induzir, o PA Mouraria e o PDCM abordaram através de modelos e perspetivas diferentes o conceito de revitalização económica e as consequências que esta podia comportar nas componentes sociais do bairro.
- 32 Nos objetivos do PA Mouraria, a reabilitação socioespacial do território era dirigida para o advento de novos e diferentes grupos sociais que complementassem o substrato residente originário, na participação e na promoção socioeconómica do território. Tal participação não era restringida só para um renovado fluxo turístico que aproveitasse as ofertas culturais promovidas no território, mas era aberta também ao estabelecimento de novos estratos de população que entrassem em níveis diferentes no tecido económico e social local. Por exemplo, parte dos esforços foram dirigidos à reabilitação de prédios e focos que hospedassem estudantes (sobretudo estrangeiros) e novos residentes. Mas era também entendida como impulso dirigido aos investimentos privados na abertura de

novas atividades comerciais (lojas, bares, restaurantes) com um mercado-alvo diferente. Basicamente as intenções da Câmara Municipal assentaram na ideia de complementar a população originária com novas classes socioeconómicas extralocais, de acordo com uma dinâmica *gentrificadora*.

- 33 Pelo contrário, as associações parceiras do PDCM empenhadas no território expressaram a necessidade de intervir no potenciamento da condição socioeconómica da população residente. De acordo com o modelo proposto pelo PDCM, esta conceção concretizava-se através da criação de novas formas de emprego e na formação e capacitação do substrato populacional originário. Tais iniciativas ocorreram assim através da criação de cursos de formação, abertura de fundos de empréstimos *ad hoc*, criação de cooperativas de trabalho, estabelecimento de novas formas de contratos sociais e económicos entre os residentes e as instituições locais. Ao mesmo tempo, quis-se atuar no potenciamento das formas de inclusão social: criação de novos grupos associativos, intensificação da obra de assistência e apoio às pessoas necessitadas e aumento da oferta de bens e serviços abertos a toda a população.
- 34 Aparece então, na dialética da obra de reforma, o conceito de “balanceamento social”³, que tende a definir uma estratégia socioeconómica (e política), a qual pretende “balancear o potenciamento dos recursos endógenos, com novos recursos exógenos” (João Menezes, coordenador do GABIP).
- 35 *Patrimonialização e construção de uma identidade*. Outro aspeto no qual a intervenção conjunta dos planos insiste é a questão da patrimonialização e da promoção de uma identidade compartilhada, baseada na reprodução de elementos históricos, sociais e culturais. Este aspeto reconduz à construção sociocultural que se fez da Mouraria nas épocas anteriores. Retomam-se então os mitos e os significados ligados a este nome.
- 36 No PA Mouraria, a requalificação do espaço público vem entendida também como forma de revitalização do património local através da requalificação de edifícios de valor simbólico e patrimonial para o bairro. A criação de percursos e rotas turístico-culturais, a reestruturação da antiga Cerca Moura, a edificação de uma Casa de Fado no centro do bairro são expressões desta intenção de revitalização patrimonial. A requalificação do espaço coincide com aquela imagem urbana do bairro e volta a apoiar-se sobre a idealização de determinadas tradições baseadas num passado pensado como histórico. Retomam-se então discursos referidos à tradição popular, àquela ideia de “genuinidade” e “autenticidade folclórica” própria de uma determinada história social do bairro. A esta junta-se a construção, que surgiu nas últimas décadas, de uma Mouraria símbolo do convívio “multiétnico” e/ou “multicultural”, que se quer ligar de maneira “coerente” (também demagógica) ao seu mito de fundação e à origem mourisca. Discursos que, com o apoio de importantes eventos culturais promovidos no território, contribuem para a quebra da estigmatização ligada à “alteridade” que longamente caracterizou esse bairro.
- 37 Mas a criação de uma identidade sociocultural vai para além de uma política de patrimonialização. A ideia de identidade expressa pelos planos parece acompanhar-se de uma ideia de construção de uma comunidade sociocultural. Isto revela-se em particular nas iniciativas sociais que os planos desenvolvem. Através das associações parceiras do PDCM desenvolvem-se numerosas iniciativas destinadas à produção de sociabilidade: realização de trabalhos de grupo, criação de coletividades, laboratórios de solidariedades intergeracional e intercâmbio cultural, mas também produções artísticas baseadas na realidade local. A este respeito, o elemento participativo foi utilizado mais uma vez para

desenvolver reflexões sobre o uso coletivo dos recursos, da pluralidade: então, sobre uma certa ideia de comunidade.

- 38 A obra dos planos envolveu-se, assim, de um forte significado representativo. O passado tradicional, tipificado em práticas, símbolos e significados socioespaciais, foi acompanhado pela construção de novos sentidos “histórico-culturais”, tentando criar um padrão coerente na produção de imagens e conceitos próprios de uma narrativa identitária.

Abertura

- 39 A problemática que este artigo trata sai de uma pergunta inicial: “Como as políticas urbanas agem sobre a mudança social e as representações de um bairro?” Tentamos neste ponto interpretar os dados recolhidos para tentar individualizar as diretrizes das intervenções no intuito de refletir sobre uma possível “hermenêutica da reforma”. A análise dos planos, as entrevistas feitas aos seus responsáveis, os encontros informais e as conversas com os representantes das associações permitiram identificar um conceito que estruturou as intervenções e definiu a ideia inspiradora da obra de reforma sócio-urbanística na Mouraria. Este corresponde ao conceito de *abertura*. O conceito de *abertura* representa um ponto extremamente importante no enquadramento do sistema de intervenção que estamos a analisar, visto que permite perceber as estratégias desenvolvidas e ler os possíveis significados a elas atribuídos.
- 40 De maneira física ou conceitual, a *abertura* da Mouraria vem entendida como a possibilidade de aceder ao bairro, poder entrar e sair dele, atravessá-lo de uma ponta a outra, torná-lo um território de passagem, de transitoriedade, de confluência – quer de pessoas quer de mercadorias –, na prática, segundo uma certa ideia, reterritorializá-lo. Mas esta obra de *abertura* pode ser entendida também como a descaracterização do bairro, pois, ao redefinir os seus contornos e diversificar o seu tecido social, a abertura pretende recusar a estigmatização socioespacial pela qual é conhecido. No entanto, ela não pressupõe minar as construções e as representações que o caracterizam na relação identitária que tem com a cidade.
- 41 O conceito de *abertura* nasce de uma análise etnográfica e a assunção de tal deriva das entrevistas e dos diálogos com os interlocutores, enquanto o conceito surgiu da análise dos planos. Porém, o trabalho de campo demonstrou como este conceito – partilhado a nível teórico e conceitual – é construído, utilizado e elaborado de maneiras diferentes, às vezes até antitéticas, entre todas as entidades envolvidas no processo de mudança do bairro.
- 42 Na visão do PA Mouraria (o plano das instituições), a *abertura* é percebida como a melhoria dos percursos e dos eixos de entrada, saída e atravessamento do bairro, de molde a constituir uma maior acessibilidade e mobilidade dentro e em redor dele. Tal intervenção no espaço público é suportada também por uma reabilitação física do território, com a criação de novos prédios e equipamentos, que quer contribuir para reabilitar a imagem urbana do bairro atraindo um novo tipo de capital social. Esta ideia de *abertura* assenta também no propósito de criar os pressupostos para o estabelecimento no bairro de novas classes sociais, com uma melhor condição socioeconómica e diferentes interesses culturais. O processo que foi definido como “balanceamento social” refere-se ao envolvimento de novos grupos sociais no contexto socioespacial do território, na

esperança de que eles tragam novos e diferentes investimentos, recursos, iniciativas económicas e que deem um maior impulso ao desenvolvimento socioeconómico e cultural do bairro. Assim, na visão do PA Mouraria, a *abertura* do bairro a novos espaços – sociais, culturais e económicos – coincide com a *abertura* a novos indivíduos – sociais, culturais e económicos.

- 43 De maneira contrária, na ideia do PDCM (plano das associações), o conceito de *abertura* é entendido a partir de uma visão endógena do real benefício que pode trazer à população a obra de reforma, em termos de possibilidade para uma maior emancipação e integração dentro da cidade. *Abertura* neste caso significa criar equipamentos para a formação, a capacitação e o emprego dos desocupados; disponibilizar recursos para ajudar as pequenas empresas ou realidades económicas locais; criar redes associativas comunitária. Em particular a ideia de *abertura* proposta pelo PDCM apoia-se no fator fundamental do envolvimento e participação da população residente na gestão e nas estruturas de organização do bairro. Um envolvimento que interessa a população em múltiplos aspetos e que, em consequência, a torna responsável em questões de apropriação, salvaguarda e produção dos recursos internos, nomeadamente através do uso social do espaço público. Além disso, a participação e o envolvimento da população como objeto de uma reforma social do bairro desenvolve-se através de linhas e temáticas “poliédricas” que muitas das vezes desembocam num variado conjunto de projetos artísticos e culturais. A participação coincide com a assunção das problemáticas e das questões remetidas pelos indivíduos a partir da própria vida quotidiana, o que significa então fazer voltar o plano de reforma de um contexto exógeno e histórico para um endógeno e quotidiano, já que muitos destes projetos tentam revelar e reatualizar a dimensão subjetiva como fator socialmente fundamental na definição de um bairro e das suas problemáticas.
- 44 O conceito de *abertura* remete então para a conceção política e social de dar vida a um processo de reforma sócio-urbanística que aborde de alguma maneira as questões de segregação socioespacial ainda presentes na Mouraria, lute contra a estigmatização que a caracteriza e crie os pressupostos para um processo de “incorporação” do bairro na cidade. No entanto este foi entendido de maneira diferente. As instituições consideraram a *abertura* um processo de incorporação do bairro na cidade através da entrada da Mouraria nas rotas turísticas urbanas e do envolvimento de novos estratos da população externos à realidade do bairro, desenvolvendo assim uma dinâmica “*de-fora para-dentro*”. Ao contrário, a visão expressa pelas associações que tomaram parte no projeto de reforma identificou o conceito de *abertura* como um processo de emancipação da população e de fornecimento de novos equipamentos para a resolução das problemáticas dinâmicas sociais que estigmatizam o bairro no contexto urbano, tentando desenvolver assim uma dinâmica “*de-dentro para-fora*”.
- 45 Em tudo isto cabe a construção de uma renovada imagem do bairro que parte das antigas construções socioespaciais e representativas da Mouraria como bairro segregado, pobre e perigoso.

Considerações finais: as incógnitas sobre o futuro do bairro

- 46 Contudo, apesar das expectativas de um desenvolvimento sensível e participado, esta reforma na Mouraria impõe-se como uma obra implementada a partir do exterior,

expressão de uma clara linha política que revela uma estratégia socioeconómica para o desenvolvimento do centro de Lisboa.

- 47 Na medida em que as instituições (a Câmara Municipal e as entidades públicas competentes) procuraram encontrar ligações e concertar referentes endógenos para mediar as suas intervenções no território, estas não se revelaram competentes para submeter, na avaliação dos planos, a adequada complexidade do contexto socioeconómico e cultural que articula o bairro. Isto porque, embora se recorresse ao apoio e à parceria de numerosas associações que operavam no território, a maioria destas não eram compostas (nem muitas vezes interagem a nível da confiança e da reciprocidade) pela população originária do bairro. Isto levou a que não fosse possível representar de maneira adequada os pontos de vista endógenos.
- 48 Por exemplo, os moradores portugueses da Mouraria, estabelecidos na sua maioria no antigo centro do bairro (aquele conjunto de ruas e praças da freguesia do Socorro que são consideradas o “berço do Fado”), tiveram sempre uma grande reticência (às vezes uma efetiva aversão) em relação ao trabalho da associação Renovar a Mouraria, cooperativa que desenvolve iniciativas e ações sobre a legalidade e a interculturalidade no bairro, e foi escolhida pela Câmara Municipal como referente principal da obra de reforma no território. Pelo contrário, o único referente identitário deste núcleo de população pareceu ser o Centro Desportivo da Mouraria, sede do único ginásio do bairro e grupo que organiza e prepara as Marchas Populares de Junho (que nunca participou nas reuniões com as instituições ou com o PDCM).
- 49 Outro exemplo é aquele relativo ao envolvimento ou à consulta nas fases de projeto de grupos ou associações de imigrados. Na Mouraria vive uma percentagem provavelmente maioritária (difícil conseguir percentuais atendíveis) de pessoas imigradas. Mesmo assim, no bairro não existem grupos ou associações oficiais que tutelem ou representem instâncias referidas à pertença sociocultural. Existem, muito embora, duas mesquitas que agrupam um consistente número de fiéis muçulmanos, pertencentes a diferentes grupos socioculturais. A obra de reforma da Mouraria, através das entidades que a implementavam, nunca chegou a um envolvimento de facto destes grupos e de todas as realidades mais ou menos informais, mas fundamentais para considerar em pleno a complexidade de problemáticas que ocorrem no bairro.
- 50 Além disso, como afirmado acima, a vastidão das intervenções cobre um território extremamente diversificado, seja pela composição socioeconómica dos estratos de população que residem nas diferentes zonas, seja pela definição identitária dos seus moradores. Estas deixam de ter em conta as variáveis sociais existentes no território, como as construções valorativas e simbólicas que definem o bairro pelos indivíduos e pelos grupos sociais que lá moram. A Mouraria definida por esta reforma é um território recriado, que forja a sua imagem em discursos reinventados sobre uma profunda renovação do contexto social anterior.
- 51 Para concluir, esta obra de reforma sócio-urbanística não deixa dúvidas sobre os reais processos de mudança que pode comportar num complexo contexto social como é o da Mouraria. Referindo-nos em particular aos quatro eixos de atuação que inspiraram a reforma, cabe aqui perguntar-nos: poderá a modificação do espaço público limitar, contrastar, alterar práticas precedentemente definidas como ilegais ou de exclusão social, que anteriormente se desenvolviam nas ruas e nas praças do bairro? Que tipo de dinâmicas produzirá a entrada maciça no contexto social do bairro de novos indivíduos e

grupos sociais, atraídos por novas possibilidades de “exploração” e portadores de diferentes práticas de apropriação do espaço? Neste sentido, como será gerida a implementação de novos equipamentos? Será garantida a acessibilidade dos diferentes grupos sociais presentes no território? Estamos perante uma explícita tentativa de *gentrificação*? E, finalmente: será possível criar uma identidade comunitária que tenha como referente esta nova entidade territorial? Tentar-se-á alcançar este processo através de políticas multiculturalistas genéricas e da construção de artificiais tradições e discursos identitários, ou haverá um verdadeiro interesse em valorizar e expressar as diferenças presentes nos diversos grupos socioculturais que povoam este bairro?

- 52 Todas estas questões remetem para um futuro mais próximo, no qual o bairro da Mouraria inscreverá uma outra etapa da sua longa e particular história. Com esta obra de reforma, a Mouraria reafirma mais uma vez a importância que tem no cenário político e social do contexto urbano lisboeta e renova, como sempre fez no passado, a profunda ligação que une a sua história à da cidade de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- BRITO, J. P. (1999), “O fado: etnografia na cidade”, in G. Velho, *Antropologia Urbana: Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- CÂMARA MUNICIPAL de LISBOA (2011), *A Mouraria vai mudar para melhor – Boletim Oficial Plano de Reabilitação Urbana*, setembro 2011, Lisboa.
- CÂMARA MUNICIPAL de LISBOA (2011), *Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria – Relatório Final*, abril 2011, Lisboa.
- CORDEIRO, G. Í. (1997), *Um lugar na cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CORDEIRO, G. Í. e F. da Costa (1999), “Bairros: contextos e intersecção”, in G. Velho, *Antropologia Urbana: Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- COSTA, F. da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.
- FORTUNA, C. e R. P. Leite (orgs.) (2009), *Plural de cidade: Novos Léxicos urbanos*, Coimbra, Almedina-CES.
- GALSTER, G. (2001), *On the nature of neighborhood*, *Urban Studies*, vol. 38.
- HANNERZ, U. (1980), *Exploring the city. Inquiries Toward an Urban Anthropology*, Columbia University Press.
- HEALEY P. (2000), “Institutionalist theory, social exclusion and governance”, in J. Madanipour et al., *Social Exclusion in European cities*, Londres, Routledge.
- LEDROUT, R. (1978), “Quartiere e articolazioni minori nella città”, in P. Guidicini, *Gruppi e sub-unità spaziali nella città. Quartiere, vicinato e area naturale tra miti utopie e valutazioni critiche*, Roma, Città Nuova.

MACHADO, L. M. (2009), “Segregações urbanas”, in Fortuna & Leite, *Plural de cidade: Novos Léxicos urbanos*, Coimbra, Almedina-CES, pp. 115-126.

MENEZES, M. (2004), *Mouraria, retalhos de um imaginário*, Oeiras, Celta Editora.

MENEZES, M. (2005), “Património Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação?”, em “Cidades: comunidades e territórios”, CET n.º 11, pp. 67-83.

MENEZES, M. (2012), “Debatendo mitos, representações e convicções acerca da invenção de um bairro lisboeta”, *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Número temático *Imigração, Diversidade e Convivência Cultural*, pp. 69-95.

PAQUOT, T. (2009), *L'espace public*, Paris, La Découverte.

SAVAGE, M. et al. (2005), *Globalization and belonging*, Londres, Sage.

SMITH, N. (2002), “New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy”, in *Antipode*, vol. 34.

VAN KEMPEN, R. e A. S. Ózuekren (1998), *On the social significance of segregation*, European Research Centre on Migration and Ethnic Relations, PhD Research, University of Bristol.

Sites consultados

<http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt> [consultado entre outubro 2011-março 2012].

NOTAS

1. Segundo os dados fornecidos pelo *site* oficial da obra de reforma, a União Europeia, através do programa QREN, destinou sete milhões de euros à implementação das intervenções de reforma. A estes juntaram-se os cinco milhões de euros estabelecidos pela Câmara Municipal de Lisboa como promotora do projeto (<http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt>).

2. O Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária da Mouraria (GABIP) é uma entidade que foi constituída no final do 2010 para coordenar as diferentes entidades que participaram na obra de reforma. Esta estrutura, além de operar como mediadora entre as várias propostas de ação expressas pelos parceiros, destaca-se como entidade oficial de representação da obra de reforma e posiciona-se como referente principal no diálogo com outras entidades públicas, privadas ou com os moradores.

3. A ambiguidade e a grande genericidade deste termo constringe-nos a definir melhor a sua entidade e as suas significações. Infelizmente não há fontes oficiais que possam legitimar tal tarefa. O substantivo “balanceamento” deriva de uma palavra de origem luso-brasileira, enquanto a locução “balanceamento social” não aparece em nenhum dicionário ou revista especializada do setor. Tal expressão é então referida assim como adquirida pelos discursos dos operadores e dos indivíduos que tomaram parte no processo de planeamento e implementação da obra de reforma. Mais propriamente, este termo surgiu pela primeira vez num discurso do coordenador do GABIP, João Menezes, que “se atribuiu a tarefa” de o definir nas suas especificidades e significações.

RESUMOS

O bairro da Mouraria sempre se caracterizou por ser um território socioespacialmente segregado. Neste lugar, história e tradição conviveram ao longo das épocas num cenário de pobreza e de estigmatização induzida e autorreproduzida. No começo da segunda década do século XXI, um complexo projeto promovido pelas instituições e as associações locais tenta mudar o destino e as representações sobre esse território.

O presente artigo desenvolve uma análise do plano de reforma sócio-urbanística que ocorreu na Mouraria; estuda as estratégias e as práticas de intervenção e tenta descodificar os significados que lhes são atribuídos. Ao mesmo tempo, o trabalho levanta questões sobre o tipo de desenvolvimento social, económico e cultural que se quer induzir no bairro: expressão de uma específica política urbana para a cidade de Lisboa.

The neighborhood of Mouraria has always been characterized as a socio-spatially segregated territory. In this area, history and tradition cohabited in the course of time in a setting of poverty and stigmatization both induced and self-reproduced. At the beginning of the second decade of the XXI century, an important plan of the local institutions and various associations tries to change the fates and representations of this territory.

This article provides an analysis of the plan for urban social reform that involved the neighborhood of Mouraria; it studies the strategies and practices of the intervention, and attempts to decode the meanings assigned to them. In the meanwhile, this work questions the kind of social, economical and cultural development it intends to induce in the neighborhood: as an expression of a specific program of urban politics in the city of Lisbon.

ÍNDICE

Keywords: Neighborhood, Mouraria, urban social reform, opening

Palavras-chave: Bairro, Mouraria, reforma sócio-urbanística, abertura

AUTOR

GIACOMO FERRO

Mestrado em Antropologia Aplicada FCSH-UNL, doutorando em Estudos Urbanos – FCSH-UNL/
ISCTE-IUL (giacomoferro.gf@gmail.com)

“Vive o bairro!”¹ A intervenção comunitária como ferramenta da redução de riscos e minimização de danos na Matriz H do Bairro da Flamengo²

Lígia Ferro, Pedro Oliveira, Sara Trindade and Susana Peixoto

Introdução

- 1 Este texto resulta do trabalho de investigação-ação³ em equipa no âmbito do projeto Redução de Riscos e Minimização de Danos RRMD Marvila, financiado pelo ex-Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT)⁴ e concretizado pela Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES). Inicialmente, a equipa de trabalho era composta por um psicólogo e duas assistentes sociais, assim como por uma socióloga incorporada no grupo em junho de 2011.
- 2 O artigo tem como objetivo problematizar a estratégia da intervenção comunitária no âmbito de projetos que assentam na lógica da redução de riscos e minimização de danos ligada ao consumo de substâncias psicoativas (SPA). Começaremos por fazer uma contextualização morfológica e social do território da Matriz H, para percebermos a origem arquitetónica e social deste espaço, assim como para enquadrar o trabalho que foi feito no âmbito do projeto. Em seguida, faremos uma exposição dos principais eixos do projeto RRMD Marvila, no qual se tentou levar a cabo uma intervenção comunitária conjugada com uma abordagem da RRMD direcionada para a redução de riscos associada ao consumo de SPA. Depois passaremos a analisar as atividades culturais que foram desenvolvidas na Matriz H.

- 3 No âmbito deste texto, pretende-se problematizar as potencialidades da intervenção comunitária em projetos de RRMD no consumo de SPA no domínio de territórios estigmatizados, vividos por pessoas com problemas socioeconómicos notórios, assim como com comportamentos de risco manifestos. Apesar de existirem outras experiências de intervenção em que as duas linhas de atuação se articulam (veja-se, como exemplo, Rogers e Anderson, 2007), existe ainda pouca reflexão sobre as potencialidades desta combinação, pelo menos no que toca ao contexto do nosso país. A partir da experiência do projeto RRMD Marvila, tentaremos problematizar esta combinação, focalizando em particular algumas ações culturais desenvolvidas na matriz H do Bairro da Flamenga. Estas atividades fizeram parte de uma linha de intervenção mais abrangente, no âmbito da qual a equipa de rua trabalhou com uma diversidade de grupos e de residentes da Matriz H.

A Matriz H: Um edifício “atípico” no contexto de um bairro de realojamento de Chelas

- 4 Para compreendermos a cidade, temos também de conhecer os seus territórios. A urbe é um “objeto pluridimensional e plurifactual, conjunto de territórios de relações sociais, interrelacionados, apropriados e localizados socialmente” (Baptista, 2003: 35). A Matriz H localiza-se em Lisboa, no Bairro da Flamenga, freguesia de Marvila. O edifício constituído por dois blocos de habitações ligados por um passadiço foi construído no âmbito do Plano de Urbanização de Chelas datado de 1965, da autoria dos arquitetos José Rafael Botelho, Silva Dias e Reis Machado⁵. Segundo a Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa (GEBALIS)⁶, a primeira fase de construção iniciou-se em 1981 e terminou em 1987. Houve ainda um plano de intervenção a médio prazo no início dos anos 90 e uma última fase concluída em 1996⁷.

O Bairro da Flamenga tem um total de 4902 habitantes⁸. Trata-se de uma urbanização composta por prédios de habitação e equipamentos sociais, construída com o fim de realojar pessoas desfavorecidas. O conjunto residencial esteve isolado do centro da cidade de Lisboa até ao ano de 1998, momento em que ficou ligado às grandes artérias urbanas e à linha do metro.

- 5 Junto à Flamenga temos os bairros do Armador, do Condado, do Alfenim e o das Amendoeiras. Estas urbanizações foram construídas no topo de colinas circundadas por parques como o da Belavista e o do Vale Fundão. A Matriz H é um dos edifícios figurativamente mais atípicos do bairro, um autêntico “marco das experimentações arquitetónicas realizadas em diferentes áreas de Chelas”, construído para realojar as populações anteriormente residentes no extinto Bairro do Relógio e as famílias vindas de outros bairros clandestinos de Chelas (Farina, 2008).
- 6 O projeto de arquitetura da Matriz H foi realizado entre os anos de 1978 e 1982 e é da responsabilidade do arquiteto Raul Cerejeiro⁹. O conceito-base do projeto era o de “levar o espaço da rua até aos pisos mais altos do edifício”¹⁰. Assim, havia uma preocupação expressa em criar espaços de encontro coletivo, favorecedores de relações de vizinhança e sociabilidade. Como refere Farina, o “espaço da rua central, destinado à circulação pedonal”, seria um espaço primordial para as relações sociais de rua, como acontece nos bairros históricos da cidade, como Alfama ou a Bica¹¹ (Farina, 2008).

- 7 Os edifícios da Matriz H são separados por uma rua central inclinada no sentido descendente em direção à Rotunda da Bela Vista. Se Mónica Farina descrevia este espaço no seu trabalho realizado em 1997-1998 como um lugar “doméstico, familiar e aparentemente sereno”, usado por crianças para os seus jogos (Farina, 2008), nas nossas primeiras incursões no terreno observámos uma rua com pouca vitalidade em termos de sociabilidade. A partir de fevereiro de 2010 a atividade dos gabinetes técnicos e das associações que Farina referia em 1997-1998 já não se verificava na Matriz H e o comércio local era praticamente inexistente. Apenas restaram os dois cafés que constituem espaços de sociabilidade masculina.
- 8 Os espaços mais usados eram precisamente as galerias contíguas aos edifícios, utilizadas por homens residentes que aí bebiam álcool ou consumiam haxixe. Por vezes, estes atores traziam os filhos para o espaço da rua e notámos a presença pontual de um grupo de raparigas adolescentes que passava aqui parte do seu tempo livre. Os cafés do bairro concentram-se nestas galerias e nos seus interiores e exteriores podemos encontrar uma grande maioria masculina.
- 9 A estrutura morfológica do Bairro da Flamenga fomenta uma representação segmentada do território, encontrando-se simbolicamente dividida pelos habitantes em três zonas distintas: “os [prédios] Brancos”, “os [prédios] Amarelos (Matriz H)” e “os [prédios] Rosa”. No início da intervenção da equipa percebeu-se que existia pouca movimentação dos moradores dos prédios brancos, a urbanização separada da Matriz H por um grande descampado, e dos moradores dos “prédios amarelos”, como é designada a Matriz H na zona. Como veremos, um dos objetivos do projeto foi precisamente promover essa abertura da Matriz H ao exterior.
- 10 A grande maioria da população da Matriz H enquadra-se na categoria das classes populares. Os residentes da Matriz H são naturais do concelho de Lisboa, havendo alguns oriundos dos PALOP. O grau de escolaridade média dos residentes é a quarta classe. Contudo, deve notar-se que existem casos de analfabetismo de jovens menores de 30 anos identificados no decorrer do nosso trabalho. A grande maioria da população trabalha em zonas de Lisboa que não a Flamenga. As profissões predominantes são serventes, operários da indústria ou de oficina, trabalhadores da construção civil, empregados dos serviços como estabelecimentos comerciais e serviços de limpeza (Farina, 2008). É de sublinhar o crescimento do número de desempregados, devido, em parte, ao contexto de grave crise económica que atravessamos e à falta de recursos da população para enfrentar esta situação.

O projeto RRMD Marvila: metas e metodologia de abordagem

- 11 O projeto RRMD Marvila resultou de uma candidatura submetida ao Programa de Respostas Integradas (PRI) e fundamentou-se no diagnóstico do Centro de Respostas Integradas Lisboa Oriental, no eixo da RRMD, da responsabilidade do ex-IDT. No diagnóstico é identificado um grupo constituído por “cerca de 20 jovens, com idades entre os 12 e os 18 anos, com consumo de canábis, álcool e drogas de síntese em contextos recreativos, residentes nos bairros da Flamenga, Lóios e Armador com comportamentos pré-delinquentes associados e com problemas psicossociais” (Instituto da Droga e da Toxicodpendência, 2009¹²).

- 12 No diagnóstico foram ainda identificados contextos familiares problemáticos nos quais se destacavam “pais e/ou famílias com história de toxicod dependência e de comportamentos delinquentes”, “relações familiares com fracos vínculos afetivos”, “falta de acompanhamento e supervisão parental”, “estilo educativo marcado pela ausência de regras”, “fraca ligação à escola e baixas expectativas em relação ao seu projeto de vida” e “desocupação dos tempos livres; absentismo e/ou insucesso escolar” (Instituto da Droga e da Toxicod dependência, 2009)¹³.
- 13 O projeto RRMD Marvila era dirigido a utilizadores de SPA em contexto de rua em particular nos bairros do Armador, da Flamengo e dos Lóios. Como instrumento metodológico, a equipa de rua incluiu um educador de pares¹⁴ que se revelou fundamental para a inserção no território. Uma vez que verificámos que a Flamengo era o território mais carenciado em termos de apoio comunitário e de serviços sociais, o trabalho com a população alcançou um maior nível de aprofundamento nesta zona.
- 14 A redução de riscos e da minimização de danos (RRMD) é uma abordagem específica de intervenção face ao consumo de substâncias psicoativas com um “corpo teórico-prático coerente e distinto de outras modalidades de intervenção, como sejam a prevenção, o tratamento ou a reinserção” (Carapinha, 2009: 4). Devemos ainda ter em conta que se trata de uma estratégia para “prevenir o aparecimento de sequelas” ou de “danos provocados pelo consumo” (Patrício, 2002: 17). Perante estes danos, pretende-se minimizá-los, prevenindo o seu agravamento. Os pressupostos da intervenção em RRMD residem na focalização na redução dos riscos associados ao uso de SPA, ao invés da redução do uso de SPA *per se* (embora possa incluir estratégias orientadas para a abstinência) e na implementação de abordagens que demonstrem um impacto da RRMD em rede (Lenton & Single, 1998). Em suma, a RRMD é uma estratégia de saúde pública transversal e complementar a outras áreas de intervenção no âmbito das toxicod dependências. Tal como a própria designação sugere, a estratégia pretende reduzir os malefícios e limitar os danos (sanitários, sociais e psicológicos) causados pelo consumo de SPA.
- 15 A RRMD procura, assim, lidar com o uso de drogas de uma forma mais pragmática. Neste domínio, o estabelecimento de relações sociais próximas com os consumidores nos seus contextos quotidianos de vivência é fundamental. O principal propósito centra-se na redução dos riscos associados ao uso de drogas quer para aqueles que as utilizam, quer para os membros das comunidades nas quais os consumidores vivem. Caracteriza-se por uma abordagem que é, por um lado, pragmática – procurando a cada momento criar respostas adequadas e resultados visíveis a curto prazo –, e, por outro lado, humanista – lutando pela defesa dos direitos humanos dos utilizadores de drogas, combatendo a estigmatização, a discriminação e a exclusão social a que são, por vezes, votados.
- 16 Neste sentido a RRMD traduz-se numa atitude compreensiva que concetualiza os comportamentos de risco como inerentes a indivíduos com especificidades sociopsicológicas, tendo em conta as suas redes de apoio e os seus contextos económico, político e social de vida. Assim, torna-se imprescindível criar dinâmicas de interação que envolvam os consumidores e as comunidades¹⁵. Acima de tudo, a definição de RRMD é um processo em permanente construção, pois exige desenhar respostas face às problemáticas emergentes relacionadas com consumos de SPA. Como refere Erickson (1995), “*our interpretations of the term tend to change over time and this is a healthy process that is essential in the full articulation of an «emerging public health perspective»*”.

- 17 Dentro desta perspectiva o projeto tinha como objetivos a promoção de uma educação para a saúde e a adoção de práticas de consumo e práticas sexuais de menor risco dos consumidores de SPA e restante população. Pretendeu-se orientar os utilizadores para uma cidadania ativa, assim como potenciar a sua adesão aos serviços da rede local. O estudo do uso de drogas através da compreensão dos hábitos de consumos de SPA e do levantamento de necessidades ao nível da RRMD foi também um grande desafio. De modo transversal às ações do projeto encontrava-se o combate à exclusão social e à estigmatização destes indivíduos, assim como o desenvolvimento local. O projeto tinha quatro grandes áreas de intervenção: o trabalho de rua realizado pela equipatécnica, a educação pelos pares, o desenvolvimento comunitário relacionado com a chamada *capacity building* (capacitação) das comunidades e a produção e disseminação de materiais de informação, educação e comunicação.
- 18 A estratégia de proximidade conseguida através do trabalho de rua foi crucial. Ao longo dos dois anos de intervenção, a equipa procurou, através de metodologias de educação informal, disseminar informações relativas a RRMD, a doenças infecciosas e a doenças sexualmente transmissíveis, bem como fomentar a consciência cívica e a mobilização social dos atores sociais para o desenvolvimento local. Esta estratégia revelou-se muito frutífera no que se refere à mediação realizada entre os contextos de vida e de sociabilidade dos indivíduos e as estruturas formais de saúde, de educação e de empregabilidade.
- 19 Se, por um lado, a distribuição de material de RRMD (preservativos, géis lubrificantes, filtros, tubos de *sniff*, etc.) possibilitou a troca de informação no domínio da saúde sexual e reprodutiva, informação e encaminhamento acerca de serviços de saúde, por outro lado, a permanência e a ação dos técnicos nos territórios permitiu que estes se tornassem uma referência no esclarecimento de questões associadas à cidadania e à mobilização de alguns membros da comunidade nos projetos do grupo comunitário.

Intervenção comunitária e redução de riscos e minimização de danos: uma combinação frutuosa

- 20 Após a “Cidadania em vão de escada”¹⁶ – atividade desenvolvida na Matriz H, com a colaboração e divulgação do educador de pares e de alguns consumidores habitualmente contactados pela equipa de rua – foi possível criar um espaço de diálogo onde foram debatidas as diversas preocupações dos moradores. Estas inquietações diziam respeito essencialmente ao abuso da autoridade por parte das forças policiais.
- 21 Após este debate a intervenção do RRMD Marvila concentrou os seus esforços no Bairro da Flamengo, em primeiro lugar porque o diagnóstico previamente realizado justificava uma intervenção neste espaço e, em segundo, porque depois da “Cidadania em vão de escada” percebemos que não havia nesta zona respostas sociais para os problemas descritos pelos moradores. Foi também nesta altura que se percebeu a necessidade de se proceder a um reforço da equipa técnica, desenhando uma intervenção mais centrada em questões comunitárias. A meta fundamental passou a consistir na consolidação de uma intervenção de RRMD articulada com uma intervenção comunitária.
- 22 A inclusão de uma socióloga no projeto em junho de 2011¹⁷ pretendeu responder à necessidade de desenvolver uma intervenção mais ampla, especificamente realizando atividades que abrangessem os jovens consumidores e não consumidores residentes ou

frequentadores do Bairro da Flamengo. As atividades relacionaram-se com a aprendizagem de uma série de técnicas expressivas da chamada cultura *hip hop*. O objetivo final era envolver a população do bairro no seu todo. Assim, foram criadas as condições para organizar práticas culturais envolvendo um público intergeracional do bairro.

- 23 Deste modo, a partir de junho de 2011 contactámos frequentemente com crianças e jovens dos 6 aos 29 anos, moradores do Bairro da Flamengo. Alguns deles não eram consumidores de SPA, contudo lidavam com essa realidade diariamente em contexto de rua ou nos espaços privados. Consideramos que as relações estabelecidas com a população mais jovem contribuiriam para uma intervenção mais holística com efeitos mais positivos, particularmente no que diz respeito ao esclarecimento sobre os riscos associados ao consumo de SPA e à vida sexual reprodutiva, para além de potenciar novos contactos com consumidores.
- 24 O trabalho com as crianças e os jovens do bairro deu-se a pretexto das atividades culturais organizadas na Matriz. Portanto, a distribuição de materiais como preservativos, filtros, etc., continuou a ser feita pela equipa do projeto. Posteriormente desenhou-se um plano conjunto de conceção, organização e implementação das atividades culturais mencionadas. O plano desenvolvido incluía um *workshop* de *breakdance*, um ciclo de cinema ao ar livre e um *workshop* de *graffiti* e muralismo comunitário.
- 25 Ao longo do projeto procurámos proporcionar espaços que possibilitassem a mudança individual e comunitária, através do estímulo reflexivo de significados e conhecimentos tácitos adquiridos e/ou trabalhados na trajetória dos indivíduos. O papel do RRMD Marvila no processo de desenvolvimento comunitário local revelou-se fundamental na aproximação a uma população "estigmatizada" pelas estruturas sociais formais. Verificámos que este facto se devia sobretudo ao desconhecimento e à falta de informação, não só porque os consumidores achavam que os técnicos das instituições locais não lhes reconheciam competências de responsabilidade, técnicas, etc. (por serem consumidores), como, por sua vez, os técnicos não viam nos consumidores pessoas interessadas em participarem nas atividades. Estas representações poderão ser encaradas como sinónimo do processo de estigmatização (Goffman, 1988) dos consumidores. Verificámos que no âmbito deste processo, o próprio consumidor se inibe de participar na sua comunidade.
- 26 A presença dos técnicos do RRMD Marvila no bairro potenciou a quebra dos *mitos* que alguns funcionários de instituições locais possuíam acerca desta população. Para além disso, a mobilização de consumidores – muitas vezes encarados *a priori* como "desinteressados", "delinquentes", "desajustados" – resultou numa participação comunitária mais efetiva. Os eventos realizados representaram pontos de encontro e espaços catalisadores de discussão entre os moradores e os técnicos. O debate incluiu com alguma frequência questões relacionadas com a presença, convivência e tolerância de consumos de SPA naqueles territórios. Assim, o trabalho com a comunidade favoreceu a divulgação de informação e materiais de RRMD a consumidores e potenciais consumidores e a consequente prevenção de comportamentos de risco, assim como operou alterações no seio da vida coletiva da Matriz H, suscitando novas relações de sociabilidade e novas iniciativas.

O workshop de breakdance


- 27 A cultura *hip hop*, desenvolvida a partir dos anos 70 do século XX, em especial nos subúrbios das cidades ocidentais (com particular relevância nos EUA) (Bazin, 1995; Belhadj-Ziane, 2008; Boucher, 2003; Hager, 1984), assume-se como um reportório cultural de grande importância simbólica para os jovens de territórios estigmatizados (Campos, 2010; Simões, 2010). O desenvolvimento de atividades relacionadas com os princípios e as formas expressivas do *hip hop* revelou-se muito pertinente no contexto da Matriz H, uma vez que havia sido identificado o interesse pelo *rap*, *breakdance* e pelo *graffiti* por parte de algumas crianças e jovens do bairro. Deste modo, organizámos um *workshop* de *breakdance* cujo formador é bailarino de um conhecido grupo de *breakdance* residente na área de intervenção do projeto, os Doze Macacos. A atividade realizou-se entre os dias 19 e 29 de julho e nela participaram 27 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 7 e os 16 anos¹⁸. No final houve uma apresentação pública no Centro Municipal da Flamengo.
- 28 Seguindo a linha de trabalho da intervenção comunitária, o objetivo central consistiu em dar ferramentas para que os jovens pudessem construir um estilo de vida alternativo. Muitos dos nossos protagonistas apresentavam alguns comportamentos de índole desviante e criminal, dedicando-se ao tráfico e consumo de drogas ilegais, entre outras atividades, assim como uma desvalorização da existência de regras e de autodisciplina (cumprimento de horários, responsabilização, etc.).
- 29 O ensino do *breakdance* e da cultura *hip hop*, pela sua própria história, tem a potencialidade de favorecer a aprendizagem de determinadas regras e de mostrar alternativas de vivência aos jovens. Para além da aprendizagem da técnica de dança específica, os jovens fizeram parte de um grupo no qual se travaram relações de sociabilidade importantes. Alguns dos participantes no *workshop* envolveram-se na vida do bairro participando, por exemplo, na projeção do filme que o projeto Espiral¹⁹ organizou, tal como no ciclo de cinema ao ar livre organizado pela equipa do projeto RRMD Marvila. Pudemos ainda identificar alguns adolescentes como potenciais mediadores comunitários, os quais tentámos envolver nas atividades organizadas no bairro, principalmente no festival de cinema e no *workshop* de *graffiti* e muralismo comunitário. Falamos de uma estratégia de intervenção comunitária que se focalizou inicialmente em atividades mais dedicadas aos jovens e consumidores de substâncias psicoativas mas que acabou por abranger os vários grupos (jovens/não jovens, consumidores/não consumidores, etc.) que habitavam o bairro.

O ciclo de cinema ao ar livre Filmenga

- 30 O festival de cinema ao ar livre Filmenga – nome que resulta da junção das palavras filmes e Flamengo – representou uma grande maratona burocrática para os técnicos do projeto. A ideia era a de organizar, em conjunto com a população, a projeção de alguns filmes durante o mês de agosto de 2011. Neste período do ano a oferta de atividades culturais é diminuta. Pretendia-se estimular o gosto pelo cinema e preencher uma lacuna em termos de calendário cultural, assim como se estabeleceu como meta a animação da rua central da Matriz H, tentando potenciar as relações de vizinhança e de sociabilidade. Para além dos obstáculos que tivemos de superar, em grande parte relacionadas com as licenças camarárias para ocupação do espaço público e para o ruído produzido durante as

projeções, também tivemos de lidar com uma certa falta de envolvimento da população na fase inicial de arranque do ciclo. O Filmenga consistiu em quatro sessões de filmes que decorreram nas noites das sextas-feiras de agosto de 2011. A programação resultou de uma negociação entre os técnicos do projeto e os residentes. Por exemplo, o primeiro filme projetado foi *O Crime do Padre Amaro*. Esta peça cinematográfica é simbolicamente importante para a população pelo facto de a Matriz H constituir o seu cenário primordial. Neste sentido, foi a primeira sugestão dos moradores para a programação.

- 31 Foi surpreendente observar a heterogeneidade de público que esteve presente nas sessões em termos etários e de género. Alguns adolescentes e jovens da Matriz H que participaram no *workshop* de *breakdance* envolveram-se pessoalmente na divulgação das projeções dos filmes. Devido aos constrangimentos técnicos e financeiros do projeto, esta primeira sessão resultou na projeção de vídeo sobre um lençol branco, com improvisada fixação num muro. A equipa de moradores responsável pela logística (montagem e desmontagem do material de projeção, fornecimento de energia elétrica e divulgação dos eventos), constatando que as condições de projeção no local não eram as melhores, tomaram a iniciativa de pintar um ecrã na parede para servir de tela de projeção para o ciclo de cinema, escrevendo na parte de cima da peça “Filmenga, Vive o Verão no Bairro”, como se pode ver na Figura 1. Este ato espontâneo resultou na requalificação da referida parede, de forma a melhorar o impacto visual do evento. A “tela” foi apresentada como uma “surpresa” para os elementos da equipa, sinal da relação de confiança recíproca estabelecida. Nas duas últimas projeções, os habitantes tomaram a liderança no processo, assumindo mesmo que os técnicos da equipa seriam os “convidados” do evento.

Figura 1  Ecrã pintado pelos moradores da Matriz H para as sessões do Filmenga. Fotografia dos autores



- 32 Antes da projeção dos filmes agendados, a equipa aproveitou para passar alguns anúncios humorísticos com temáticas como a redução de riscos e a minimiza

ção de danos no consumo de SPA e nos comportamentos sexuais. Deste modo, visava-se difundir informação sobre práticas mais seguras aos habitantes da Matriz H e territórios envolventes.

- 33 O Filmenga representou um marco no âmbito do projeto, uma vez que o envolvimento dos habitantes foi notável e que os próprios passaram a perspetivar-se como atores principais dos eventos organizados. As atividades culturais permitiram gerar um espaço de encontro intergerações e intergéneros que resultou na criação de uma nova sinergia neste território. Como veremos, a parede pintada pelos residentes com o ecrã do Filmenga deu o mote para a organização do *workshop* de *graffiti* e muralismo comunitário na Matriz H.


O workshop de graffiti e muralismo comunitário

- 34 A requalificação da rua central do edificado da Matriz H surgiu como uma estratégia de intervenção de grande pertinência, tanto por parte dos moradores como por parte das instituições locais. As paredes que circundavam este espaço encontravam-se cobertas de pinturas e de *tags* (vulgo assinaturas), o que contribuía para um aspeto descuidado da rua e, conseqüentemente, do bairro.
- 35 Por outro lado, os jardins do edificado eram tratados pelo grupo “Guardiões do Jardim”²⁰, organizado pela Tia Preta²¹. Residente no Bairro da Flamenga, Lizete Baessa, chamada de Tia Preta, era conhecida por cuidar das crianças do bairro na sua casa. Segundo os moradores, na sequência da morte da Tia, o espaço público da Matriz tornou-se descuidado. A população exprimia uma grande vontade de homenagear a Tia através de um mural que lhe fosse dedicado.
- 36 No sentido de forjar respostas para estas preocupações expressas pela população, preparámos um *workshop* de *graffiti* que consistiu na pintura das paredes circundantes da rua central da Matriz H. O projeto decorreu entre os dias 1 e 11 de dezembro de 2011. Envolveu-se a população na pintura das paredes, conseguindo-se ainda motivar alguns residentes para a limpeza dos espaços públicos da Matriz H. Neste domínio, foi fundamental a colaboração dos colegas do projeto BIP-ZIP do CESIS²². A Galeria de Arte Urbana (GAU)²³ e a GEBALIS foram as entidades parceiras deste projeto, assumindo um papel especial na execução da ideia e tornando possível uma autorização camarária para pintura das referidas paredes.
- 37 A iniciativa pretendeu responder às preocupações dos técnicos e dos residentes. Em primeiro lugar, desejava-se requalificar o espaço público da Matriz H do Bairro da Flamenga, assim como promover o envolvimento comunitário na limpeza e manutenção dos espaços públicos do bairro. Em segundo, pretendia-se estimular os laços de pertença à comunidade do bairro, possibilitando a concretização de um ato simbólico de homenagem à Tia Preta. Em terceiro lugar, procurou-se proporcionar a aprendizagem de técnicas de intervenção artística no espaço público. Por fim, tentámos estreitar as relações com os habitantes do bairro, aproveitando para abordar temáticas sobre consumos de menor risco e educação sexual.
- 38 O muralismo comunitário como estratégia de intervenção face a contextos de pobreza e desvio social, especialmente juvenil, possui um grande desenvolvimento no continente americano²⁴. O programa norte-americano de murais comunitários data de 1967 (Cockcroft, Weber, Cockcroft, 1977²⁵). Muitas destas iniciativas nos Estados Unidos foram desenvolvidas como medidas de combate à violência urbana e ao consumo e tráfico de

SPA. O programa de murais de Boston proporcionou um espaço para o desenvolvimento de marcas identitárias, fortalecendo os laços comunitários²⁶ (Cordeiro *et al.*, 2012; Ferro, 2011).

- 39 Tendo estas experiências como ponto de referência, tentámos levar a cabo um projeto de muralismo comunitário em Lisboa. Como referimos, as paredes da Matriz H estavam já pintadas com variadas inscrições caóticas e desordenadas. Deste modo, os muros designados para intervenção foram os que já se encontravam pintados previamente. Articulámos todo o processo com os *writers* de *graffiti* do bairro.
- 40 Existem na Matriz H três *writers* ativos. Estes residentes foram peças fundamentais na condução do projeto. Em especial, um deles tornou-se um informante privilegiado, colocando-nos a par das maiores necessidades relacionadas com o projeto. Para liderar o *workshop* escolhemos dois grafiteiros com um capital simbólico acumulado considerável no domínio da cultura do *graffiti*.
- 41 Ao falarmos de um bairro que tem uma certa tendência para o fechamento socioespacial, tivemos em conta que seria arriscado introduzirmos elementos estranhos aos habitantes na Matriz H. SLAP, um dos formadores do *workshop*, pinta há cerca de 20 anos na área metropolitana de Lisboa, realizando diversos projetos nacionais e internacionais. Ele tem uma grande experiência de trabalho com *graffiti* e muralismo em bairros de realojamento social. O segundo *writer* convidado foi ATSOK, um dos elementos do maior e mais reconhecido grupo de *hip hop* da chamada área de Chelas, os Doze Macacos²⁷, um artista bem conhecido na Matriz H. Portanto, estes dois formadores com grande domínio da técnica do *graffiti* e da arte urbana e com provadas capacidades de negociação e de resolução de conflitos em contextos socialmente desfavorecidos foram os formadores.
- 42 Para além das pontes permanentes que necessitámos de construir entre as entidades parceiras, a equipa concentrou-se na promoção do *workshop* e no envolvimento da população. A mensagem que se pretendeu divulgar passava pela necessidade de responsabilização de cada um no cuidado do espaço público do seu bairro. Os *tags* que grassavam nas paredes das galerias e nos murais contíguos à rua central do bairro eram motivo de preocupação para muitos. Assim, a Galeria de Arte Urbana, em conjunto connosco, promoveu a limpeza das paredes recorrendo aos serviços de uma empresa especializada. Poucos dias após o processo de limpeza, iniciou-se o *workshop*. Vários adultos e crianças que não estavam interessados em iniciar-se na técnica do *graffiti* participaram na pintura das bases para as peças executadas posteriormente.
- 43 Nos dias seguintes, crianças e jovens envolveram-se nas pinturas das peças de *graffiti*. Podemos dizer que a população se identificou com as pinturas feitas pelos protagonistas do *workshop*. Muitas senhoras que normalmente não paravam na rua da Matriz H dirigiram-se às peças dizendo frases como: “Isto sim é arte!”, “Isto é uma coisa linda de se ver!” A figura que aparece pintada junto à palavra “Flamenga” (veja-se a Figura 2) era muitas vezes identificada com o principal *writer* da Matriz H, mas fisicamente o *writer* e o personagem pintado na peça não tinham quaisquer semelhanças. Muitas pessoas elogiaram o mural feito pelas crianças e jovens com ajuda dos formadores, rodeando o ecrã pintado pelos habitantes para o Filmenga. A peça de homenagem à Tia Preta gerou reações mais emotivas por parte de alguns moradores e a necessidade de recompensar SLAP, o responsável pelo *stencil* da peça. Os laços de pertença à comunidade saíram reforçados por esta homenagem a uma individualidade tão importante para a vida coletiva da Matriz H. Portanto, todo este trabalho de negociação com as entidades

parceiras, os habitantes do bairro, os formadores, etc., gerou um bom resultado, patente nos compromissos sociais alcançados e no *feedback* da população.

Figura 2  Mural “Flamenga”, na rua central da Matriz H da autoria de SLAP e das crianças da Matriz H



- 44 O *workshop* terminou com uma ação de sensibilização para a arte urbana em Lisboa orientada pela Galeria de Arte Urbana e com uma visita realizada aos principais pontos do muralismo na cidade de Lisboa, no dia 18 de dezembro de 2011. Esta visita foi importante para os jovens conhecerem peças de arte urbana, mas também para saírem do seu âmbito de residência, algo que raramente acontece. Foi curioso como um dos jovens olhou para o recinto da Feira Popular com surpresa, desconhecendo o encerramento deste espaço no ano de 2003. Na verdade, este jovem raramente sai do bairro e há muitos anos que não se deslocava à zona de Entrecampos, aproximadamente a três quilómetros de distância da Matriz H, mostrando como ele é também uma vítima de mecanismos de segregação urbana.

Conclusões

- 45 Precisáramos de novos meios para avaliarmos com mais acuidade o impacto deste projeto na comunidade que trabalhámos. Sabemos que se operou uma abertura do bairro ao exterior, pois as atividades atraíram pessoas de fora, não só durante o seu processo de construção mas também depois de as mesmas terem terminado. Por exemplo, fizeram-se várias visitas guiadas aos murais da Matriz H, durante as quais se podia perceber uma surpresa por parte dos visitantes, que de certo modo alteravam a imagem prévia que tinham do bairro. A maneira de proceder da polícia manteve-se no que diz respeito à realização de operações de buscas em casas do bairro, etc., mas durante o período de realização das atividades culturais, que durou mais de meio ano, não se soube de outras ações de violência policial indiscriminada na via pública da Matriz H.

- 46 A intervenção comunitária pode ser construída a partir do trabalho cumulativo de várias ações com diversos grupos no âmbito de um território desfavorecido e estigmatizado como a Matriz H. Neste caso, o *workshop* de *breakdance* permitiu estreitar relações com crianças, adolescentes e jovens, os quais colaboraram mais tarde na divulgação do Filmenga e nas tarefas do *workshop* de *graffiti* e muralismo comunitário. Num dos grupos de discussão em que se avaliava a intervenção da equipa, um dos habitantes da Matriz H referia que a equipa do projeto só tinha conquistado a confiança dos residentes a partir da segunda metade do projeto, em grande parte devido às ações culturais desenvolvidas neste espaço residencial. Portanto, neste caso foi preciso mais de um ano para conseguir a confiança dos moradores. A sua colaboração e envolvimento foi-se dando de uma forma progressiva.
- 47 Mais para o final do ano muitas vezes ouviam-se comentários como o seguinte: "A gente precisa é de pessoas como vocês aqui no bairro para dar coisas às crianças e aos jovens." O "dar coisas" envolve uma atenção personalizada, uma envolvência cultural com o bairro que potencia as relações de sociabilidade na rua. Por outro lado, estas ações culturais serviram para transmitir informação relativa a consumos e comportamentos de risco, efetivando a estratégia de RRMD na base do projeto²⁸. Assim, a complementaridade entre a estratégia da redução de riscos e a intervenção comunitária deve ser estimulada e aprofundada com novas experiências sociais, construídas pelos atores que vivem estes lugares onde a marginalidade e a exclusão social têm uma mão pesada. Acima de tudo, pensamos que a partir deste projeto ficou claro o grande potencial da cultura e das artes para o envolvimento dos residentes neste projeto comunitário e no cuidado dos espaços públicos do bairro. Para partilharmos e trabalharmos com uma comunidade, precisamos de ouvir e de cativar o outro que nos ouve. E precisamos de tempo, muito tempo para estar na rua, o palco principal onde tudo acontece e onde tudo poderá acontecer.

BIBLIOGRAPHY

- BAPTISTA, L. V. (2003), "Territórios, imagens e poderes" in G. Í. Cordeiro et al. (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta.
- BAZIN, H. (1995), *La culture hip hop*, Paris, Desclée de Brouwer.
- BELHADJ-ZIANE, K. (2008), "Dynamique historique d'une contraculture: La culture hip hop" in *Actualité graffiti, Actes de colloque Université de Perpignan - Via Domitia - Avril 2007*, Perpignan, Presses Universitaires de Perpignan, pp. 6-33.
- BOUCHER, M. (2003), "Hip hop, gestion des risques et régulation sociale" in Manuel Boucher e Alain Vulbeau (dir.), *Émergences culturelles et jeunesse populaire. Turbulences ou médiations?*, Paris, L'Harmattan, pp. 273-280.
- CAMPOS, R. (2010), *Porque pintamos a cidade? Uma abordagem etnográfica ao graffiti urbano*, Lisboa, Fim de Século.
- CARAPINHA, L. (2009), *Guia de Apoio para a Intervenção em Redução de Riscos e Minimização de Danos*, Lisboa, Corlito.

- COCKCROFT, E., J. Weber e J. Cockcroft (1977), *Toward a people's art. The contemporary mural movement*, Nova Iorque, E.P. Dutton & Co., Inc.
- CORDEIRO, G. Í. (1997), *Um lugar na cidade: Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CORDEIRO, G. Í. et al. (2012), “Art builds the city. Boston Community murals and local identity”, *Ponto Urbe, Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo*, número 10, julho (disponível em URL: <http://www.pontourbe.net/edicao10-artigos/231-art-builds-the-city-boston-community-murals-and-local-identity>).
- COSTA, A. F. (1999), *Sociedade de bairro*, Oeiras, Celta.
- DICKINSON, J. (2011), “«Killadelphia»: a violência urbana na cultura visual de uma cidade norte-americana”, in R. Campos, A. M. Brighenti e L. Spinelli (orgs.), *Uma cidade de imagens. Produções e consumos culturais em meio urbano*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 77-101.
- ERICKSON, P. G. (1995), “Harm reduction: what is and what is not”, *Drug and Alcohol Review*, Vol. 14, n.º 3, pp. 283-285.
- FARINA, M. (2008), “Espaços, marcas e símbolos num bairro de habitação social em Lisboa” in G. Cordeiro. e F. Vidal (orgs.), *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 113-128.
- FERRO, L. (2011), *Da rua para o mundo. O graffiti e o parkour e campos de possibilidades urbanas*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL, documento policopiado.
- GOFFMAN, E. (1988), *Estigma: Nota sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- HAGER, S. (1984), *Hip Hop: The illustrated history of break dancing, rap music and graffiti*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- HARVEY, D. (1980 [1973]), *A justiça social e a cidade*, São Paulo, Hucitec.
- LENTON, S. e E. Single. (1998), “The definition of harm reduction”, *Drug and Alcohol Review*, n.º 17, pp. 213-220.
- PATRÍCIO, L. (2002). *Droga para que se saiba*, Lisboa, Figueirinhas.
- RIBADENEIRA, D. (1992), “Dorchester mural will stay. Officials hope it will foster police, community discussion” in *The Boston Globe*, 8 de agosto.
- ROGERS, N. e W. Anderson (2007), “A community development approach to deal with public drug use in Box Hill”, *Drug and Alcohol Review*, janeiro, 26, pp. 87-95.
- SIMÕES, J. A. (2010), *Entre a rua e a internet. Um estudo sobre o hip-hop português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

NOTES

3. O trabalho etnográfico deu origem a um diário de campo que inclui escritos e registos fotográficos de junho a dezembro de 2011.
4. O Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) foi extinto este ano, dando origem ao atual Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD).
5. O Bairro da Flamenga corresponde à zona N1 do Plano.
6. Entidade responsável pela construção e gestão deste conjunto residencial.

7. A gestão da Gebalis teve início a 1 de março de 1997.
8. Fonte: Gebalis. Conferir http://www.gebalis.pt/site/index.php?option=com_wrapper&Itemid=41.
9. Técnico do extinto Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa.
10. Cerejeiro *apud* Farina, 2008.
11. Para mais detalhes relativamente às relações de sociabilidade nos bairros históricos de Lisboa como Alfama e a Bica, ver Costa (1999) e Cordeiro (1997).
12. Citação do edital de abertura da candidatura a financiamento público de projetos do programa de respostas integradas (PRI) de Lisboa: Freguesia de Marvila, 20 de julho de 2009, da autoria do ex-IDT.
13. *Idem*, *ibidem*.
14. Um educador de pares é alguém que pertence ao grupo-alvo de determinado projeto e que trabalha em conjunto com a equipa técnica.
15. Cavalcanti *apud* Carapinha, 2009.
16. Esta atividade consistiu numa sessão de debate sobre a violência policial no Bairro da Flamenga e, em particular, na Matriz H conduzida pelos técnicos do projeto e por advogados convidados para a sessão. Desenvolveram-se algumas atividades, como pintura de *graffiti*, paralelamente ao debate desenvolvido com os moradores.
17. Ação devidamente aprovada pelo IDT.
18. A realização do *workshop* foi divulgada pessoalmente pelos técnicos do projeto aos moradores do bairro, assim como foram afixados cartazes com informação relativa ao mesmo em vários pontos da Flamenga. Todas as crianças e jovens que demonstraram interesse em participar tiveram oportunidade de o fazer.
19. O projeto Espiral foi financiado ao abrigo do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) e promovido pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS), em parceria com a Associação Tempo de Mudar (ATM) (2010-2012).
20. Guardiões do Jardim: http://www.gebalis.pt/site/downloads/ProgramaGuardioesJardim-DivulgacaoOficial_final.pdf.
21. Veja-se a entrevista à “Tia Preta” feita por uma jornalista da SIC em URL: http://macua.blogs.com/.m/moambique_para_todos/2009/01/com-a-tia-preta-no-bairro-da-flamenga-lisboa.html
22. Infelizmente, não foi possível concretizar esta ação de limpeza com os habitantes por falta de apoio por parte do Departamento de Higiene Urbana da Câmara Municipal de Lisboa.
23. Serviço do Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa. Conferir o site da GAU em URL: <http://galeriaurbana.com.pt/>.
24. Veja-se o interessante texto de Dickinson (2011) sobre os murais da cidade de Filadélfia como expressões da cultura de violência que aí se vive.
25. Ano em que surge o primeiro mural comunitário em Chicago, a “Wall of Respect”, projeto coordenado por William Walker (Cockcroft, Weber e Cockcroft, 1977).
26. Boston, Filadélfia e Chicago foram as cidades onde os programas de muralismo comunitário tiveram mais sucesso. Algumas entidades associativas e comunitárias, das quais a Alianza Hispana é um exemplo, organizaram a pintura de murais para manter os jovens de descendência hispânica ocupados durante o verão, assim como para lhes dar uma alternativa à dura vida da rua, onde era fácil encontrar problemas (Ribadeneira, 1992).
27. O grupo é composto por bailarinos de *breakdance*, por DJs (“Disc Jockeys”), MCs (“Masters of Ceremonies”) e escritores de *graffiti* como ATSOK.
28. Por falta de refinanciamento, a equipa do projeto não deu continuidade às ações culturais desenvolvidas neste contexto. Coloca-se sempre a questão de saber se a realização destas não terá acabado por espoletar expectativas na população que depois deixaram de ser correspondidas. Contrariamente, nós pensamos que a existência destas atividades se revela sempre uma mais-

valia pelas portas e horizontes que podem acabar por abrir. De qualquer modo, seria interessante, caso houvesse meios necessários para o efeito, voltar ao terreno para avaliar quais os efeitos a prazo da realização destas ações, em particular acerca da diminuição ou aumento de comportamentos de risco por parte da população consumidora de SPA.

1. O título abreviado do texto é inspirado na frase que os moradores da Matriz H escreveram na parede onde se projetaram os filmes do festival de cinema “Filmenga”: “Vive o Verão no bairro!”.
2. Agradecemos os comentários feitos pelos técnicos da Unidade de Desabitação – Centro das Taipas, onde Lígia Ferro apresentou este trabalho oralmente (abril de 2012) e em especial ao Dr. João Domingues. Agradecemos também os comentários dos participantes do “International Training Sprays & Pencils”, realizado em outubro de 2012 em Nápoles.

ABSTRACTS

A estratégia da redução de riscos e minimização de danos (RRMD) no consumo de substâncias psicoativas (SPA) tem gerado várias experiências de intervenção social com forte impacto social no que diz respeito a comportamentos de menor risco por parte dos atores a quem se dirige. No meio académico existe pouca reflexão sobre as potencialidades de conjugação da estratégia de RRMD e da intervenção comunitária, apesar de a proximidade e o trabalho da rede serem apontados como pontos fundamentais desta estratégia. Pensamos que as duas molduras de intervenção no domínio de territórios estigmatizados são complementares. A partir da experiência do projeto RRMD Marvila, tentaremos juntar as peças deste *puzzle*, focalizando em particular algumas ações culturais desenvolvidas na Matriz H do Bairro da Flamenga, integradas numa perspetiva de intervenção comunitária. Para além da descrição dos problemas e das soluções encontrados, tentaremos fazer um esforço de avaliação dos resultados que a referida articulação de estratégias originou.

The harm reduction strategy related with drug use has generated diverse experiences of social intervention with strong social impact regarding safer behaviors by the actors to whom it is addressed. In the academy, there is little discussion on the potential of combining harm reduction strategy with community intervention approach, despite the fact that proximity work and network are highlighted as key points of harm reduction model. From our point of view, the two frames of intervention are complementary and especially useful in the context of stigmatized territories. Starting from a harm reduction project carried out in the area of Marvila (Lisbon), we try to put together the pieces of the puzzle, focusing some cultural activities developed in the matrix H located in the neighbourhood of Flamenga. Besides describing the problems and solutions found, we make an effort to evaluate the results that these combined strategies originated.

INDEX

Keywords: harm reduction, community intervention, stigmatized territories, hip hop culture

Palavras-chave: redução de riscos e minimização de danos, intervenção comunitária, territórios estigmatizados, cultura hip hop

AUTHORS

LÍGIA FERRO

Investigadora pós-doutorada do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE-IUL), investigadora associada do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (IS-FLUP) e socióloga colaboradora do projeto RRMD Marvila desenvolvido pela Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES) (ligia.ferro@iscte.pt)

PEDRO OLIVEIRA

Licenciado em Psicologia, técnico do projeto RRMD Marvila, Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES) e atual mestrando em Psicologia (pedro.oliveira@apdes.pt)

SARA TRINDADE

Técnica superior de serviço social e técnica do projeto RRMD Marvila, Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES) (sara.trindade@gmail.com)

SUSANA PEIXOTO

Técnica superior de serviço social e coordenadora dos projetos RRMD Marvila e GiruGaia, Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES) (susana.peixoto@apdes.pt)

O fenómeno da peopolização elevado ao último grau de iniquidade: O casting couch na variante homicida

José Augusto dos Santos Alves

Introdução

- 1 Este texto tem vários e diversificados ingredientes, uma panorâmica contributiva para a tentativa de compreensão de um horizonte de chegada: o homicídio, fenómeno radical do *casting couch*, no quadro da cultura da *peopolização*¹, da hipervisibilidade, um processo que se inicia no incontrolável desejo de ser *people*.
- 2 A inclinação para a rivalidade é inerente à natureza humana. Cada um, entre nós, tem uma propensão a comparar-se aos outros e procurar, por tal ou tal traço exterior, uma pequena superioridade, uma diferença simbólica em relação às pessoas com as quais convive. A natureza humana não se reduz a este traço, não se trata de julgá-la de um ponto de vista moral, apenas se constata. Esta forma de rivalidade simbólica observa-se em todas as sociedades. Além disso, grande número de sociedades produzem com maior ou menor facilidade a riqueza necessária para satisfazer as necessidades alimentares, alojamento, educação dos filhos, convivialidade, etc. Portanto, apesar das crises cíclicas, as sociedades produzem, geralmente, uma quantidade de riquezas bem superior à satisfação das suas necessidades. Porquê?, pode perguntar-se. Porque, para além das necessidades básicas e sobrevivência, longe dos limites da pobreza, trata-se de permitir aos seus membros que se diferenciem uns dos outros. Como é sabido, existem várias classes no seio da sociedade. Cada uma, entre elas, é regida pelo princípio da rivalidade ostentatória. E, em cada classe, os indivíduos tomam como modelo o comportamento em vigor na classe social superior, que mostra o padrão do que é bem, o que é distinto fazer. A classe social imitada toma, ela própria, o exemplo da classe social que lhe está acima na

escala da fortuna. Este fenómeno mimético reproduz-se de baixo para cima, do mesmo modo que a classe situada no cume da escala define o modelo cultural geral do que é prestigioso, do que se impõe aos outros. Que se passa numa sociedade muito inigualitária, como é o caso das sociedades atuais? Gera-se um gasto enorme, porque o esbanjamento material da oligarquia – ela própria exposta à emulação ostentatória – serve de exemplo a toda a sociedade. Cada um, ao seu nível, no limite dos seus rendimentos, e para além deles, procura adquirir bens e os signos mais valorizados. *Media*, publicidade, filmes, folhetins, revistas *people*, a *peopolização*, são os utensílios de difusão do modelo cultural dominante, pressionados por alavancas poderosas – políticas, económicas e mediáticas – de que a oligarquia dispõe e usa a fim de manter os seus privilégios. Na verdade, o modelo cultural do consumo, que impregna toda a sociedade, define-lhe a normalidade (Veblen, 1970).

- 3 Articulada e concomitante com esta necessidade de celebração, a tese do hiperconsumismo, e da sua imbricação com o conceito de *peopolização*, não pode ser aqui ignorada.
- 4 Os princípios e valores perderam-se, ou pelos menos reificaram-se, nesta lógica de um deus, objeto de valor de uso ou de troca, na lógica do consumo, sobretudo se pensarmos que cidadania, solidariedade, ética, ecologia são valores consumíveis, e até descartáveis, quando inapropriados ao efémero ou à conjuntura. O indivíduo hiperconsumista é bem o produto da dissolução do espaço público democrático. O *homo consumericus* (*consumere, ergo sum*) determina uma nova identidade que penetra o novo espaço público reificado, numa era em que os costumes, a fé e a política concorrem cada vez menos para a constituição da identidade, e em que o consumo assume um papel de substituto. Existe uma dimensão hedonista do consumo que não é compensada ao nível dos valores e dos princípios, que ajudaram o homem a ser cidadão. Um hedonismo que não tem contrapartida ao nível do debate cidadão, do aprofundamento da cidadania, bem pelo contrário, dilui essa mesma cidadania numa época em que o megaconsumismo busca sempre novas experiências e novas sensações (veja-se o ritmo de apresentação de novidades no quadro da cultura das aparências – os *fashionables*, os automóveis, os telemóveis, etc.). Na impossibilidade de aí aceder, vive-se a ilusão, que consumimos na televisão ou nos *media*, do espetáculo e da evasão. Vivemos numa sociedade da decepção, como lhe chamou Gilles Lipovetsky (Lipovetsky, 2006), pelo que carrega de paradoxal (a possibilidade de ser e a impotência do não vir a ser), em que as expectativas não se realizam, ou são mesmo irrealizáveis, fragilizada a individuação que torna o cidadão dependente do consumo e da possibilidade de consumir objetos de valor de uso ou de valor de troca. Demonizar o consumo pode não ser a via mais adequada para a solução deste estado cadaveroso, contudo, o mesmo não pode dizer-se da sua função terapêutica, como forma de lixiviar as megalomanias da individuação, a *metástase do ego*, como o alcoólatra ou o heroinómano. Com efeito, se a dinâmica do megaconsumismo traduz exigências hedonísticas, ela revela também os males de ausência de outras vivências no seio do espaço público democrático dissolvido. Deus morreu (o Jesus Cristo, “guerrilheiro”, já não responde aos apelos, já não é saída para os males da individuação), resta o consumo. A velha Igreja, assente na transcendência vertical, esgotou-se, a vindoura, assente no uso público da razão, na transcendência horizontal, na alteridade, diluiu-se. Só resta o consumo, esperando o recentrar e o visitar dos valores que se perpetuaram em nome da dignidade e dos laços sociais que uniam o homem.

- 5 Assim sendo, como definir *peopolização*? *Peopolização* é o nome dado às práticas dos meios de comunicação que fortalecem a chamada sociedade do espetáculo, como o *reality show*, com o culto das celebridades, mesmo que sejam celebridades produzidas, instantâneas e efémeras (Wolton, 2006: 66; 2007).
- 6 A *peopolização* designa especificamente um indivíduo ou categoria de indivíduos conhecidos pela sua mediatização ou, se quisermos, de maneira metonímica, os *media* orientados sobre a vida, privada sobretudo, destas personagens “célebres”. Este duplo sentido orienta-nos imediatamente para o carácter profundamente performativo do *people*. Na verdade, desde que o discurso *people* se aproprie de um indivíduo, seja de que estatuto for – artista, atleta, cabeça coroada, político, modelo *fashion*, ou simples anónimo –, erige-o *ipso facto* em *people*.
- 7 No mesmo sentido vai Dakhliia, quando aborda as especulações mediáticas sobre os segredos de alcova dos nossos dirigentes ou ainda as experiências de jogo social criadas sobre a Internet através de vídeos mostrando, sob luz comprometedora, a exibição de um certo número deles ao lado de vedetas do desporto ou do *showbiz*, fazendo que todos estes fenómenos, entre tantos outros, sejam imputados hoje a uma *peopolização* galopante da nossa sociedade (Dakhliia, 2010: 6).
- 8 Aprofundando a noção, pode dizer-se que a *peopolização* é a extensão da mediatização do mundo do *show business* a outros meios (político, cultural, desportivo, etc.), à mediatização da vida privada das personalidades, à utilização das vedetas para fins de relações públicas, à fabricação e utilização económica das estrelas do desporto e do *show business*, inclusive a adoção pelos *media* generalistas de certos comportamentos da imprensa *people*, etc.
- 9 Sem falar, por falta de espaço, do *management* social, do *marketing*, constatamos na *peopolização*, que, ao transformar a vida humana em valor económico, ao substituir cada dia mais a função teológico-política do poder pela racionalidade reificante da gestão, se realiza e se torna um pesadelo a fórmula de Saint-Simon: “Substituir o governo dos homens pela administração das coisas” (Rabinovitch, 2005: 16).
- 10 É óbvio que quem quiser fazer um pequeno esforço de boa-fé chega à conclusão de que os detentores da ordem social e cultural – por via da *peopolização* da cultura, do voyeurismo mediático (televisual e internáutico, redes sociais incluídas), expondo os excessos da moda, da remodelação somática, do consumo excêntrico de toda a espécie, do *habitat* megalómano dos ricos, em resumo, do *jet set* – são crapulosa e patologicamente narcísicos, alienados e alienantes. É um sistema de entralienação², em que o corruptor rico e produtor, ele próprio idiota na sua relação a si e ao ser, bestializa e reifica a sociedade que se identifica com ele.
- 11 Há que descrever, até na sua recôndita eidética, os mecanismos da alienação e da reificação das maiorias pelas estruturas de manipulação e de propaganda à escala das tradicionais armas ideológicas do Estado, poderosamente difundidos pela imprensa e sobremediatização *jet set*, “esculpindo” os ícones propostos às massas no panteão dos “heróis de pacotilha”.
- 12 Iconomania, iconolatria, não se sabe como chamar-lhe, a produção moderna de heróis por imagem – semideuses de palha, enriquecidos no desporto, no cinema ou na apresentação de novelas e nos *talk shows*, como amostras de um mundo pleno, negando o valor e os sentimentos – constitui, ela própria, o narcisismo inquietante e arrogante de um sistema que ri do povo, que convida, por uma axiologia corrompida e viciada, ao frenesi sobre o horror e à imbecilidade, pelo voyeurismo mediático televisual. Como os subdesenvolvidos

culturais, o povo desamparado pela sua própria animosidade às ideias e ao recuo interrogador e leitoral, que estas permitem, fica unido ao real, ou melhor, à pseudorealidade, alucinada e alucinante dos *media people*, da grande imprensa exuberante e riquíssima, que conserva os plutocratas, na qualidade de modelo para fabricar sonhos ingénuos, segundo uma verdadeira débil onirocracia, à escala da ideologia.

- 13 A *peopolização* cria, assim, as suas próprias autossugestões frívolas, e autopromove o seu *signal*, por meio da trivialização publicitária. Revistas do estilo *people*, carros e outros produtos de consumo são objeto de culto. Personalidades dotadas de perfis absolutamente diversos, desde insignificantes atores do *entertainment* até autênticos criadores, são coroadas. Esse conjunto é acompanhado, ou melhor, iniciado no “brilho da superioridade” (Tarde, 1993) por célebres espaços de jornalismo e de “filosofia” mediática (Rabinovitch, 2005: 22).

O embuste da peopolização

- 14 Numa primeira abordagem, sobre a base de um sobreinvestimento coletivo da celebridade, a *peopolização* surge como um mito *naïf*, segundo o qual a celebridade representa o *summum* da realização pessoal e do sucesso social.
- 15 O tema da celebridade não é raro nem recente, compreendido na cultura de massas. Mas o poder da fascinação da celebridade é hoje levado ao paroxismo pela expansão da lógica *people*, que, na sua cumplicidade objetiva, com formatos tais como a tele-“realidade”, cultiva a atração da celebrização expressa (*star system*) e a “ilusão de que tudo é possível, cada um tornar-se rei, sem esforço nem talento, apenas com um golpe do acaso, de simulação ou de ornato” (Méjean, 2003: 21; Méjean & Onteniente, 2003).
- 16 No campo jornalístico, não pode negar-se que a imprensa de celebridades exhibe uma amálgama de faltas deontológicas graves, constituindo uma perigosa investida à qualidade do trabalho da informação, sem que por isso se pretenda subestimar, na sua função comunicacional, a função das revistas especializadas, e, ao mesmo tempo, negar a iniciativa dos *media* generalistas na sua própria *peopolização*.
- 17 Do mesmo modo, assiste-se a igual visão na análise política, em que a *peopolização* é muitas vezes utilizada como instrumentalização das formas e dos conteúdos *people* pelos candidatos ou pelos eleitos desejosos de promoverem a sua imagem junto dos eleitores. Os autores e atores da propaganda política não ignoram o potencial ofensivo do discurso *people*, tendo presente quer as consonâncias quer as dissonâncias entre os usos da *peopolização* e o conformismo relativo dos *media* dominantes. O que nos conduz a interrogar a dimensão cívica da *peopolização*, ou seja, a irrupção do *people* em política como o terreno do populismo e/ou uma deriva para a inconsistência da “sociedade do espetáculo” (Debord, 1996).
- 18 Neste caso, há que olhar a *peopolização* como construção social. Em primeiro lugar, trata-se de cercar (investigar e descriptar) os objetivos e os interesses de certos atores políticos e mediáticos ao prestarem-se ao jogo da vedetização, depois debruçarmo-nos sobre os públicos – leitores, auditores, observadores, telespectadores, internautas, etc. – da *peopolização*, para verificar os seus usos e efeitos reais e melhor explicar e compreender o sucesso atual da informação *people*.

- 19 Neste contexto, importa enfatizar e denunciar os profetas do embuste, que, na ausência de espírito crítico dos públicos, manipulam, arrombam a consciência dos frequentadores de ilusões. A palavra manipulada consiste em entrar por “arrombamento” no espírito de alguém para aí depositar uma opinião ou provocar um comportamento sem que esse alguém saiba que foi por “arrombamento”. A palavra manipulada é, ao mesmo tempo, mentira organizada, privação da liberdade do auditório e utensílio para vencer a sua resistência. A palavra, desde sempre, teve por vocação substituir-se à violência, e tudo o que a fere, fere a democracia. Num primeiro nível: informa; num segundo nível: influencia e, para seduzir, dramatiza. Podemos falar, aqui, de um efeito de entralienação, fusional: a fusão entre manipulador e manipulado, a fim de destruir o último pela repetição (*slogan*). Importa também recordar que a liberdade de expressão deve acompanhar-se de liberdade de receção e de mediação, o que conduz a refletir sobre o que é a argumentação em relação à manipulação (Breton, 1997), a olhar o fenómeno da *peopolização* como um meio de enriquecer o debate público (Dakhli, 2010: 12), e, ao mesmo tempo, estimular a sua desconstrução, despertar o espírito crítico, sem colocar em causa, em circunstância alguma, a liberdade de expressão.
- 20 Este é um longo processo preparado, pelo menos, desde a quarta década do século XIX, criando um caldo de cultura propício ao que chamamos hoje *peopolização*, em que os desiludidos constituem o público-alvo das revistas *people*, com os seus ingredientes, entre outros, o *casting* e o *casting couch*, que aqui se abordam. Esta é, a meu ver, a matriz do *casting couch*, cujos componentes são vários e se manifestam de modo proteiforme numa lógica de reificação, de “coisificação”, que leva à *perversidade* das práticas empresariais do *casting*, que, por sua vez, conduz a experiências como o *casting couch* e a fenómenos radicais, como, em corolário, o homicídio.
- 21 O *casting couch* é a expressão que traduz o fenómeno da prestação de favores sexuais em troca de benefícios profissionais. A situação torna-se mais patente quando carreiras, excessivamente apetecíveis, e tradicionalmente difíceis de conseguir, tais como as indústrias de filmes, televisão, música, moda ou outro tipo de cultura das aparências, são objeto de *casting couch*, e se constituem em narrativas que incorporam a memória do pequeno acontecimento que inunda as revistas do *people*, do *beautiful people*, ou “cor-de-rosa”, e o espaço público. A situação agrava-se quando essas trocas de favores, que são um abuso de poder, podem ganhar enorme visibilidade logo que envolvem escândalo sexual, e, pior ainda, quando atingem um ponto sem retorno e se enleiam no homicídio. No coração da tragédia, a perversidade da ação, a teatralização da conduta predadora e a racionalidade instrumental, uma fantasia, que tece a tela do homicídio, sustentada nos seus coerentes traços com o *gozo mortífero* (Rabinovitch, 2005: 24).
- 22 Um cronista das revistas “cor-de-rosa” acabou por amargar os efeitos de se ter envolvido numa situação radical de *casting couch*, um caso, suficientemente divulgado pelos *media*, em curso no Supremo Tribunal de Nova Iorque. O jovem que, alegadamente, o assassinou pretendia mercantilizar o seu corpo para se promover na carreira de modelo *fashion*. O cronista aproveitou, supostamente, a situação para conseguir o que, obviamente, não conseguiria de outra forma: parceria sexual de um jovem umas décadas mais novo. A situação não é inédita. São bem conhecidos inúmeros casos. Desde sempre que jovens se tornaram amantes de homens ou mulheres, mais idosos, com a finalidade de obter benefícios profissionais ou outros. E neste quadro, sempre pode perguntar-se quem é o verdadeiro homicida, o homicida, vítima do *casting couch*, ou o predador do *casting couch*?

- 23 Pinatel destacou quatro traços da personalidade criminosa para explicar o aparecimento da passagem ao ato: o egocentrismo, a labilidade afetiva, a indiferença e a agressividade. Se transpusermos esses elementos ao que está sendo tecido na cultura contemporânea, poderíamos dizer que todos eles já estão *preposicionados* (Pinatel, 1991).
- 24 A meu ver, no caso presente, ambos são vítimas, porque imersos nesta cultura. Por um lado, pela propagação, pela extensão e pela refração de léxicos embebidos de gozos agressivos ou mortíferos. Por outro, pela colocação na cultura de massa, substituindo os aprendizados pedagógicos, das clericaturas mediáticas, como a nova residência da *força formadora de hábito* (Panofsky, 1967).
- 25 Contaminando os diversos setores de atividade da cultura contemporânea, a racionalidade instrumental, a que assistimos, continua a afirmar o seu domínio. Entretanto, a “heroificação da violência” dos “criminosos do Eu” (Lacan, 2001) coloca em destaque novas silhuetas nas multidões intercambiáveis das democracias de massa. Enquanto isso, o comprometimento lento, a servidão voluntária, a apatia gregária e o gozo por procuração das violências delegadas continuarão a guardar o seu território na espécie humana, como eternos fornecedores de agentes de serviço para as operadoras de engenhos trucidadores (Adorno, 2005: 19).
- 26 Poderá isso dizer que já respiramos um ar rarefeito de vida e carregado de toxinas de um assassinato *infiltrado*? De qualquer modo, a barbárie é comunicativa e gravemente contagiosa (Rabinovitch, 2005: 26).
- 27 Como afirma Rabinovitch: “Diríamos, então, que nem o «progresso na vida do Espírito», cuja condição, segundo Freud, estava na renúncia ao gozo absoluto e aos instintos, ou no luto das excessivas satisfações narcísicas; e que nem a erotização amante e respeitosa, intimista e brilhante, fazem parte da *Kultur* de hoje. Em seu lugar, encontramos: a *crueldade*, a *perversão*, o *incentivo ao gozo sem limites*” (2005: 26).
- 28 As conveniências de *casting* são filhas adúlteras das prerrogativas dos predadores sexuais, que pululam em todos os *jet sets*, e assumem proporções gigantescas de doutrina. Todo o ingênuo, recém-chegado, que for constante nas suas convicções éticas, que não sacrifique os seus sentimentos aos seus interesses pessoais, é premiado com o epíteto de fósil. Entre o voo das águias e a voracidade dos abutres, os novos *sempronius* do *casting*, espumam de raiva quando não podem encontrar sequer um desvio na vida irrepreensível de ilustres mancebos, que procuram neste mercado de trabalho a via para a *peopolização*.
- 29 Prezados pelos jovens moradores das periferias das grandes cidades ou das ruelas dos bairros, falados nas esquinas das ruas, nas festas da alta sociedade, nos *cocktails* do *show biz* ou nas antessalas de decisão dos “senhores” do *casting*, incorporados no imaginário das produções cinematográficas de massa e séries televisivas, os(as) aclamados(as) pelo *casting* – pequeno ou médio *modelo*, grande *patrão* patrocinador do *casting* capitalista –, tradução padronizada do arquétipo, tendem hoje a incarnar esse protótipo que sabe manter afastado tudo aquilo que diminui o “eu”, como escreveu Freud (1969) no seu ensaio sobre o narcisismo (Rabinovitch, 2005: 17). Emergindo da neblina infantil da “cultura do narcisismo”, o(a) preferido(a) substitui-se ao herói messiânico do imaginário social por uma figura bastante visível e suficientemente simpática para poder ser exaltado.
- 30 Evocámos a figura ocorrente do “*castingable*”, do “*fashionable*”, do(a) escolhido(a) do *casting*, como novo ator social e novo personagem mitológico em vias de substituir a do herói social, que pode ser, *e. g.*, um escritor celebrado.

- 31 Existe outro personagem no decurso desta construção mítica. Trata-se do predador do *casting couch*, que é uma segunda personagem, sobre o qual muita coisa começa a ser dita, apesar de carecer de análises mais aprofundadas. Vamos contentar-nos apenas em notar as conexões operacionais, miméticas, descobertas no predador do *casting couch*, traficante de eventuais influências. Observem-se as indulgências muitas vezes secretamente fascinadas, nesse caso negadas sob o véu de uma hipocrisia de circunstância, concedidas ao predador do *casting couch*, nas suas afetações.
- 32 É, por um lado, um conjunto de manifestações apontadas por Christopher Lasch, sob o nome de “cultura do narcisismo”. Elas mostram uma cultura imatura da adolescência infinita, cujo “senhor-criança”, e velho ao mesmo tempo, parece incarnar a referência real. Por outro, a adolescência infinita transformada, pelas suas capacidades epidémicas nos comportamentos sociais, em “adolescentismo generalizado” (Lasch, 2006: 269).
- 33 A afetação do predador do *casting couch* é sustentada pela permanente lisonja feita à juventude pela televisão, dia após dia, nos chamados *reality shows* e nos *videoclips* veiculados pela MTV ou outras. Esta ostentação vive também, na era da segunda modernidade, da desqualificação do princípio do interdito, na confusão político-histórica entre a figura de Leviatã e a de Behemoth. Entre a figura do Estado total coercivo e a do caos integral da desordem mortal da ausência de Lei. Uma distinção herdada de Hobbes³. O pensamento político contemporâneo ainda deve muitos tributos a essa confusão. Conceção inibidora, por repulsão reativa, de qualquer conceção positiva da sanção. Ela esconde-se, enfim, sob a ideologia dos “direitos humanos”, que parece apagar qualquer conceção referente aos “deveres” (Rabinovitch, 2005: 20).
- 34 Pode falar-se, em ambos os protagonistas, o(a) escolhido(a) do *casting* e o predador do *casting couch*, de uma cultura narcísica, elemento constituinte da sociedade do espetáculo, em que o culto do “eu” está imbricado no que pode chamar-se uma cultura do momento e do bem-estar. O narcisismo desenvolve-se através de uma conceção de sucesso social esvaziado da sua substância. Ídolos, personalidades, vivendo plenamente a fantasia narcisista através da celebridade, desempenham um papel proeminente nas nossas sociedades, dando o tom na vida pública privada. Eles são admirados sem limite ou criticados por si próprios e não por aquilo que fazem. Os atos, os motivos da autorrealização, não importam mais. O que conta, segundo Lasch, é o sucesso, a fama, a popularidade, em si. Não se procura a aprovação pelo que se faz, mas pelo que parece, pela imagem agradável que é projetada, pela atenção que se conseguiu atirar sobre si, tudo isso devendo ser constantemente renovado e ratificado pela publicidade.
- 35 Um facto mimético ocorre também no quadro da política, ou seja, o político “moderno [que] pouco cuidado manifesta relativamente ao trabalho a fazer [...]. O que lhe interessa é persuadir, seduzir e ganhar o «público interessado» [...]. Confunde o sucesso com a tarefa a realizar, com a impressão que ele produz ou tenta produzir sobre os outros” (Lasch, 2006: 95).
- 36 Na moderna comunicação, o importante não é verdadeiro nem falso. O que é importante é que pareça credível. Os factos são substituídos por declarações fiáveis. Propagandear não é mais fazer circular informações tendenciosas, mas verdades parciais com estatísticas truncadas. Para surgir o mais credível e persuasivo possível, a burocracia deve usar a linguagem mais técnica e mais abstrata, o mais exequível, com o objetivo de fazer admitir que a gestão pública está nas mãos de especialistas, que gerem problemas ininteligíveis para o homem comum (Lasch, 2006: 112;114). Agora que a política se tornou um

espetáculo, a arte tende, cada vez mais, a esbater as fronteiras entre realidade e ilusão, ou espectadores e atores, pretendendo apresentar seja uma versão mais intensa da realidade, seja, ao contrário, uma absurda representação de uma vida vazia. Citando Guy Debord, Lasch evoca a propaganda da mercadoria, que emancipa as mulheres e as crianças contra a autoridade patriarcal, para melhor submeter, cada um, ao paternalismo da publicidade, das empresas industriais e do Estado. A publicidade incentiva tanto a satisfação de todos os desejos como a incerteza. Ela cria necessidades, sem as satisfazer, e concebe novas ansiedades. Incentiva o consumidor ao fascínio pela celebridade, a cultivar gostos extraordinários, para se identificar com os gostos de elites dominantes. Mas, promovendo estas aspirações grandiosas, leva ao desprezo e ao descrédito de “si” (Lasch, 2006: 108; 111; 228).

- 37 Daí a “anti-idade” das mulheres, ou dos homens, que “injetam” botox nas suas rugas, e o reflexo no escalão etário, sem ritual de passagem, das meninas pré-púberes, que tomam ares de “donzelas”, exibindo posturas de Lolita, de segunda categoria, ou dos moços pré-adolescentes, que ostentam atitudes de figuras da *popmusic*, de terceira ou quarta ordem, em cujo saco se encontram patins e outros brinquedos, que se tornam o seu complemento desmitificador.

Conclusão

- 38 Uma verdadeira anomia lexical, com acéfalo carácter epidemiológico, faz que a imprensa, na sua expansão imitativa, designe sob o mesmo lexema tanto os autênticos opositores políticos quanto os traficantes de influências ou tarefeiros da política patenteados, os *fashionables* do *casting*, os grupos variados de agentes do *casting* ou predadores do *casting couch*. Esta atitude vale, também, tanto para a cobertura jornalística de combates nobres quanto para as crueldades e as atrocidades sem nome. Esta disposição elimina qualquer possibilidade de avaliação moral, de referências éticas sobre os motivos que animam esses atores e as suas ações, gerando confusão entre os limites do admissível e do condenável, do proscrito e do aceitável.
- 39 Portugal corre o risco de tornar-se um descomunal palco “cor-de-rosa”, com a cumplicidade da indecorosa exibição dos empreiteiros da política e dos agentes da vida pública, com graves sequelas sociais, ausência de espírito cívico e espírito crítico, agravada e aprofundada, neste quadro, pela intervenção obscena, cabotina, displicente, egocêntrica e dissimulada dos *media*. Ou seja, a intercomunicabilidade entre paradigmas, que, com grande acuidade, torna visível a irrecusável e atual crise dos *media*, mostra um processo agudizado que é, tendo presente honrosas exceções, fruto de uma mistura explosiva de informação totalitária, jornalismo banal, lugares-comuns, negócios de família, “piqueteiros”, “faxineiros” e “guarda pretoriana” dos conglomerados mediáticos. Dito de outro modo, a imprensa escrita e audiovisual é dominada por um jornalismo de interesse, por enredos de cumplicidade, por agregados industriais e financeiros, por uma ideia de mercado. Um pequeno grupo de ubíquos plumitivos impõe a sua definição de informação/mercadoria a uma atividade cada vez mais fragilizada pelo pavor do desemprego.
- 40 Apropriando e adequando Cohen, posso dizer que a espiral perversa do *casting couch* começa com algum ato “desviante”. O desvio é geralmente criminoso, mas pode envolver, também, atos legais considerados moralmente repugnantes pela maioria da sociedade. Os *media* relatam o que consideram ser, do seu ponto de vista, interessante, mas o novo

enfoque sobre a questão revela ocultos, ou na fronteira, exemplos, que não são atraentes, e apenas confirmam o “padrão” (Cohen, 1990). Narrados os casos de tal “desvio”, estes são muitas vezes apresentados como apenas “o que se sabe” ou “a ponta do véu”, uma declaração que é quase impossível de refutar imediatamente. Por uma variedade de razões, o que é assustador, e iria ajudar o público, a perspectiva racional tende a ser ignorada pelos *media*.

- 41 Como resultado, os pequenos problemas começam a ser olhados de modo sério e o *casting couch* começa a surgir como comum. O público é motivado para se manter informado sobre esses acontecimentos. A publicidade instrumental resultante tem potencial para aumentar o comportamento “desviante”, fascinante, tornando-o comum ou aceitável. Na fase seguinte, a curiosidade mórbida do público sobre o *casting couch* força normalmente os *media* a concentrar mais recursos para lidar com o desvio específico muito mais do que ele merece.
- 42 Em seguida, plumitivos e comentadores tecem, sob pressão da “opinião pública”, os mais desfavoráveis ou benignos comentários para conseguirem mais público e aumentarem a sua popularidade e vedetismo, ganhando o direito a entrarem na galeria dos nomeados para frequentar festas, ou pré-estreias, do *jet set* paroquial, dando a impressão de que estão a lidar com uma questão fundamental para o país e para a democracia.
- 43 Esta situação agrava-se numa conjuntura em que os *media* consagram um largo espaço ao tratamento irresponsável do pequeno acontecimento ou consideram como “liberdade de informar” os seus meneios mercantis. E, neste contexto, caso necessário, os antigos deificados são transformados em algozes, que, depois de incriminados sem processo, são reabilitados, inocentados e, posteriormente, metamorfoseados em heróis patéticos.
- 44 A democracia e o regime democrático correm perigo quando quem detém o poder dos *media* alimenta de “dia” para “matar” à “noite”, o mesmo é dizer exhibe à luz do dia as formalidades da democracia, para ab-rogar os seus princípios na trama da obscuridade e da ocultação. Predadores por excelência, os *media* da segunda modernidade vão nutrir, numa primeira fase, o público com propostas de suposta autenticidade e presumível informação honesta e, em seguida, dar “morte” ao espírito crítico, numa manifestação sinistra de concubinato entre o trivial e o crucial, em que, na verdade, não consegue distinguir-se, na ausência de espírito crítico, antes nulificado, o importante do acessório.
- 45 Todo este quadro tende a convencer o público de que a sua curiosidade mórbida é justificada, enquanto os *media* continuam a desfrutar por terem à sua disposição relatórios de outras atividades de *casting couch*, que perpetuam a espiral, no seio da qual os seus figurantes, a maioria de opereta, patenteiam uma indigência de celebração que é complexa e não se explica facilmente. Aquém destas manifestações de *casting couch*, subsiste uma complexa realidade, que se articula com a necessidade de mitificação, olhada como horizonte de chegada para todas elas.
- 46 Os *people* recrutam-se em todos os meios e sabemos, pelo menos depois do aparecimento da tele-“realidade”, que não têm de apresentar um talento particular, porque, no olhar da cultura contemporânea da celebridade, só conta desde logo o grau de notoriedade. Na sua aceção mais lata, a *peopolização* é uma realidade coextensiva a um sistema ideológico, fundado sobre o valor da mediatização pessoal, um produto que se mercantiliza. Ela será, pois, equivalente à “cultura da celebridade”, *celebrity culture*, que, segundo alguns investigadores anglo-saxónicos, seria o pivô da pós-modernidade. São precisamente as questões ideológicas da celebridade que estão na origem do seu carácter interpelatório

(Barthes, 2001: 210) enquanto mitologia do século XXI. Não faz sentido, senão em relação à ordem social, que a *peopolização* convoque interpretações normativas e ofereça deste facto duas versões míticas contrastadas.

- 47 Com efeito, a iconolatria *people* (celebrização), que subjaz a este combate, no duplo sentido de culto das vedetas e da paixão da imagem, é indissociável do processo das aparências, como da demonização das celebridades mediáticas. Aqui reside, sem dúvida, a originalidade maior do mito da celebrização deste período: a capacidade de integrar a sua própria desmitificação.
- 48 Finalmente, não será ousado afirmar que a atividade do *casting couch* constitui o “lado negro” do fenómeno da *peopolização*, no caso aqui em apreço agravado pela sua manifestação mais radical: o homicídio.
- 49 Vários sucedâneos da *peopolização* – por economia do presente texto não serão aqui desenvolvidos –, como formas e vias de, pessoalmente, sublimar a frustração do insucesso, são ingredientes básicos deste quadro, que articula organicamente *peopolização*, hiperconsumo, sentimentos de autoestima e de narcisismo, um processo que conduz ao que posso chamar a ideologia do espetáculo.
- 50 Se quisermos, trata-se de um género menor de representação “teatral”, em que as sucessivas ladainhas não são livros nem obras, mas uma vontade de hipervisibilidade, de ser *people*. Neste sentido, estas litánias são um modo de ganhar a vida expondo o corpo, bem visível, seja nas suas variações sobre as quais se apoia a campanha de propaganda, seja num sistema de ecos, que se torna ressonância lírica nos aspirantes à *peopolização*. O corpo dá-se em espetáculo, como a pseudorealidade se dá em representação, que se repete com todas as tonalidades pelos séquitos e acompanhantes. Existe uma espécie de movimento, uma dialógica entre o peso da ideologia do espetáculo e um apelo profundo ao imaginário ilusionista, correspondendo a toda a crença na *peopolização*, que se esforça por ultrapassar a condição de representação, no sentido de tornar-se uma outra encenação, mais próxima da festa, dos rituais mágicos, das práticas encantatórias de toda a *peopolização*.
- 51 Todavia, o acontecimento aqui em apreço vai mais além, ao penetrar a via da profanação da fronteira entre pseudorealidade e mundo-de-vida, quando exhibe a tendência de teatro da “crueldade”, que acaba por metamorfosear a figuração do proscénio, no que pode chamar-se o espetáculo da morte, a “morte que se dá em espetáculo”, que o homicida pretende se atinja pelo viés da impressionabilidade, numa hiperbolização do “eu”.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. (2005), “Éduquer après Auschwitz”, in *Le Monde de l'éducation* 338 (07/08/2005).

ALLARD, L. (2010), *Mythologie du portable*, S. I., Le Cavalier Bleu éditions, coll. Myth'O.

BARTHES, R. (2001), *Mythologies*, Paris, Seuil.

BRETON, P. (1997), *L'Utopie de la Communication*, Paris, La Découverte/Poche.

- COHEN, S. (1990), *Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers*, Oxford (GB), Basil Blackwell.
- DAKHLIA, J. (2010), *Mythologie de la peopolisation*, S. l., Le Cavalier Bleu éditions, coll. Myth'O.
- DAKHLIA, J. (2007), "Celebrity and Politics: An Unnatural Partnership? The Role of Celebrity Magazines in the French Politicians' Media Coverage", in *Questions de Communication*, N.º 12, Nancy, Presses Universitaires de Nancy.
- DEBORD, G. (1996), *La Société du spectacle*, Paris, Gallimard, coll. Folio.
- ESQUENAZI, J.-P. (2009), *Mythologie des séries télé*, S. l., Le Cavalier Bleu éditions, coll. Myth'O.
- FREUD, S. (1969), "Pour introduire le narcissisme", in Sigmund Freud, *La Vie sexuelle*, traduit de l'allemand par Denise Berger, Jean Laplanche et collaborateurs; introduction [par le Dr] Jean Laplanche, Paris, PUF.
- LACAN, J. (2001), "Prémises à tout développement possible de la criminologie", in J. Lacan, *Autres écrits*, Paris, Le Seuil.
- LASCH, C. (2006), *La culture du narcissisme*, trad. Michel Landa, Paris, Champs-Flammarion.
- LIPOVETSKY, G. (2006), *Le bonheur paradoxal: essai sur la société d'hyperconsommation*, [Paris], Gallimard.
- MARSHALL, P. D. (2004), *Celebrity and Power. Fame in Contemporary Culture*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- MÉJEAN, J.-M. (2003), "Les médias entre *people* et populisme", in *MédiaMorphoses*, n.º 8, "Médias *people*: du populaire au populisme", Paris, Armand Colin, pp. 21-24.
- MÉJEAN, J.-M. e F. Onteniente (2003), *L'école au coeur: allegro ma non troppo*, Nîmes, C. Lacour.
- PANOFSKY, E. (1967), *Architecture gothique et pensée scolastique*, Paris, Minuit.
- PINATEL, J. (1991), *La personnalité criminelle*, Toulouse, Éres.
- RABINOVITCH, G. (2005), "Figuras da Barbárie" [Figures of barbarism], in *Psicologia em Revista*, traduzido do original por Nina de Melo Franco, Belo Horizonte, s. n., vol. 11 (N.º 17, junho), pp. 11-28.
- ROJEK, C. (2001), *Celebrity*, Londres, Reaktion Books Ltd.
- TARDE, G. (1993), *Les Lois de l'imitation*, Paris, Kimé.
- TURNER, G. (2004), *Understanding Celebrity*, Londres, Sage.
- VEBLEN, T. (1970), *Théorie de la classe de loisir*, traduit de l'anglais par Louis Évrard; précédé de "Avez-vous lu Veblen?" par Raymond Aron, Paris, Gallimard.
- WOLTON, D. (2006), *É preciso salvar a comunicação*, São Paulo, Paulus.
- WOLTON, D. (2007), *Sauver la communication*, Paris, Flammarion.

NOTAS

1. O recurso a *neologismos* torna-se, neste texto, inevitável e indispensável, face à simplicidade do seu universal significado, para melhor identificação com o tema. Adequa-se aqui o termo *peopolização*, a partir do vocábulo em idioma francês, *peopolisation*, que remete para o termo em língua inglesa *people*. O que se entende, exactamente, por *peopolização*? A etimologia da palavra

conduz, na ocorrência, ao termo *people*. De toda a maneira é necessário saber de que *people* se fala. A adequação à língua portuguesa, que aqui faço, do vocábulo da língua francesa *peopolisation* e da palavra inglesa *people*, à partida sinónimo de “povo” ou de “gente”, realiza-se à custa da contração da sua significação.

2. A entralienação deve ser entendida como a reprodução da vítima segundo a imagem do carrasco, a mútua colaboração do alienado e do alienante no ato desumano de aniquilar.

3. No livro *Behemoth or the Long Parliament*, diferentemente dos anteriores trabalhos *Leviatã* e *Do Cidadão*, Hobbes desenvolve uma narrativa histórica sobre guerra civil na Inglaterra compreendida entre o período de 1640 e 1660. Se um dos significados simbólicos assumidos pelo *Leviatã* de Hobbes é o de um Estado garantidor da paz, o *Behemoth* simboliza a rebelião e a guerra civil.

RESUMOS

Este texto tem vários e diversificados ingredientes, uma panorâmica contributiva para a tentativa de compreensão de um horizonte de chegada: o homicídio, fenómeno radical do *casting couch*, no quadro da cultura da *peopolização*, um processo que se inicia no incontrolável desejo de “ser” *people*. Cada um, entre nós, tem uma propensão a comparar-se aos outros e a procurar, por tal ou tal traço exterior, uma pequena superioridade, uma diferença simbólica em relação às pessoas com as quais convive. A natureza humana não se reduz a este traço, não se trata de julgá-la de um ponto de vista moral, apenas se constata. Em cada classe, os indivíduos tomam como modelo o comportamento em vigor na classe social superior. Este longo processo é o caldo de cultura propício ao que hoje chamamos *peopolização*, em que os desiludidos constituem o público-alvo das revistas *people*, com os seus ingredientes, entre outros, o *casting* e o *casting couch*, que aqui se abordam.

This text has several and diversified ingredients, a contributively overview for the attempt of the understanding of an arrival horizon: the homicide, radical phenomenon of the *casting couch*, in the culture’s framework of the culture of the *peopolization*, a process that begins in the uncontrollable desire of “being” *people*.

Each one, among us, has a propensity to compare himself to the others and to seek, by such or such external line, a small superiority, a symbolic difference regarding to people with whom they live together. The human nature is not reduced to this line, it is not a matter of judging it from a moral point of view, but it is just faced here. In each class, the individuals take as model the ruling behaviour in the superior social class. This long process is the favourable culture breeding ground, we call to which *peopolization*, where the disappointed themselves constitute the target audience of the *people*’ magazines, with their ingredients, among others, the *casting* and the *casting couch*, that are here addressed.

ÍNDICE

Keywords: Peopolization, media, people, casting couch

Palavras-chave: Peopolização, média, people, casting couch

AUTOR

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ALVES

Doutor e Agregado em História e Teoria das Ideias pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, professor e investigador no Centro de História da Cultura, CHC, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal (jsalves@fcsh.unl.pt)

Aspectos de uma sociologia do imaginário na pós-modernidade: a razão sensível

Eduardo Portanova Barros

- 1 Bastante utilizada, e de qualquer jeito, principalmente pela mídia, a palavra imaginário mereceu – e ainda merece – a atenção de diversos pensadores. No Brasil, algumas escolas estudam o que poderia ser definido como, seguindo a linhagem de Gaston Bachelard, Gilbert Durand e Michel Maffesoli, o equilíbrio no ser humano entre as coerções objetivas e as pulsões subjetivas. O que isso quer dizer? Ora, é que vivemos um permanente paradoxo entre aspectos objetivos e subjetivos da existência. O corpo, que é materialidade, pensa (subjetivamente). A tecnologia, portanto, esse concreto mais extremo, é produto do nosso imaginário. Assim, pode-se afirmar que tanto o imaginário é real quanto o real é imaginário. E é a partir desse pressuposto que este trabalho se configura, fazendo um levantamento de diversos autores que estimulam (uns mais, outros menos) o debate em torno desse assunto na pós-modernidade.
- 2 A longa tradição científicista tem dificuldade em aceitar pesquisas que não sejam quantificáveis. Por isso, o imaginário, que não se presta a isso, pois não pertence ao reino dos números e das medidas, é um tema controvertido – para não dizer atacado – no terreno acadêmico. “Na fenomenologia do imaginário, a imaginação é colocada em primeiro lugar como princípio de excitação direta do devir psíquico”, ensina Bachelard (1988: 8). A reversibilidade do imaginário no homem é constante. Ou seja, o homem produz o imaginário que o produz. O imaginário na concepção lacaniana era tripartido entre o próprio imaginário, o simbólico e o real, fragmentando a noção relacional do termo, segundo Maffesoli. A leitura de Bachelard era outra, a do deslizamento na pessoa entre suas intimações objetivas e sua subjetividade. Diferentemente de ideologia, que tem um cunho racionalizante, imaginário é, antes, uma força ambivalente, que junta os

aspectos emocionais e racionais próprios de nossa condição antropológica. Não se trata de afirmar que o imaginário se prende pouco ou muito com a racionalização, e sim que a racionalização é um traço humano da mesma forma que as pulsões subjetivas (sem querer entrar no mérito psicanalítico)

- 3 Conforme Durand, o imaginário estava bloqueado pelo positivismo, o que, mais tarde, graças ao trabalho de Sigmund Freud, acabou mudando, pois ele começa a dar importância para conteúdos do inconsciente pela via psicanalítica. Depois veio Jung e a psicologia profunda com a noção de arquétipo. Durand assume sua escolha pelo imaginário como um caminho de teor científico, mas não cartesiano (que postulava a evidência como método universal). Isto é, não conforme as leis de uma ciência dura. De formação antropológica, Durand vê o simbolismo ligado à hominização, quando os antropoides assumem, num certo momento, a postura ereta. A partir do corpo, passa a acontecer uma série de descobertas e de escolhas do ponto de vista instrumental. Esse caminho, o que Durand prefere chamar de “trajeto antropológico”, é o foco de sua pesquisa. Para Durand, a imagem é fornecida pela cultura e pela estética, cujo estudo é desenvolvido pelo Centro de Pesquisa sobre o Imaginário, na segunda metade dos anos 1960. São organizados diversos encontros (seminários, colóquios, jornadas) para a discussão em torno do imaginário social.
- 4 Do ponto de vista acadêmico, o interesse se volta para análises temáticas e uma metodologia do imaginário. O intenso intercâmbio entre o Centre de Recherche sur l'Imaginaire (CRI), fundado em dezembro de 1966, e outros laboratórios, além de revistas ao redor da Europa, fomentam as discussões em torno do imaginário. Os assuntos variam desde os sistemas simbólicos até a antropologia urbana, passando, também, por temáticas como a do mito, da criatividade, da forma, do espaço e da transgressão, apenas para citar algumas delas. Durand procura pensar em termos de polaridade. Logo, fatores mecânicos não se separam da imagem simbólica. O simbolismo em Durand é não-arbitrário e não-convencional. É quando o signo perde sua arbitrariedade e remete às abstrações, sobretudo espirituais e morais.
- 5 Um detalhe interessante na história do CRI é que Durand forma o Departamento de Estética e de Poética. Trata-se de uma religação entre a imagem e a expressão decorrente dela. O termo *imagem*, quando ligado ao simbólico, não se refere àquilo que se apresenta visualmente para nós. A imagem de um pássaro em pleno voo é a de liberdade, e não a mecânica do voo (Bachelard), isto é: asas que se abrem e que se fecham (mesmo que seja dessa mecânica que se forma a imagem abstrata). Outro exemplo é quando Bachelard se refere ao verão como a estação do ramalhete (um ramalhete eterno, que não murcha).
- 6 Bachelard pergunta: “Como pode o homem, apesar da vida, tornar-se poeta?” (1988: 10). Trata-se de uma questão das mais pertinentes. Aqui, o autor de *A poética do devaneio* explicita a natureza humana de aprisionamento a um corpo físico que sonha. O que Bachelard apresenta pode ser uma síntese da ideia de imaginário: ou seja, o aprisionamento e o sonho, as condicionantes históricas e os afetos. Sociologicamente falando, Maffesoli se vale desse paradoxo em *A transfiguração do político* e *O mistério da conjunção*, para enfatizar, respectivamente, que o estado-nação morreu – se é que no Brasil existiu algum dia – e que uma ambiência emocional toma lugar da argumentação. O que mais funciona, para ele, são as trocas, as possibilidades de contato. O caos é melhor do que o excesso de organização. A repressão pode gerar violência, algo que, na psicanálise, poderia ser o equivalente ao retorno do reprimido. Por falar nisso, Maffesoli não se interessa em julgar psicanaliticamente a sociedade, mas antes em compreendê-la. Nisso,

Maffesoli se inspira em Nietzsche ao criticar (para pôr em crise) “os melhoradores do mundo”.

- 7 Jean-François Lyotard alavancou a discussão sobre o pós-moderno. Segundo ele, o problema é de natureza epistemológica, isto é: o que define o saber? O autor de *A condição pós-moderna* observa diversas maneiras de se ver o social. A partir desse pressuposto, ele abre a discussão para situações que colidem com o saber oficial estruturado na dialética tese-antítese-síntese. Os metarrelatos já não significam muita coisa. Há, na pós-modernidade, uma desconfiança em relação aos instrumentos do saber. Aliás, como afirmar que um saber é verdadeiro? Outro autor, Paul Feyerabend (*Contra o método*), já mostra como diversas descobertas científicas podem ter sido fruto do acaso. Com isso, o epistemólogo austríaco critica o saber tradicional assentado no reducionismo. O paradoxo suscitado pela reflexão de Lyotard, portanto, é o de que tudo é passível de análise, mas nem tudo estaria de acordo com determinada ética. A ética social.
- 8 A crítica à ética mediática é a base do pensamento do ensaísta francês Jean Baudrillard. Estritamente falando, Baudrillard está longe de ser pós-moderno. Porém, sem tomar um rumo classificatório, a modernidade do autor de *Tela total* e *Power inferno* denuncia a ilusão mediática. Baudrillard utiliza a ironia para criticar uma sociedade massificada, revelando paradoxos e contradições sociais. Com base no conceito de simulacro, para Baudrillard tudo é reapropriação. Tudo é signo, e nós, humanos, não conseguimos escapar desse círculo vicioso. Se tudo é mostrado, não há mais nada para ser visto. Baudrillard opina que nos tornamos seres individualizados, e que isso não tem relação nenhuma com liberdade pessoal, mas sim com promiscuidade. O mundo é uma espécie de *big brother* televisivo.
- 9 Para sermos mais precisos, Baudrillard afirma que a “era da simulação inicia-se com uma liquidação de todos os referenciais” (1991: 9). Para ele, é possível separar o verdadeiro do falso e o real do imaginário. É isso que a simulação, segundo termos do próprio autor, “põe em causa”. O principal termo que Baudrillard utiliza para justificar sua tese é o de hiper-real, como a “geração simulada das diferenças” (1991: 9). A simulação, portanto, nega o valor do signo e a sua referência. A ideia de signo foi evidenciada nos três cursos de linguística que Ferdinand de Saussure (1857-1913) ministrou entre 1906 e 1911 na Universidade de Genebra. Segundo ele, a língua é como que uma instituição social, isto é, uma organização desses signos para que, a partir daí, se possa refletir ou expressar algum tipo de ideia. É, na verdade, uma codificação da linguagem.
- 10 Toda a representação, que acredita numa falsa representação do que é simulado, acaba sendo um simulacro. Em outras palavras, perdeu-se a referência do signo porque ele próprio é um simulacro. Como crer na representação se a própria representação já não é representável? De fato, Baudrillard não desmascara o real porque nada mais do real existe – agora um hiper-real – para ser desmascarado. Mas, no grande plano, “descobrir” como se dá a representação não deixa de ser uma forma de desmascará-la, sim.
- 11 Baudrillard, Maffesoli e Morin foram os três principais teóricos franceses de uma sociologia da suspeita. Ou seja, a temática social não se esgota nela mesma, porque vai se contradizer o tempo todo e de modo complexo (Morin), ou trágico (Maffesoli). Não que as ideias de Baudrillard não sejam nem complexas ou trágicas, mas é Morin o patriarca da teoria segundo a qual somos *homo*, ao mesmo tempo, *sapiens*, *demens*, *ludens*, *mitologicus* e *poeticus*. E Maffesoli, aproveitando a deixa, acrescenta: *eroticus* (livro lançado no final de 2012). Essas dimensões do humano estão interligadas, e é precisamente esse aspecto que torna o pensamento complexo de Morin tão difícil de ser assimilado por

quem pensa sob a lente da modernidade, a que vê tudo de forma fragmentada. Se nos dedicarmos a refletir demoradamente sobre a complexidade de Morin, veremos que ela não é tão simples como se imagina. Por exemplo: como entender que o universo é imperfeito, mas que essa imperfeição de que é feito também é a condição de sua existência? Com isso, Morin desmonta o saber prometeico, de avançar para corrigir, de crença no progresso, o que não deixa de ser a mesma crítica que faz Maffesoli à lógica do “dever-ser”.

- 12 Detenhamo-nos um pouco mais no trabalho de Morin. Ao escrever, no final dos anos 50, sobre cinema, Morin destacou a relação entre o cinema e o (homem) imaginário. Ele próprio fez um filme: *Cronique d'un été*, de 1962, em co-autoria com o etnólogo Jean Rouch, no auge da *nouvelle vague* francesa. Morin despertou outros teóricos para o fato de que existe uma aura, antes sentida do que conscientizada, em toda ação humana. Esse aspecto fluido, que não pode ser descrito pela linguagem, mas nem por isso negligenciável, pode ser o imaginário. Vive-se, no caso do cinema, uma projeção-identificação com aquilo que é visto na tela. Para Morin, isso é tão significativo que resolveu escrever mais tarde, em 1972, outro livro sobre cinema, dessa vez sublinhando o aspecto mitológico das estrelas (*As estrelas - mito e sedução no cinema*). A tríade humano-biológico-cultural é inseparável no ser humano, diz Morin, pois ela carregaria nossos afetos, nossas pulsões e nossa racionalidade. Trata-se de um todo cujas partes até poderiam ser distintas, mas nunca isoladas entre si.
- 13 Morin fez questão de organizar seu pensamento metodologicamente. Os seis livros dessa fase, que se estendeu por vários anos e que foi concluída depois da virada do milênio com a publicação de *O método 6 - ética*, apresentam como que uma unidade múltipla (*unitas multiplex*) da sua tese. A ideia central do último trabalho na linha das metodologias é a de que a ética não pode escapar dos problemas da complexidade, e o conhecimento complexo se tornou vital na sociedade contemporânea. É preciso praticar a complexidade, e essa prática começa no indivíduo (o que, para Maffesoli, poderia ser mais bem designado pela palavra *pessoa*, por causa da relação, etimologicamente falando, de *persona*-máscara-pessoa e, conseqüentemente, com o papel que desempenhamos e que varia conforme as circunstâncias). Como compreender, por exemplo, o sentimentalismo familiar dos chefões da máfia? Como compreender a intimidade entre Truman Capote e os assassinos de uma família no Kansas, entre o final dos anos 50 e início dos 60? Morin prioriza a compreensão desse museu imaginário (Malraux).
- 14 O complexo social é o tema de referência do “situacionista” Guy Debord. Não menos incisivo que Morin, Debord lamenta, lamentava e lamentou a espetacularização da sociedade. O que ele entendia por isso? O fato de “o espetáculo ser um instrumento para justificar uma sociedade injustificada” (tese 194), o fato de “o espetáculo se apresentar como uma enorme positividade” (tese 12), o fato de “o espetáculo não ser um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (tese 4). Se na pós-modernidade não existiria mais representação, para Debord ela ainda existiria (algo que se coloque no lugar de outro lugar). Na sociedade do espetáculo dele, deixamos de ser protagonistas e nos tornamos atores sociais. Para Debord, a saída é a crítica, nem que seja para, por meio de uma tela escura, afirmar: o cinema está morto. Oscilando entre o marxismo e o anarquismo, Debord opina, enfim, que o espetáculo justifica o injustificável e que seria necessário um retorno à autenticidade com a ajuda da crítica (tese 204). Fica a pergunta: é possível vivermos em outro mundo que não este? O que é autenticidade, após vermos com Baudrillard que o real é um hiper-real?

- 15 Este mundo, na opinião de Gilles Lipovetsky, é individualista, e o indivíduo se apoia na visão de mercado e de eficiência técnica. Se antes a modernidade era limitada, hoje ela é consumada. Vive-se na hipermodernidade. Lipovetsky observa vários graus de modernidade (primeira, de segundo e terceiro tipos e até uma terceira etapa de modernidade). O aporte é linear, porque ele imagina um futurismo moderno em contraposição ao presenteísmo contemporâneo maffesoliano. É contra Maffesoli, aliás, que Lipovetsky situa a crítica do *carpe diem*, o viver o presente com o máximo de possibilidades que ele oferece, aqui e agora. Para Lipovetsky, não predomina a plenitude do instante, mas um presente “dividido, apreensivo e assombrado pelo vírus e pelos estragos da passagem do tempo” (2006: 74). Lipovetsky denuncia uma moral *à la carte*. De novo, como em outros pensadores, persiste uma ideia do paradoxo subjacente tanto à filosofia de Lipovetsky quanto à de Maffesoli: o hiper-hoje é o pós-de ontem.
- 16 Para Dominique Wolton, o essencial em um sistema de comunicação não é a tecnologia. Nesse ponto, ele é contrário à tese de “eficiência técnica” de Lipovetsky. Se existem muitos teóricos que acreditam haver uma revolução em curso com a criação de uma rede mundial de computadores, esse não é o caso de Wolton. Na opinião dele, é preciso, antes de tudo, analisar o sistema tecnológico, o modelo cultural dominante e o projeto que sustenta a organização econômica. Ele se baseia no tripé técnica, cultura e sociedade. São os laços entre eles, em maior ou em menor grau, que o interessam. Em síntese, o questionamento de Wolton é saber que papel a comunicação ocupa na sociedade. Estamos ou não presenciando uma revolução tecnológica (e, portanto, social) com o advento da Internet? Ela é tão importante quanto o foram a imprensa, o telefone, o rádio e a televisão? Por isso, ele pergunta, em um de seus trabalhos: *Internet, e depois?*
- 17 Wolton, ainda, defende um espaço midiático público de qualidade. Para ele, isso seria possível aumentando a oferta, e um fator importante para promovê-la seria inovando a programação da tevê com criatividade. Televisão, segundo Wolton, é fator de coesão social. Partindo de uma ideia de política no sentido tradicional do termo, e não no sentido transfigurado de Maffesoli, Wolton culpa as elites por não democratizarem a mídia. Nesse sentido, a técnica estaria sendo usada como uma arma política, e não para o enriquecimento cultural. A Internet não viria para substituir a tevê, pois não haveria oposição entre elas, de acordo com Wolton. Somos controlados pelas novas tecnologias? Wolton valoriza o sujeito, e, para isso, a comunicação deve construir valores no sentido de caminhar rumo a uma sociedade melhor. Trata-se de uma utopia na qual Wolton acredita e que espera, como em toda utopia, mesmo que não seja realizada, que ela se concretize.
- 18 Televisão é um dos temas preferidos do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Ele ataca o sistema de produção televisivo, que aliena e produz um discurso que pode não ter qualquer importância para os outros. É a retomada da ideia de manipulação da Escola de Frankfurt. Na televisão, o sistema que funciona é o de punição e recompensa. Pode-se estender essa tese a outros veículos. A mídia é perversa, denuncia Bourdieu. O pensamento dele também é crítico. É preciso denunciar os mecanismos de alienação de uma sociedade neoliberal. A mesma sociedade que promoveu, na opinião de Alain Finkielkraut, a derrota do pensamento. Para ele, a barbárie se apoderou da cultura por meio da industrialização do lazer, e “as obras do espírito teriam sido reduzidas a quinquilharias” (Finkielkraut, 1988: 158).
- 19 Pessimista, Finkielkraut divide a cultura em superior, média e inferior. Ele não distingue mais a fronteira entre a cultura e o divertimento, se é que houve alguma antes. Se a cultura de massa é irreversível, não seria melhor perguntar: o que fazer com ela? E, nesse

caso, existe uma forte dose de subjetividade. Como fica quando um operário se interessa por um filme de Godard e o próprio Godard se interessa por um filme de Spielberg? A divisão entre culturas não é tranquila. O autor de *A derrota do pensamento* vive no Iluminismo, pois acredita em valores universais. Logo, critica o multiculturalismo. Finkielkraut é um moderno radical contra a pós-modernidade.

- 20 Paul Virilio, por sua vez, não é menos catastrofista. Ideólogo da velocidade (dromologia), Virilio acredita que toda invenção traz consigo o dano contrário. Ou seja, o navio naufraga e o avião cai. Portanto, tudo é descartável. Também iluminista, a exemplo de Finkielkraut e de Pierre Lévy em relação ao virtual, Virilio considera o ideal de transparência da comunicação inalcançável. Não é por meio da velocidade, seja ela qual for, que se encontra a solução dos problemas, sejam eles quais forem. O pessimismo de Virilio pode ser considerado realista? O que dizer da grande quantidade de pessoas cujo ritmo de vida é o equivalente a 78 rotações por minuto dos antigos elefês? Mesmo o francês, que tem acesso à tecnologia de ponta, utiliza um sistema antigo – para não dizer arcaico – informatizado, o Minitel. Como preencher um simples formulário padrão em papel se não pudermos ou quisermos utilizar a escrita manual? Pelo computador?
- 21 Até que ponto a sociedade se transforma com a velocidade? A velocidade de um navio na época dos grandes descobrimentos não seria análoga à de um avião na atualidade? O incremento da tecnologia digital não tem incentivado a volta de exercícios estéticos com *pin-holes*? O grande número de filmes de ação não estaria provocando um grande número de comédias românticas? Portanto, a velocidade sempre irá se chocar com o seu contrário ou com a sua neutralização. O imaginário é imprevisível. Como querer que não se “acelere” (e é bom deixar essa palavra entre muitas aspas) a fabricação de artefatos só pelo fato de eles, possivelmente, gerarem uma possível catástrofe? Resultado dessa aceleração é o virtual. Qual é a importância dele? O que isso quer dizer e até que ponto nos afeta?
- 22 Pierre Lévy acredita, utopicamente, que estamos a caminho de uma “inteligência coletiva”. Virtual é técnica. O martelo ao ser usado como extensão do braço passa a ser virtualizado. Só que a expansão imaginada por Lévy extrapola, e muito, a virtualidade de um simples artefato. Inserido em uma perspectiva iluminista (no sentido de esclarecer as consciências) e progressista (o futuro nos sorri), ele acredita em uma metarrevolução. O virtual, dessa forma, também seria um não-lugar, um território não-palpável no qual as pessoas seriam cooperativas, e não competitivas. Haveria uma inteligência em rede. Portanto, não seríamos mais autores de nossos atos? Pensaríamos todos da mesma forma? Não há como prever.
- 23 Poderíamos, ainda, ver algumas aproximações entre Lévy e a sociologia do imaginário em Maffesoli. Em “No fundo das aparências” (1996), Maffesoli diz que a solidariedade social acontece por uma forte carga estética (p. 15). Quem sabe essa estética não será o traço aglutinador daquilo que Lévy entende por rede? Outra aproximação com Lévy poderia ser a noção em Maffesoli de taticidade contemporânea, no sentido de uma agregação indiferenciada (1996: 35). Ou, ainda, o sentido de religação, que, em Maffesoli, não muito diferente da inteligência coletiva em Lévy, seria a confiança no mundo compartilhado (1996: p. 76). “Novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática” (Lévy, 1993: p. 7). Estas “novas maneiras” de que fala Lévy são semelhantes ao paradigma pós-moderno, uma vez que, segundo o autor canadense, “[...] as relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência dependem, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de

todos os tipos” (1993: p. 7). A informática avançada, na constatação de Lévy, seria, para Maffesoli, o que este sociólogo entenderia por “tecnologia de ponta”.

- 24 Conforme outro ensaísta, a pós-modernidade só pode ser apreendida num cotejamento com a modernidade, e, ainda segundo ele, um traço distintivo entre elas seria o modo como os indivíduos se relacionam com a ideia de tempo (Coelho, 1997: 310). Trata-se, portanto, de uma questão de sensibilidade. Se aplicarmos esse termo à ideia de autoria, teríamos uma *sensibilidade autoral*. Ao contrário da tese estruturalista, que eliminou o autor que cria a obra segundo “determinantes pessoais” (Coelho, 1997: 63), observa-se na atualidade um retorno da autoria, seja cinematográfica, literária, publicitária ou televisiva. Existe um inchaço de produções autorais, não mais com a preocupação de se fazer uma obra-prima, perfeitamente acabada, mas sim pelo fato de se dar algo de si para o gozo coletivo, o que Maffesoli caracterizou como *orgiasmo*. Esse é o jogo da pós-modernidade, o de valorizar um modo de ser sensível à complexidade do instante, e, mais significativo de tudo, integrar as contradições próprias de um sentimento antes trágico do que dramático da existência.
- 25 Alguns autores que falam da pós-modernidade se referem não diretamente a ela, mas de forma transversal. Neste jogo, porém, estão, conscientemente ou não, falando de uma pós-modernidade. Mas um desses autores se diferencia dos outros em relação ao uso dessa expressão: é Michel Maffesoli. O sociólogo francês assume a condição pós-moderna, e, mais até que Lyotard, faz dessa pós-modernidade o embasamento de sua teoria anárquica (“tudo vale”), sustentando que vivemos um regime mais tribal (“noturno”, para usar a expressão de Durand, em contraposição ao “diurno”). Maffesoli é uma espécie de discípulo (ou melhor, filho espiritual) de Durand, que, por sua vez, é discípulo de Bachelard, o filósofo que trata da dinâmica das imagens, o que Durand irá estender para a imaginação dos símbolos (ou imaginação simbólica).
- 26 Razões e crenças são ambivalentes. Por isso, a pós-modernidade inclui, também, o arcaísmo e o retorno do mito. Maffesoli diria, até, que a pós-modernidade reside, justamente, nessa união entre elementos arcaicos e tecnologia de ponta. Ou seja, o homem é um animal racional que busca, na natureza, uma explicação para a sua existência, e, por não encontrá-la lá, na sua origem, procura uma resposta simbólica para a vida. E desse simbolismo é feito não só o cinema, uma arte por excelência para a expressão e impressão de um imaginário, mas também este “museu” das manifestações culturais, que servem, nas suas diferentes modulações, para reequilibrar a espécie humana.

BIBLIOGRAFIA

BACHELARD, G. (1988), *A poética do devaneio*, São Paulo, Martins Fontes.

BAUDRILLARD, J. (2002), *Tela tota: mito-ironias da era do virtual e da imagem*, Porto Alegre, Sulina.

BAUDRILLARD, J. (1991), *Simulacros e simulação*, Lisboa, Relógio D'Água.

- BOURDIEU, P. (1996), *Sobre a televisão*, Rio de Janeiro, Zahar.
- COELHO, T. (1997), *Dicionário crítico de política cultural*, São Paulo, Iluminuras.
- DEBORD, G. (1997), *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- DURAND, G. (1997), *As estruturas antropológicas do imaginário. Introdução à arquetipologia geral*, São Paulo, Martins Fontes.
- DURAND, G. (1998), *O imaginário. Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*, Rio de Janeiro, Difel.
- DURAND, G. (2000), *A imaginação simbólica*, Lisboa, Edições 70.
- FEYERABEND, P. (1993), *Contra o método*, Lisboa, Relógio D'Água.
- FINKIELKRAUT, Alain (1988), *A derrota do pensamento*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LÉVY, P. (1993), *As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*, Rio de Janeiro, Ed. 34.
- LÉVY, P. (1996), *O que é o virtual?*, São Paulo, Ed. 34.
- LIPOVETSKY, G. (2004), *Os tempos hipermodernos*, São Paulo, Barcarolla.
- LYOTARD, J.-F. (1989), *A condição pós-moderna*, Lisboa, Gradiva.
- MAFFESOLI, M. (1996), *No fundo das aparências*, Petrópolis, Vozes.
- MAFFESOLI, M. (1997), *A transfiguração do político*, Porto Alegre, Sulina.
- MAFFESOLI, M. (2005), *O mistério da conjunção*, Porto Alegre, Sulina.
- MORIN, E. (1989), *As estrelas - mito e sedução no cinema*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- MORIN, E. (2005), *O método 6 - ética*, Porto Alegre, Sulina.
- SILVA, J. M. (2003), *As tecnologias do imaginário*, Porto Alegre, Sulina.
- VIRILIO, P. (1996), *A arte do motor*, São Paulo, Estação Liberdade.
- WOLTON, D. (2003), *Internet, e depois?*, Porto Alegre, Sulina.

RESUMOS

Uma razão sensível permeia o universo imaginário na pós-modernidade. Se na modernidade, que prevaleceu nos dois últimos séculos, vivia-se o drama das soluções possíveis, hoje não: novas categorias estão em jogo, sem que, necessariamente, as anteriores tenham sido eliminadas. Este artigo, pois, pontua essa diversidade de mundivisões por parte de pensadores contemporâneos, considerando o imaginário como a relação entre o fato de estarmos sitiados por determinantes materiais e tecnológicas que, nem por isso, nos impedem de sonhar, como no “trajeto antropológico” em Durand, e esse sonho pode não ser com um futuro glorioso, mas com a fruição do presente, aqui e agora.

A sensible reason permeates the imaginary universe in the post-modernity. If in the modernity, that prevailed in the last two centuries, one lived the drama of the possible solutions, not today: new categories are in game, and the previous ones have not necessarily been eliminated. This article therefore punctuates this diversity of world views by contemporary thinkers, considering the imaginary as the relationship between the fact that we are both depending on mental environment and technology (Durand's “anthropological trajectory”), which do not prevent us

from dreaming, and this dream can not be with a glorious future, but with the enjoyment of the present, here and now.

ÍNDICE

Keywords: Imaginary, post-modernity, technology, sensibility

Palavras-chave: Imaginário, pós-modernidade, tecnologia, sensibilidade

AUTOR

EDUARDO PORTANOVA BARROS

PhD. Pós-doutor pela Sorbonne (Paris V). Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (PNPD/CAPES) junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil. Tradutor para o português, no Brasil, de *Sociologia do imaginário* (Editora Sulina, 2007), de Patrick Legros, Frédéric Monneyron, Jean-Bruno Renard e Patrick Tacussel. Pesquisador do Grupo de Pesquisa sobre Imaginário e Comunicação Imaginalis, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre (eduardoportanova@hotmail.com)